



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO  
EM PEDAGOGIA, LICENCIATURA**

Maceió  
2019

A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, e dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação [...] Não seriam poucos os exemplos que poderiam ser citados, de planos, de natureza política ou simplesmente docente, que falharam porque os seus realizadores partiram de uma visão pessoal da realidade. Porque não levaram em conta, num mínimo instante, os homens em situação a quem se dirigia seu programa, a não ser como puras incidências de sua ação. (FREIRE, 1987, p. 84).

Quanto mais é simples e dócil o receptor dos conteúdos com os quais, em nome do saber, é “enchido” por seus professores, tanto menos pode pensar e apenas repete. Na verdade, nenhum pensador, como nenhum cientista, elaborou seu pensamento ou sistematizou seu saber científico sem ter sido problematizado, desafiado. Embora isso não signifique que todo homem desafiado se torne filósofo ou cientista, significa, sim, que o desafio é fundamental à constituição do saber. [...] O que defendemos é precisamente isto: se o conhecimento científico e a elaboração de um pensamento rigoroso não podem prescindir de sua matriz problematizadora, a apreensão deste conhecimento científico e do rigor deste pensamento filosófico não pode prescindir igualmente da problematização que deve ser feita em torno do próprio saber que o educando deve incorporar. (FREIRE, 1977, p. 53-54).

[...] Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo [...] (FREIRE, 1996, p. 11)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO  
EM PEDAGOGIA, LICENCIATURA**

Projeto pedagógico do Curso de Pedagogia-  
Licenciatura Presencial do Campus A. C. Simões  
da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Maceió  
2019

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AL - Estado de Alagoas

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

APAL - Associação dos Professores de Alagoas

BCN - Base Comum Nacional

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CEDU - Centro de Educação

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFAL

CFE - Conselho Federal de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNE/CP - Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação

CP - Conselho Pleno

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONARCFE - Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores

CONSUNI - Conselho Universitário da UFAL

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DE - Dedicção Exclusiva

DF - Distrito Federal

DINTER - Doutorado Interinstitucional

EAD - Educação a Distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FEPEAL - Fórum Estadual de Educação

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superiores Brasileiras

FORUMDIR - Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GT - Grupo de Trabalho

HU - Hospital Universitário

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDHM-Educação - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação

IES - Instituição de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MINTER - Mestrado Interinstitucional

NBR – Norma Brasileira Aprovada pela ABNT

NAC - Núcleo de Acessibilidade da UFAL

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NEPEAL - Núcleo de Pesquisa e Estudos em Alfabetização

NF – Nota Final

PBP - Programa Bolsas de Permanência

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PEE - Plano Estadual de Educação

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBIC - Programa institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID - Programa institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBITI - Programa institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação da UFAL

PROESTt - Pró-reitoria Estudantil da UFAL

PROMUAL - Programa de Assessoramento Técnico-Pedagógico aos Municípios

Alagoanos

PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional

REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RUA - Residência Universitária Alagoana

SESU - Secretaria de Educação Superior

SIEWEB - Módulo Acadêmico - UFAL

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINFRA - Superintendência de Infraestrutura da UFAL

SNE - Sistema Nacional de Educação

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

**Este Projeto Pedagógico é uma construção coletiva que contou com a dedicação e o trabalho de:**

Coordenação do Curso de Pedagogia

Colegiado Restrito do Curso de Pedagogia

Colegiado Ampliado do Curso de Pedagogia

Núcleo Docente Estruturante

Corpo Técnico-Administrativo da Coordenação do Curso de Pedagogia

**Participação, Revisão, Sistematização e Formatação**

Luiz Lima do Nascimento (Técnico em Assuntos Educacionais)

## SUMÁRIO

<b>DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	10
<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	12
1.1. Contextualização	12
1.2. Realidade Regional	16
1.3. Justificativa	25
1.4. Histórico do Curso	26
<b>2. CONCEPÇÃO DO CURSO</b>	32
2.1. Dados de Identificação do Curso	42
2.2. Objetivos	42
2.2.1. Objetivo Geral	43
2.2.2. Objetivos Específicos	43
2.3. Perfil e Competência Profissional do Egresso em Pedagogia	44
2.3.1. Perfil do Egresso	45
2.3.2. Campo de Atuação	46
<b>3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA</b>	47
3.1. Suporte Administrativo do <i>Campus</i>	47
3.2. Composição e o Funcionamento de Colegiados de Curso, Comissões, Comitês, Câmaras, dentre outros	47
3.3. Composição do Colegiado Restrito do Curso	47
3.4. Identificação da Coordenação de Estágio	49
3.5. Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC	49
3.6. O Núcleo Docente Estruturante – NDE	51
3.7. Composição do Núcleo Docente Estruturante – NDE	51
3.8. Tabela Nominal do Quadro de Docentes	52
3.9. Tabela Nominal do Quadro de Técnicos-Administrativos	55
<b>4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b>	56
4.1. Matriz Curricular do Curso de Pedagogia	59
4.1.1. Matriz Curricular dos Núcleos de Estudos I e II (Diurno e Noturno)	63
4.1.1.1. Atividades Complementares Integrantes	67

4.1.2. Proposta Curricular	68
4.1.3. Programa de Disciplinas – Obrigatórias	70
4.1.4. Programa de Disciplinas – Eletivas	89
4.1.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	99
4.1.6. Estágios Supervisionados	100
4.2. Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	102
4.2.1 Programa de Curricularização da Extensão: Formação de Sujeitos Contemporâneos	102
4.2.1.1. Marco Normativo e Estrutural	102
4.2.1.2. Ementa da Atividade de Curricularização da Extensão (ACE)	105
4.2.1.3. Metodologia da ACE	106
<b>5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>	<b>117</b>
<b>6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b>	<b>119</b>
<b>7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>	<b>121</b>
<b>8. OUTRAS AVALIAÇÕES</b>	<b>122</b>
8.1. Avaliação Institucional	122
8.2. Avaliação do PPC	122
8.3. Avaliação do Docente pelo Discente	124
<b>9. APOIO AOS DISCENTES</b>	<b>125</b>
9.1. Acadêmico	125
9.2. Assistência Estudantil	128
<b>10. INFRAESTRUTURA</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>133</b>
APÊNDICES 1 - Organização Curricular	133
APÊNDICES 2 - Organização Programa de Curricularização da Extensão - Formação de Sujeitos Contemporâneos	134

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<b>Mantenedora:</b>	Ministério da Educação (MEC)
<b>Município-Sede:</b>	Brasília - Distrito Federal (DF)
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0188-17
<b>Dependência:</b>	Administrativa Federal
<b>Mantida:</b>	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
<b>Código:</b>	577
<b>Município-Sede:</b>	Maceió
<b>Estado:</b>	Alagoas
<b>Endereço do Campus sede:</b>	Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL Rodovia BR 101, Km 14 – CEP: 57.072-970
<b>Fone:</b>	(82) 3214-1198
<b>Portal Eletrônico:</b>	<a href="http://www.ufal.edu.br">http://www.ufal.edu.br</a>
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:coordpedufal@gmail.com">coordpedufal@gmail.com</a>
<b>E-mail Institucional:</b>	<a href="mailto:coordenacaoped@cedu.ufal.br">coordenacaoped@cedu.ufal.br</a>
<b>Curso:</b>	Graduação em Pedagogia, Licenciatura
<b>Código:</b>	13213F
<b>Autorização:</b>	Dec. Federal nº. 37.599 de 12/07/1955, publicado em 01/09/1955.
<b>Reconhecimento:</b>	Dec. Federal nº. 49.849 de 07/01/1961, publicado em 10/02/1961.
<b>Renovação do Reconhecimento:</b>	Portaria n. 920/2018, de 27 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 28/12/2018, Edição 249, Seção 1, pág. 245.
<b>Modalidade:</b>	Licenciatura Presencial
<b>Título Oferecido:</b>	Pedagogo
<b>Nome da Mantida:</b>	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
<b>Campus:</b>	A. C. Simões
<b>Município-Sede:</b>	Maceió
<b>Estado:</b>	Alagoas
<b>Região:</b>	Nordeste
<b>Endereço de funcionamento do curso:</b>	Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro do Martins Maceió – AL – CEP 57072-970
<b>Portal eletrônico do curso:</b>	<a href="http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu">http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu</a>
<b>Coordenador do Curso:</b>	Prof. Eraldo de Souza Ferraz
<b>Formação acadêmica:</b>	Licenciatura Plena em Pedagogia
<b>Titulação:</b>	Mestre em Educação

**Regime de trabalho:** 40 DE  
**Vice-Coordenadora:** Profa. Silvana Paulina de Souza  
**Formação acadêmica:** Licenciatura Plena em Pedagogia  
**Titulação:** Doutora em Educação  
**Regime de trabalho:** 40 DE

## **1. APRESENTAÇÃO**

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas - Campus Maceió, elaborado pelo seu Núcleo de Desenvolvimento Estruturante em diálogo constante com o Colegiado do Curso, tendo como base os documentos normativos e orientadores do Ministério da Educação e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

A proposta se apresenta em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), definindo os objetivos do curso, perfil desejado dos formandos, conteúdos curriculares, regulamentações para as atividades de trabalho de curso, estágio curricular supervisionado e atividades complementares, atividades curriculares de extensão, bem como as metas e ações pretendidas para conceder ao formando o título de Licenciado em Pedagogia.

Este projeto é uma proposta em construção, não é um documento conclusivo. As revisões deverão ser realizadas tendo em vista a realidade universitária, as exigências sócio-históricas que se colocarem.

### **1.1. Contextualização**

A UFAL), criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, “[...] é uma instituição federal de educação superior pluridisciplinar, de ensino, pesquisa e extensão, mantida pela União, gozando de autonomia assegurada pela Constituição Brasileira” (UFAL, 2006). Com sede e foro na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, a UFAL tem como missão formar continuamente competências por meio da produção, multiplicação e recriação dos conhecimentos, práticas coletivas e do diálogo com a sociedade. Por conseguinte, tem como objetivos institucionais: a) relacionar-se com a educação básica; b) aprimorar a oferta da educação superior com interrelação e qualidade; c) proporcionar formação contemporânea: flexível e adaptável; e d) ampliar o acesso à educação superior.

Os objetivos traçados buscam ampliar as conquistas políticas que fazem parte da trajetória histórica da UFAL, pois, considerando quadro histórico mais amplo, é importante lembrar a Reforma Universitária de 1968, quando as universidades brasileiras passaram a ser organizadas segundo o modelo americano. Assim como a maioria das universidades públicas brasileiras, a UFAL, até 2005, seguia o modelo

departamental, que se estruturavam pela reunião de estudos afins. Os departamentos estavam ligados aos centros e congregavam docentes, segundo as suas competências, visando objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. Os centros se limitavam a efetuar uma primeira integração entre os departamentos e a administração superior.

Assim sendo, a UFAL começou a discutir a mudança de estrutura na qual os centros e departamentos foram revistos, surgindo uma nova formatação denominada de Unidades Acadêmicas. O Estatuto da UFAL, aprovado pela Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003 do Ministério da Educação (MEC), estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma Unidade Acadêmica.

Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral da UFAL, por meio da Resolução nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE. Este apresentou uma nova estrutura organizacional, com a reestruturação das unidades administrativas e da criação de 21 Unidades Acadêmicas.

Atualmente, são 24 Unidades Acadêmicas e 03 Campi, um em Arapiraca e o outro no Campus Sertão em Delmiro Gouveia/AL, além da sede, o Campus A. C. Simões. Há Unidades Educacionais fora da sede e ligadas ao Campus Arapiraca. Entre elas, estão: Unidade Educacional de Viçosa; Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e Unidade Educacional de Penedo. Há também uma Unidade Educacional fora da sede e ligada ao Campus do Sertão – a Unidade Educacional de Santana do Ipanema.

Considerando sua extensão territorial, função institucional e atuação política, científica e cultural, a UFAL adota, para o ensino de graduação, políticas centradas em três grandes eixos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Estas visam à melhoria contínua de seus cursos, à formação cidadã, ao reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil do egresso. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização e gestão acadêmica.

As políticas que norteiam o ensino de Pós-Graduação na UFAL visam garantir a expansão e consolidação sustentável dos cursos ofertados na instituição, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da Pós-Graduação, no âmbito da UFAL, estão alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional e visam à internacionalização da produção científica, tecnológica e

cultural e à transferência de conhecimento entre fronteiras que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência em Alagoas e no Brasil.

Nesta perspectiva política, a UFAL tem como metas institucionais, gerais e específicas para a área da Educação, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (UFAL, 2013):

1. Ampliar em 40% da oferta da UFAL para cursos de pós-graduação strictu sensu;
2. Estabelecer em regime anual 2 programas de MINTER ou DINTER;
3. Manter o fluxo anual de oferta de 15 cursos de pós-graduação lato sensu;
4. Atender 100% das demandas qualificadas de bolsas Pibic e Pibit, via captação de bolsas de agências de fomento e geração de cotas institucionais;
5. Ampliar para 100% as cotas institucionais de bolsas Pibic, Pibid, Ações Afirmativas e Pibit;
6. Implementar e ampliar em 10% das bolsas Pibic-EM;
7. Divulgar integralmente as chamadas públicas para o Programa Ciências Sem Fronteiras;
8. Atender em 100% as demandas de candidatos e bolsistas do Programa Ciências Sem Fronteiras;
9. Ofertar novos cursos na modalidade à distância para atender à demanda de formação de professores das redes estadual e municipal de ensino;
10. Implantar o Observatório da Educação Básica;
11. Atuar nos Fóruns Estadual e Municipal de Educação;
12. Fortalecer o Fórum das Licenciaturas da UFAL;
13. Estruturar e operacionalizar a Comissão de Preparação de Itens para o ENEM;
14. Reestruturar o Programa Conexões Saberes;
15. Implantar da Feira de Cursos da UFAL;
16. Implantar o “Projeto Indo e Vindo: Escolas no Campus e Campus na Escola”, estruturado por meio de agendamentos e visitas e realização do Congresso Acadêmico da UFAL fora do Campus e fortalecimento dos Programas Escola Aberta e Segundo Tempo do Governo Federal;
17. Reconhecer os 8 (oito) novos cursos de graduação implantados através do REUNI;
18. Ampliar as bolsas para garantir a oferta em cursos novos;
19. Ampliar os projetos que suportem a melhoria dos cursos e a operacionalização dos projetos pedagógicos como ou semelhantes aos do PET, Monitorias, Pibid e Pró-Saúde, seja por adesão nacional ou por criação institucional;
20. Ampliar a mobilidade docente, discente e técnica intra UFAL e interinstitucional;
21. Ampliar a oferta acadêmica da UFAL na modalidade à distância;
22. Produzir material pedagógico-científico com uso de TDIC em disciplinas de alto índice de retenção;
23. Incluir nos PPCs das licenciaturas as temáticas história e culturas afro-brasileira e indígenas e educação ambiental;
24. Incluir a Extensão como componente curricular obrigatório;
25. Ampliar do sistema de cotas da UFAL dos atuais 20% para 50% em três anos;
26. Ampliar em 10% do Programa Pibip-Ação;
27. Criar o Sistema de Tutoria nos semestres letivos do início dos cursos de graduação;

28. Implantar o Curso de Medicina no Campus Arapiraca, com 60 vagas;
29. Ampliar do Curso de Medicina no Campus A. C. Simões em 20 vagas ;
30. Implantar do Campus do Litoral, em Porto Calvo;
31. Consolidar a expansão da UFAL através da criação de novos cursos por demanda induzida;
32. Realizar o planejamento nas Unidades Acadêmicas e nos Campi fora de sede, com vistas a adensar atividades acadêmicas, em função da concessão, pela SESU/MEC, de novos docentes, técnicos e infraestrutura adequada; como campo de prática profissional.

Assim, para desenvolver as ações propostas e atendendo à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UFAL, orientada pela base legal da Extensão Universitária Nacional, como preceitua a Constituição (1988), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabelece como um dos seus objetivos institucionais consolidar e expandir os programas de extensão das unidades acadêmicas, articulando-os às demandas sociais. A concretização dessa finalidade passa, obrigatoriamente, pela formação do estudante, sujeito da construção do conhecimento. A UFAL assume este compromisso, legitimado por seu Estatuto (UFAL, 2003), e dimensiona a extensão como a vivência dos processos de ensino e de aprendizagem, com a participação da comunidade acadêmica e de toda a sociedade, utilizando como meio os Programas e os Projetos que são elaborados e executados pelas Unidades Acadêmicas.

A política de extensão da UFAL, alinhada ao cumprimento dos propósitos e missão da universidade pública, busca envolver setores da sociedade na proposição e execução das ações, visa promover maior participação política, científica e cultural da sociedade no contexto universitário, sobretudo inserindo as estudantes e os estudantes como corporação obrigatória na execução e no protagonismo da ação extensionista.

Em um cenário de reconhecimento do lugar do/da estudante universitário como sujeito produtor de saberes, e considerando os objetivos e metas institucionais descritas, o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, incluso no Campus A.C. Simões e situado em Maceió/AL, estabelece como perfil para o egresso uma formação de profissional que conceba o fenômeno educativo no processo histórico, dinâmico e diversificado, respondendo criticamente aos desafios que a sociedade lhe coloca; que atue de forma reflexiva, crítica, cooperativa, com ética e conhecimento fundamentado, com habilidades para levantar problemas e, principalmente, propor alternativas de intervenção para a educação básica no Brasil;

que exerça a capacidade de liderança e de busca do conhecimento; que produza conhecimentos como docente/pesquisador/gestor de processos pedagógicos que envolvam crianças, jovens e adultos, em instituições escolares e não escolares.

Diante do exposto, para o desenvolvimento da formação projetada para as/os estudantes, o Curso de Pedagogia dispõe do seguinte quantitativo de professores (as), técnicos (as)-administrativos (as) e alunos (as):

Tabela 1 – Quantitativo de pessoal envolvido no Curso de Pedagogia  
Por categoria – CEDU/UFAL – 2018

Categoria	Quantidade
Professores	80
Técnicos-Administrativos	16
Alunos	1.008 <sup>(*)</sup>
Total	1.104

Fonte: SIEWEB/UFAL  
(\*) Matriculados em 2018.2

## 1.2. Realidade Regional

A Constituição Federal de 1988 define, em seu Capítulo III, Art. 205, que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família” e que deverá “ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Provavelmente, este é um dos preceitos constitucionais mais controversos da atualidade, que provoca debates acalorados no conjunto da sociedade brasileira sempre que este assunto é trazido à tona.

As razões são inúmeras. Se desde 1988, a educação brasileira passou por profundas mudanças legais, democratização do acesso, expansão das ofertas de vagas, busca da qualidade, reestruturação do sistema nacional articulado, inclusão digital e valorização dos seus profissionais; por isso, estamos distantes do ideal. Outros aspectos essenciais referentes à consolidação de uma educação escolar pública com potencial transformador também têm sido sistematicamente adiados, como a necessidade da criação de uma efetiva cultura de gestão democrática e o

aprofundamento da relação escola-comunidade.

No caso do estado de Alagoas, os problemas educacionais se revestem de um caráter dramático, dados os indicadores locais, quase sempre sinônimos de demonstração pública do atraso e fracasso das políticas educacionais historicamente implementadas, apesar da seriedade e do compromisso dos seus profissionais.

Sem dúvida, o elevado percentual de analfabetismo é o mais persistente e conhecido sintoma das dificuldades do setor, penalizando inúmeras gerações. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, Alagoas exibe o percentual nada confortável de 21,6% de analfabetos face ao percentual de 16,6% do conjunto da região Nordeste e 8,3% da população brasileira. São aproximadamente cerca de 717 mil pessoas, colocando o estado em último lugar no oferecimento de uma educação básica mínima a uma significativa parcela dos seus habitantes, notadamente os segmentos excluídos econômica e socialmente.

A formação e a valorização dos seus profissionais, os gargalos do financiamento e da previdência pública, a falta de condições básicas de infraestrutura e a ausência de um sistema homogêneo eficaz são outros pontos centrais que precisam ser enfrentados e resolvidos pelos poderes públicos para que possamos alcançar um patamar mínimo de qualidade que permita oferecer à população uma educação pública satisfatória e que cumpra minimamente o dispositivo constitucional mencionado acima.

Nesse sentido, o Plano Estadual de Educação (PEE), sancionado pelo governo estadual em 22 de janeiro de 2016, lei nº 7.795, bem como suas metas e estratégias previstas para o período de dez anos, é uma das ferramentas legais mais importantes para o conhecimento e análise da realidade educacional do estado. Este documento legal reflete grande parte do debate acumulado pela comunidade educacional alagoana no momento contemporâneo, fugindo das simplificações comuns, que tentam identificar na educação apenas problemas referentes a sua gestão, desconsiderando outros fatores fundamentais, como os observados acima.

Na educação, os processos de decisão e execução levam certo tempo para atingir a “ponta” do sistema; ou seja, as políticas formuladas no âmbito macro não

são transformadas diretamente em ações cotidianas no interior das escolas. As práticas escolares têm uma dinâmica própria, que dependem das condições de trabalho, da formação e estímulo dos seus profissionais, da realidade em que cada unidade escolar está localizada, das relações internas de cada escola e do tipo de vinculação destas com a comunidade, das condições socioeconômicas e culturais da própria comunidade atendida, e assim por diante.

É sabido que o Brasil é um país de extrema diversidade social, econômica, cultural, étnica, climática e geográfica, porém, os exames do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) aferem a qualidade da educação a partir de dois critérios homogêneos: desempenho nas avaliações de larga escala (Prova Brasil) e fluxo escolar (evasão e repetência). Com base nesses dois elementos, são feitas uma série de comparações verticais onde são definidas as respectivas posições de cada escola em âmbito nacional a cada dois anos.

Ora, se tomarmos como exemplo apenas o critério do fluxo escolar, podemos afirmar que não é possível comparar a frequência dos estudantes em zonas urbanas, com plena cobertura de transportes, com a dos estudantes da zona rural, que dependem do transporte oferecido pelas prefeituras. Há discrepâncias, também, nas condições de estudo e trabalho para aqueles que trabalham e frequentam as escolas públicas e as particulares. Considerando que os alunos das escolas particulares possuem acesso à Internet, salas climatizadas, profissionais estimulados, variedade de atividades esportivas e culturais e os das públicas contam com tantas outras condições, geralmente muito adversas.

Alagoas é um exemplo de diferenças regionais, econômicas e sociais. Persegue as metas nacionais pré-estabelecidas, mas parte de condições gerais completamente singulares. Na comparação direta com grande parte das regiões do país, nosso passivo social alimenta as manchetes nacionais de modo negativo, para a decepção de tantos e o não cumprimento de promessas de poucos.

Por mais que as autoridades públicas elaborem políticas públicas nacionais, a esfera local não é alterada. É sabido da necessidade de planejamento, reavaliação e alocação eficiente de recursos, como ensinam as inúmeras pesquisas na área de políticas públicas.

Destacamos ainda: as políticas educacionais só terão êxito se adotar como premissa básica uma ação de equalização das oportunidades, com vista à igualdade

das condições. Se tomarmos como exemplo o Nordeste como uma região com frequentes indicadores de baixos índices nas avaliações da qualidade da educação, seria razoável pensar em ações efetivas e específicas para esta região. A finalidade é possibilitar, num futuro próximo, igualar seus indicadores aos das demais regiões do País, sem que isso seja entendido como um “peso” ou quebra do pacto federativo.

Ora, se os indicadores do Norte e Nordeste “jogam” os indicadores nacionais para baixo, é necessário pensar em políticas de compensação desta situação para que alcancemos o equilíbrio.

A discussão sobre a educação brasileira precisa unir toda a sociedade, sem enganos; exigindo medidas estruturais e planejadas, frutos de estudos e pesquisas destinadas a esta realidade e com a finalidade de promover a equalização.

O período compreendido entre 2007-2017 para a Educação de Alagoas pode ser analisado por vários aspectos: é a década da implantação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB). É a década da vigência do primeiro Plano Estadual de Educação (PEE, 2006-2015), plano discutido com a sociedade, com contribuições de congressos e eventos participativos e cujo projeto sistematizado sob a coordenação do Conselho Estadual de Educação foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Alagoas como lei estadual. É também a década em que houve uma ampliação do financiamento dos recursos nacionais para a Educação.

Os objetivos educacionais para a década foram anunciados no PEE 2006-2015, instituído pela Lei 6.757, de agosto de 2006:

- A erradicação do analfabetismo;
- A universalização do atendimento escolar;
- A melhoria da educação ofertada e
- A formação para o trabalho e para a promoção humanística, científica e tecnológica do Estado de Alagoas.

Ainda em sintonia com o PNE, o Plano assume, além das prioridades gerais delineadas para toda a Nação Brasileira, as seguintes referências emergenciais de ação:

- Atenção especial e específica às crianças submetidas ao trabalho infantil;
- Cuidado assistencial e educacional voltado para as crianças e adolescentes de rua ou que vivem na rua;
- Políticas de atendimento a crianças, adolescentes e jovens envolvidos com drogas, com infrações à lei, filhos de migrantes ou residentes na zona rural.

Contudo, apesar dos ambiciosos objetivos do Plano Estadual de Educação,

concebido e aprovado como um Plano de Estado, para além das gestões governamentais, uma política pública de carácter permanente, a partir de 2007, a administração do Estado de Alagoas passou a ser influenciada pelo pensamento conservador e neoliberal, defensor da redução do papel do ente público.

Desde o início, instalou-se uma relação conflituosa com a Educação, pois o relacionamento entre trabalhadores da educação e governo estadual foi tenso durante todo período governamental (2007-2014), tanto pelas questões salariais, como pelo desprezo para com o Plano Estadual de Educação, assim como pelo congelamento de concursos e a ampliação do quadro de servidores contratados em condições precárias. A rotatividade de Secretários da pasta da Educação – seis secretários/as em oito anos – acentuou a descontinuidade e a desestruturação da rede estadual de ensino, com reformas administrativas inacabadas e a fragilização dos órgãos colegiados e da gestão democrática.

O governo do Estado teve dificuldades em consolidar seu papel de coordenador do Sistema Estadual de Educação, pois além da função de administração das Escolas e Universidades Públicas Estaduais, tem a missão de articular o regime de colaboração com os sistemas e redes municipais de ensino e com o sistema federal. Esse fator pesou muito para que o PEE fosse transformado em letra morta, e, sem uma fiscalização eficaz da Assembleia Legislativa, a desarticulação, a falta de planejamento e a falta de compromisso foram as marcas na gestão estadual da educação alagoana.

Esse fato se reflete nos vários âmbitos da educação alagoana durante a gestão de 2007-2014. Os Planos de Cargos e Carreiras dos profissionais da educação não foram respeitados, assim como as condições de acesso, permanência e êxito discente resultaram insuficientes comparados aos parâmetros nacionais ou até mesmo regionais. A ausência de planejamento na execução das políticas educacionais foi evidenciada, por exemplo, na política de “rateios” do FUNDEB, que funcionaram como mecanismo de contenção salarial, descumprindo diretamente a lei do PSPN.

De modo geral, ainda prevalece a ausência de uma real consideração às peculiaridades regionais específicas e à diversidade cultural, social e econômica na educação brasileira, em que pesem os avanços legais obtidos com a LDB no tocante a esses itens. Por essas razões, aliada ao problema do financiamento insuficiente, o

sistema educacional carece de um mínimo aceitável de qualidade social. A construção de um Sistema Nacional de Educação (SNE) permanece encontrando imensos desafios.

Esses problemas são bastante evidentes, por exemplo, no âmbito municipal, sujeito a maiores ingerências políticas, corrupção e desvio das suas finalidades constitucionais. Podemos atribuir tais ocorrências às brechas legais, à falta de fiscalização e punição efetiva dos infratores, mas são, sobretudo, sinais de que a educação ainda não mereceu a devida prioridade por parte dos agentes públicos e da sociedade; esta última, embora pressione, não logrou um resultado satisfatório na garantia de um planejamento consequente e imune aos interesses estranhos ao sistema. Embora agrupamentos profissionais, empresariais e constituídos por militantes do setor contidamente executem um papel importante, o conjunto da sociedade está dividida em manifestações isoladas de apoio, responsabilização difusa ou alheamento completo, pois a relação escola – comunidade não alcançou um nível ideal.

Apenas um Sistema de Nacional Educação (SNE) poderá dar conta das dificuldades existentes do planejamento, da organização dos calendários escolares e das matrículas, distribuindo as vagas nos lugares onde houver maior carência e possibilitando o atendimento, independentemente da localidade jurisdicional dos estudantes matriculados.

Seria possível, com uma organização sistêmica da educação, a responsabilização clara das competências dos entes federativos, onde cada estado e município assumiria de fato sua etapa e modalidade de ensino correspondente. No caso dos municípios, por exemplo, estes poderiam planejar e executar políticas públicas direcionadas diretamente ao atendimento da sua demanda; no caso, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, alocando recursos materiais e humanos na concretização da sua obrigação legal, deixando outras etapas e modalidades a critério dos estados e da União.

Também teria fim a construção ou reforma de escolas voltadas ao atendimento do mesmo público a partir de iniciativas verticalizadas dos entes federativos, que teriam condições de dividir custos e pessoal, priorizando as regiões mais carentes das oportunidades educacionais. A discussão sobre as necessidades da comunidade precisaria ser feita diretamente com os interessados, com base em

uma lógica de democratização das decisões, envolvendo tanto o poder Legislativo quanto o Executivo dos entes federados.

A logística dos transportes e da alimentação escolar seria aperfeiçoada, pondo fim aos casos dos “ônibus de uma cidade não atenderem aos estudantes de outras cidades, geralmente vizinhos” ou dos transportes “estaduais” não atenderem aos alunos “municipais”; igualmente, um planejamento sério distribuiria melhor os recursos da alimentação escolar que, embora atualmente sejam depositados nas contas bancárias abertas pelas prefeituras para cada unidade executora, criaria condições para que os públicos estudantis de comunidades próximas usufruam dos benefícios de uma merenda escolar adquirida com base em ações conjuntas das escolas circunvizinhas.

O SNE conferiria maior sentido à educação formal como um todo, posto que, na organização atual, cada etapa e modalidade parece dotada de uma independência e lógica própria, desvinculada dos demais níveis e modalidades. Basta observar as dificuldades no estabelecimento das relações institucionais entre a Educação Básica e o Superior, como se não tivessem qualquer relação entre si. No caso, por exemplo, do Ensino Médio, a impressão é que este tem uma terminalidade específica em si mesmo, sendo necessária uma nova etapa de seleção para acesso à etapa seguinte; de modo geral, as políticas educacionais do Ensino Superior raramente dialogam com as políticas da Educação Básica.

O SNE também simplificaria os processos burocráticos e estabeleceria um padrão mínimo de qualidade em todo o território nacional, fundamentando no princípio da gestão democrática, respeitando-se as peculiaridades regionais, conforme disposto na LDB e reforçando no PNE. Nesse ponto, é necessário o protagonismo do governo federal no processo de articulação e a colaboração concreta dos governos estaduais e municipais, viabilizando um modelo de educação que diminua ao máximo as disparidades sociais e regionais, com fontes comuns e sustentáveis de financiamento.

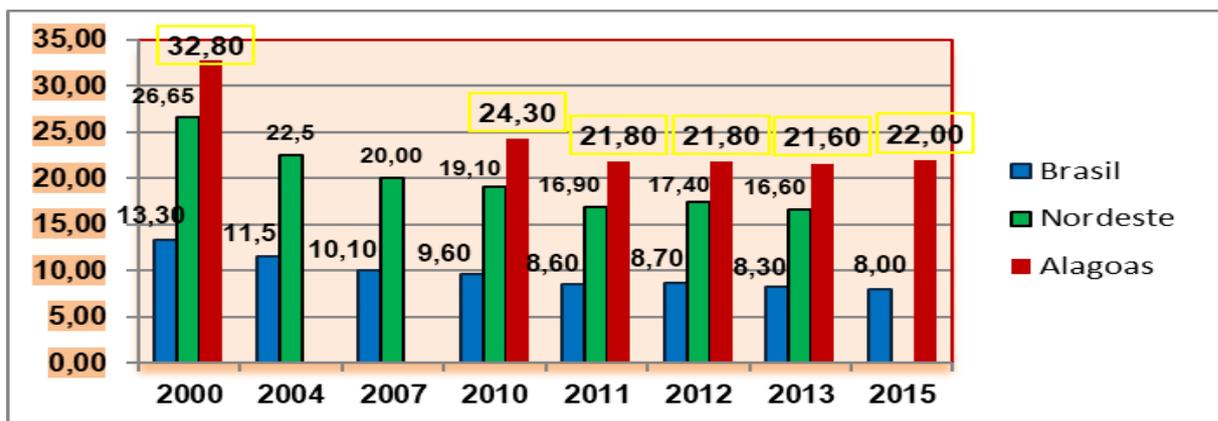
A partir dos debates construídos em torno da CONAE (Conferência Nacional de Educação 2013-2014) que realizou as conferências nos municípios e a Conferência Estadual de Educação, um conjunto de diretrizes, metas e propostas para o Plano Nacional e o Plano Estadual foi formulado. Com base nesse processo o Fórum Estadual de Educação (FEPEAL) preparou a proposta do texto base do

PEE e, junto com a Assembleia Legislativa, desencadeou um conjunto de audiências públicas e seminários temáticos para fundamentar o texto do novo PEE. Este, após aprovado, ainda sofreu vetos do Governo do Estado, especialmente nos temas do financiamento e da gestão democrática.

Contudo, após sua aprovação, o PEE 2015-2025 encontra-se mais uma vez esquecido, e não se constitui numa orientação para o desenvolvimento da política educacional, e principalmente para a articulação do regime de colaboração entre Estado, Municípios e União.

Destaca-se aqui o indicador educacional mais grave de Alagoas que continua sendo a mais alta taxa de analfabetismo do país, a partir dos 15 anos de idade.

Gráfico 1 - Taxa de Analfabetismo no Brasil, no Nordeste e em Alagoas: 2000-2015.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico e PNAD.

Se pensarmos que, no período entre 2000-2015, tivemos uma geração de crianças que chegou à adolescência na vigência de uma nova Constituição Federal, promulgada em 1988, que assegura a todos/as brasileiros/as o acesso à Alfabetização e Educação Básica, inclusive aos que não tiveram oportunidades na idade apropriada, percebemos que o desprezo e a ineficácia na gestão da política educacional trouxeram graves prejuízos à sociedade como um todo.

Em 2000, a taxa analfabetismo da população acima de 15 anos em Alagoas (32,8%) era mais elevada que a do Nordeste (26,65%) e mais que o dobro da taxa nacional, 13,3%. E os analfabetos funcionais na faixa etária acima de 15 anos, assim considerados os que não concluíram as quatro primeiras séries do ensino fundamental, eram 47,4%. Somava-se, então, 80,2% da população alagoana acima

de 15 anos classificada como analfabeta – integral ou funcional, em 2000.

Em 2000, todos os municípios de Alagoas tinham IDHM – Educação (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação) classificado como  **muito baixo**, abaixo de 0,4999. Nesse indicador, são considerados a frequência de crianças e jovens à escola (2/3) e a escolaridade da população adulta (1/3).

Registramos, no período, a implantação do FUNDEF, a partir de 1997, que atuou apenas na etapa do Ensino Fundamental, mas permitiu melhorias no financiamento da Educação Pública, especialmente nas redes municipais, que já arcavam com 70% da matrícula pública naquele segmento. Em 2008, com a implantação do FUNDEB, o financiamento foi ampliado para as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Em 2011, observa-se que houve uma queda acentuada no percentual de analfabetismo – de 32,8% para 24,3%, mantendo-se, contudo, uma taxa acima das médias do Nordeste e do país. O IDHM Educação de Alagoas havia se alterado em 2010: apenas 02 municípios mantinham-se na posição  **muito baixo**. A maioria evoluiu para a posição  **baixo** (entre 0,500 a 0,599), totalizando 86 municípios. 13 municípios avançaram para a posição  **médio** (0,600 a 0,699). E apenas 01 (um) município atingiu a posição  **alto** (0,700 a 0,799), a capital Maceió.

Entretanto, a partir desse período, a redução da taxa de analfabetismo diminuiu o ritmo, estagnado entre 2011 e 2015 num patamar altíssimo. Enquanto isso, no restante do país o analfabetismo tem se reduzido muito na população jovem, permanecendo alto na população idosa.

Entre 2004 a 2014, a região Nordeste teve a maior redução do analfabetismo, em 5,8 pontos, passando de 22,4% para 16,6% de sua população, mas ainda é a região com o maior número de analfabetos. A região Norte teve uma redução de 4 pontos, de 13% para 9%; o Centro-Oeste, 2,7 pontos (de 9,2% para 6,5%), o Sudeste, 2 pontos (6,6% para 4,6%) e o Sul, de 1,9 ponto (de 6,3% para 4,4%). No mesmo período, a média de anos de estudos aumentou entre 2004-2014, passando de 6,5 anos para 7,7 anos em média no país.

Desta forma, percebemos que houve um estímulo de financiamento e desenvolvimento de vários programas federais para a Educação Básica, com o objetivo de superar déficits históricos e ampliar direitos, e Alagoas beneficiou-se desse processo, especialmente entre 2003-2014.

Na atualidade, a redução dos orçamentos das políticas sociais a partir de 2015 vem retirando ano a ano os insumos necessários para alcançarmos as metas definidas nos Planos de Educação, principalmente com a aprovação da Emenda Constitucional Nº. 55, “a PEC da Morte”, aprovada em dezembro de 2016, sob forte aparato de repressão policial aos movimentos sociais organizados. Esta Emenda institui um processo de redução do financiamento público por 20 anos, o que fará o país retroceder drasticamente aos patamares anteriores à Constituição Federal de 1988. A ameaça à Educação Pública é real, e o governo estadual anuncia a extinção de concursos públicos, em sintonia com o governo federal. Mais um elemento contra os direitos da população, pois tal medida favorece a precarização ainda maior das condições de trabalho dos/as educadores/as, o rebaixamento de salários, o desmonte de planos de carreira, ao tempo que reduz o custeio e impede a expansão da oferta educacional.

Nesta conjectura, a UFAL, assim como o Centro de Educação e o curso de Pedagogia, permanecerão politicamente ativos, mantendo-se como espaços plurais, democráticos, crítico e reflexivos, que realizarão produções científicas, tecnológicas e culturais, em parceria com os setores da sociedade, visando ofertar uma formação que habilite os professores e as professoras à ação política e técnica pela preservação dos direitos sociais e pela oferta de uma educação que tenha como princípios a ética e a justiça social.

### **1.3. Justificativa**

O Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, é marcado por uma diversidade de propostas de formação, configurada numa multiplicidade de estruturas de cursos. A promulgação da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 (institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura) não extingue as polêmicas que acompanham a discussão de sua identidade, mas contribui para o estabelecimento de um perfil do Pedagogo que deverá orientar nacionalmente a organização dos cursos.

Os diferentes sentidos dados historicamente ao Curso de Pedagogia, materializados no currículo, expressam concepções sobre teoria-prática, conteúdo-forma e objeto-sujeito e reportam-se a questões epistemológicas e socioculturais

(AGUIAR et al, 2006). No âmbito da política de formação docente, os sentidos dominantes no campo da profissionalização docente/formação do/a Pedagogo/a são estabelecidos num embate entre projetos de educação e sociedade. Considerando o projeto educativo defendido pelas organizações dos profissionais da educação, fundado numa concepção emancipatória, e os anseios da sociedade alagoana, o/a Pedagogo/a que pretendemos formar, precisa atender prioritariamente às necessidades da Educação Básica que se efetiva nos espaços escolares públicos, sem com isso desconsiderar os campos e espaços educativos que a realidade atual abre para o/a profissional formado/a em Pedagogia.

Com essa opção preferencial pela educação escolar pública, o Curso de Pedagogia aqui proposto busca responder às lutas historicamente travadas pelas entidades nacionais como ANFOPE<sup>1</sup> e FORUMDIR1 que sempre defenderam a docência como base da formação, com respaldo em estudos desenvolvidos por acadêmicos/as que insistentemente consideram, a par da dimensão epistemológica do/a profissional a ser formado/a, o sentido eminentemente político da ação do/a pedagogo/a no desenvolvimento de uma educação de qualidade socialmente referenciada para as maiorias e comprometida com o desenvolvimento social do Brasil e, aqui, igualmente de Alagoas.

#### **1.4. Histórico do Curso**

As origens da área de educação na UFAL confundem-se com a própria história da formação dos educadores em nível superior em Alagoas e com a trajetória da própria Universidade, que se deram, ambas, de forma tardia, até para os padrões brasileiros. Se no país já era possível se falar em profissionais da educação na década de 30 do século XX, referindo-se não somente aos que trabalhavam no antigo curso primário, para o qual já existia, há décadas, como espaço de formação, a Escola Normal, em Alagoas, a formação em nível superior dos que trabalhavam na educação somente veio a se dar na década de 1950, por iniciativa do Padre Teófanés Augusto de Araújo Barros, eminente educador alagoano.

Assim, passando a função docente daqueles/as que atuavam nos chamados cursos secundários a ter formação específica e profissionais a ela exclusivamente dedicados/as – não sendo, mais, portanto, vista como um “gancho”, como se dizia

na gíria –, também a função de pedagogo/a foi contemplada, com a criação do curso de Pedagogia, em 1955, no seio da então **Faculdade de Filosofia de Alagoas**.

Nascido sob a forma dos chamados cursos de **Pedagogia** e **Didática**, antes de tudo para dar conta do licenciamento para o ensino dos graduados que aquela IES – única no estado a formar bacharéis em Letras, História, Geografia e Filosofia – começou a diplomar, na área de educação, juntamente com a Faculdade que a desenvolvia. Esta foi uma das células formadoras, em 1961, do que passou a constituir a **Universidade de Alagoas**, criada como instituição federal e, por isso mesmo, depois denominada **Universidade Federal de Alagoas**. Nesse primeiro momento, o curso de Pedagogia nasce precipuamente para formar técnicos em nível de especialização na área de educação, capazes, sobretudo, de assessorar os sistemas educacionais àquela altura em processo de modernização, como, aliás, definia a legislação em vigor.

Já no âmbito da UFAL e ligada à unidade então chamada de **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alagoas**, a área de educação, além de formar graduados e graduadas em **Pedagogia**, continuou a desenvolver ações acadêmicas inerentes à formação de todos/as os/as graduados/as pela Universidade aptos/as a, legal e plenamente, exercer a função de professores/as nos chamados cursos secundários, enquanto formava, emergencialmente, também aqueles/as que, na prática, se tinham feito professores e professoras.

Por conta da reforma universitária promovida pelo Regime Militar, através da Lei 5.540/68, na UFAL, em fins da década de 1960, foi promovida uma reorganização institucional, da qual saiu a estrutura de **Institutos Básicos e Faculdades**, vindo a área de educação a constituir a **Faculdade de Educação**, com a responsabilidade de formar ou concluir a formação de todos os profissionais da educação em nível superior, em Alagoas, através de clássico esquema 3 + 1 criado, no Brasil, com a estrutura original das licenciaturas, ainda na década de 30. Aqui, o curso de Pedagogia, cuja natureza profissionalizante justificava o surgimento da Faculdade, sofreu uma reformulação radical, por conta da criação ou, melhor dizendo, subdivisão da ação do pedagogo em tarefas especializadas. Na UFAL, sob a égide da Resolução 02/69 do CNE, decorrente de Parecer do Professor Valnir Chagas, são criadas, como formas de realização da formação no curso de Pedagogia, as habilitações em **Supervisão Escolar**, **Orientação Educacional**,

### **Administração Escolar e Inspeção Escolar.**

Nesse contexto, embora a proposta do Conselheiro Valnir Chagas abrisse, através de complementação, via três disciplinas, a possibilidade de o novo pedagogo sair, também, habilitado para a docência das 4 séries do antigo 1º Grau, na UFAL, essa possibilidade não se concretizou. O desenho assumido pelo curso na universidade, a partir de 1978, com ênfase nas habilitações, levou a que, em lugar do ingresso e diplomação de pedagogos e pedagogas, ainda que especializados/as, tomasse uma conformação tal que, desde então, não apenas o diploma, mas até o ingresso passou a se dar já diretamente na habilitação, sendo permitida complementação para outra, após a aquisição de uma específica. Nessa reforma, cria-se mais uma habilitação - a de **Magistério** – a qual foi sempre a menos procurada, visto que habilitava apenas para a docência nos cursos pedagógicos – nível de 2º Grau. Importa ressaltar que, com o advento da Lei 5.692/71, as funções dos/as chamados/as “especialistas” passaram a constar da ordem do dia das políticas educacionais, entrando, conseqüentemente, em alta no mercado de trabalho para os/as pedagogos/as, com destaque para Orientação e Supervisão, para as quais havia emprego farto.

Com uma nova reforma da UFAL, no início da década de 1970, foi criada a estrutura institucional básica que vigorou até a homologação, em dezembro de 2003, por força da nova LDBEN. Naquela estrutura, a UFAL passou a ter a organização do processo de execução das suas atividades fins nos **Centros**, a partir das grandes áreas do saber acadêmico, as quais, por sua vez, se reorganizaram em departamentos e colegiados de curso, o que levou a **Faculdade de Educação**, naquela altura, a se redefinir como **Departamento de Educação**, criando-se, ao mesmo tempo, o **Colegiado do Curso de Pedagogia**, no interior do **Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA**.

E foi sob a forma de **Departamento de Educação** que a área existiu e desenvolveu suas atribuições até meados dos anos de 1980, dando-se, portanto, em seu seio e por iniciativa de seus docentes, a última reforma do curso de Pedagogia acima referida. Para dar conta da ampliação da demanda e da importância que começa a assumir a área de educação na UFAL e na sociedade alagoana, o **Departamento de Educação**, cuja subdivisão já constava do Estatuto de 1982, foi reorganizado em três departamentos, ainda no seio do CCSA, a saber: o

**Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação – TFE**, o **Departamento de Administração e Planejamento da Educação – APE** e o **Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – MTE**, permanecendo o **Colegiado do Curso de Pedagogia**. E foi no seio desses três departamentos e por influência da mobilização efetivada pelas entidades representativas dos profissionais da educação que tomou corpo mais uma reforma do Curso de Pedagogia da UFAL, a qual se efetivou já no âmbito do Centro de Educação ( CEDU).

O CEDU, como unidade acadêmica, englobou o que restou dos três departamentos da área, mais o antigo departamento de Educação Física, criado no final da década de 1980 e hoje unidade autônoma, o Instituto de Educação Física e Esporte.

Desde a sua gestação, o CEDU avançou, tendo como base da caminhada rumo a sua institucionalização, um conjunto de princípios que iriam se corporificar num programa de ação pioneiro, enquanto modo de agir coletiva e coordenadamente dentro da UFAL. Isso no que diz respeito ao plano político-institucional.

No plano pedagógico, o CEDU é a expressão material da ação de um grupo que, já desde a criação, em âmbito nacional, do **Comitê Pró-Formação do Educador**, em 1980, com sede em Goiânia, ainda no então Departamento de Educação da UFAL, procurava se integrar ao movimento nacional dos educadores que se afirmava nos marcos da redemocratização do Brasil. Sobre essa articulação, especificamente, diz a ANFOPE, em seu documento final do X Encontro Nacional (Brasília/2000):

[...] embora o impulso inicial [...] tenha se dado a partir das tentativas do MEC e do CFE de reformular o Curso de Pedagogia, já naquele momento o Comitê apontava a necessidade de se ampliar o debate em direção a todas as licenciaturas, para além do curso de Pedagogia, incorporando as lutas específicas que vinham sendo travadas em outras instâncias, por outras entidades” (ANFOPE, 2000).

Assim, a área de Educação dentro da UFAL, desde que a conjuntura o permitiu, o CEDU sempre participou das discussões nacionais travadas no seu âmbito de atuação, primeiro no **Comitê Pró-Formação**, depois dentro da

**CONARCFE** – Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores (1983) – e, em seguida, no âmbito da **ANFOPE** – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, resultante da transformação da CONARCFE, em 1990, bem como no seio do **FORUMDIR** – Fórum de Diretores de Centros/Faculdades de Educação Públicas –, procurando, com empenho de boa parcela de seus docentes, incorporar os resultados dos debates e resoluções aos processos de planejamento de sua ação local e à estruturação dos cursos de formação de professores, particularmente daquele que tem representado sua responsabilidade direta, qual seja, o curso de Pedagogia.

Assim, foi a partir das instâncias político-acadêmicas acima referidas que foram sendo estruturados os programas e projetos de constituição do CEDU e o curso de Pedagogia, em parceria com as forças políticas organizadas da sociedade alagoana, tais como as entidades do magistério e os organismos governamentais responsáveis pela oferta da Educação Básica. Assim, foi criado, por exemplo, o **Fórum das Licenciaturas**, em 1988, sob a coordenação do CEDU, no qual a Associação dos Professores de Alagoas – APAL tinha assento, enquanto ampliávamos o nosso olhar e as nossas ações para fora dos muros do *campus*, resultando, daí, por exemplo, a criação do **PROMUAL** (1990), a incorporação, na prática, das ações de alfabetização, via **NEPEAL**, ou a instituição de **Núcleos Temáticos** para dar conta de demandas sociais tais como **Educação Ambiental**, **Educação a Distância**, **Ações de Avaliação Educacional** ou o desenvolvimento de projetos de formação continuada e de pós-graduada, ou não.

Além disso, avançou no sentido da desmontagem da parcelarização do trabalho pedagógico na escola, mediante a oferta de cursos de aperfeiçoamentos, das especializações e do mestrado e do doutorado em educação. Esta foi ousadia possível e reflete a direção tomada pelas discussões no âmbito nacional, frente à luta pela desmontagem das estruturas e dos processos criados pela Ditadura (1964-1985) e, a partir dos anos de 1990, pelas políticas conservadoras e neoliberais.

Neste processo, o CEDU esteve sempre integrado, internamente, à construção do primeiro planejamento globalmente pensado para a UFAL como um todo – o **PPG** (1988/2001) – enquanto construía, simultaneamente, seu plano setorial de ação. Como fruto dessa conduta surgiu o documento geral de orientação da reformulação dos Cursos de Licenciaturas, produzido coletivamente em seu Fórum e, no âmbito

interno, mais uma reformulação do curso de Pedagogia, implantada em 1994. Em um percurso progressivo, na busca pela melhoria da qualidade do ensino em Alagoas, em 2001 foi criado o curso de Mestrado em Educação Brasileira e em 2011 o curso de doutorado, no seio do **PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação**.

Com a reformulação do curso, em 2006, e a implantação dos cursos de pós-graduação no CEDU, o curso de Pedagogia da UFAL tem experienciado avanços progressivos no debate político e crítico e na produção científica, visando atender as novas demandas do cenário educacional alagoano.

## 2. CONCEPÇÃO DO CURSO

No Brasil, o curso de Pedagogia, regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº. 1.190/1939, foi desenhado para ser instrumento de formação dos “*técnicos em educação*” que a incipiente modernização da máquina do Estado Nacional pós-revolução de 1930 estava a demandar. Pedagogos e Pedagogas seriam, então, profissionais da educação que, uma vez formados, assumiriam funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho de estudantes e docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação nos aparelhos do Estado, nos âmbitos Federal, Estaduais e, em muitos lugares, também nos municípios, mediante uma formação e um diploma de bacharel.

Segundo o Parecer CNE/CP nº 5/2005, que estabelece as atuais diretrizes do curso de Pedagogia,

[...] a padronização do curso de Pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção normativa da época, que alinhava todas as licenciaturas ao denominado “esquema 3+1”, pelo qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química. Seguindo este esquema, o curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área, quais sejam, fundamentos e teorias educacionais; e o título de licenciado que permitia atuar como professor, aos que, tendo concluído o bacharelado, cursassem mais um ano de estudos, dedicados à Didática e à Prática de Ensino. O então curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência Pedagogia, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e tratando-os separadamente (BRASIL, 2005).

A dicotomia entre bacharelado e licenciatura levava à seguinte situação: no bacharelado se formava o/a pedagogo/a que poderia atuar como técnico em educação e, na licenciatura, formava-se o professor/a que iria lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, quer no primeiro ciclo, o ginásial - normal rural, ou no segundo. Esses foram, em linhas gerais, os ditames em vigor para a formação do/a pedagogo/a até 1969, quando o Parecer CFE nº 252/1969 e a Resolução CFE nº 2/1969 estabeleceram a possibilidade de o curso de Pedagogia ser também uma licenciatura, com registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º Grau. Daí iria se desdobrar o argumento de que, como “*quem pode o mais pode o menos, quem prepara o*

*professor primário tem condições de ser também professor primário*”. Assim, abria-se o magistério nos anos iniciais de escolarização também para os formados em Pedagogia. Para tanto bastava, apenas, o acréscimo de três disciplinas ao currículo mínimo determinado para a formação dos/das pedagogos/as. E essa será a situação que oficialmente irá vigorar até a aprovação das Diretrizes do curso de Pedagogia, inclusive com o reforço do CNE via Parecer sobre Apostilamento de Diplomas de Pedagogia.

Somente graças à luta dos movimentos organizados dos educadores, e assim mesmo por conta da prerrogativa da autonomia didático-científica das universidades, é que essa concepção seria rompida, no seio de muitas IES brasileiras públicas. Esse fato é reconhecido pelo CNE, no já referido Parecer CNE/CP 5/2005, quando afirma que:

[...] com uma história construída no cotidiano das instituições de ensino superior, não é demais enfatizar que o curso de graduação em Pedagogia, nos anos de 1990, foi se constituindo como o principal *locus* da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País. (BRASIL, 2005).

Definindo que o Curso de Pedagogia é uma licenciatura, as atuais diretrizes corroboram com o entendimento de que seu projeto pedagógico deve estar centrado na docência, entendida como a base da identidade profissional do/a Pedagogo/a. Segundo a Resolução CNE/CP nº 1 de 2006, no parágrafo 1º do artigo 2º:

[...] § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, Resolução CNE/CP nº 1, 2006).

Ao definir a formação do/a Pedagogo/a centrada numa concepção ampla de docência, as diretrizes do Curso de Pedagogia estabelecem que a atuação será realizada na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na

área de serviços e apoio escolar, além de outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Entretanto, esclarece que a docência também compreende outras atividades:

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, Resolução CNE/CP nº 1, 2006, art. 4º).

A consideração da docência enquanto base da identidade do/a Pedagogo/a exige o entendimento da amplitude de sua configuração, que não se restringe a uma atuação profissional centrada na epistemologia da prática, tão em voga nas reformas ocorridas nas políticas de formação docente a partir dos anos de 1990. Novos desafios são apresentados ao Curso de Pedagogia e a definição do perfil do/a Pedagogo/a ser formado/a exige o entendimento de que as concepções norteadoras de nosso projeto formativo (docência, qualidade, educação, dentre outras) não são neutras, mas determinadas ideologicamente. Discutindo a docência como base da formação, Scheibe (2007, p. 60) afirma:

A prática da docência como base, segundo Kuenzer e Rodrigues (2006), corre o risco de ser “uma expressão da epistemologia da prática”. Decorre daí o grande desafio que precisa ser enfrentado para que esta prática venha a se constituir, nos projetos pedagógicos de curso, no princípio educativo gramsciano: o desafio é estabelecer uma formação teórica sólida, com base no conhecimento científico e na pesquisa consolidada, e não ceder à incorporação da racionalidade técnica ou do praticismo pedagógico predominante na epistemologia da reforma educacional oficial, na qual se vincula o conhecimento formativo a uma prática imediatista.

À luz desse posicionamento, afirmamos em nosso PPC as concepções de formação historicamente defendidas pelo movimento dos educadores reunidos na ANFOPE, segundo os quais, a formação do educador deve ancorar-se numa Base Comum Nacional (BCN), norteadora por uma concepção de educação enquanto processo emancipatório e permanente. A BCN ancora-se nos seguintes princípios: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da

educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação. Tais concepções e princípios são atualmente reafirmados na Resolução CNE/CP nº 02 de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial, em nível superior e para a formação continuada, dos profissionais do magistério. Sendo assim, além da Resolução CNE/CP nº 1 de 2006, que define as DCNs para os cursos de Pedagogia, nosso PPC é também norteado pelas DCNs aprovadas em 2015, anteriormente referidas.

As diretrizes aprovadas em 2015 (Resolução CNE/CP nº 2) representam a legitimação oficial de princípios e concepções de formação elaborados e defendidos pelo movimento dos educadores, ao longo das lutas e mobilizações pela formação/profissionalização do magistério e pela democratização do acesso à educação escolar. Tais diretrizes apresentam uma concepção de formação que articula a formação inicial e continuada e a valorização do magistério, aspectos não contemplados pelas diretrizes que anteriormente estavam em vigor (Resolução CNE/CP nº1 de 2002).

Diante do exposto, entendemos que o conjunto de diretrizes que adotamos, em coerência com a legislação em vigor, contribui para a organização de um projeto de formação docente que supera conceitualmente as propostas assentadas na centralidade da prática e avança na direção de um projeto educativo orientado pela necessária unidade entre teoria e prática. Além disso, contribuem para o entendimento de que o processo de formação docente não deve estar desvinculado de uma política de valorização do magistério. No artigo 18, da Resolução CNE/CP de 2015 é possível identificar esse entendimento:

Art. 18 - Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica. (BRASIL, 2015).

Assumimos, então, o posicionamento de que a política de formação docente deve estar articulada à valorização do magistério e o curso deve formar um/a Pedagogo/a capaz de realizar uma *práxis* pedagógica na qual o exercício da

docência articule diversas dimensões, conforme estabelece a Resolução CNE/CP nº 2 de 2015, art. 2º, § 2º:

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional. (BRASIL, 2015).

Caracterizado pelas normas instauradas como um curso de licenciatura, a Pedagogia, tal como proposto pelo CNE, precisa levar em consideração, na definição de seu projeto pedagógico, além dos princípios constitucionais e legais, a diversidade sociocultural e regional do país, a organização federativa do Estado brasileiro, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, bem como a competência dos estabelecimentos de ensino e dos docentes para a gestão democrática.

O/a licenciado/a em Pedagogia precisa trabalhar com um repertório de saberes e habilidades compostos por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Nosso curso visa formar Pedagogos/as capazes de desenvolver uma atuação pautada no planejamento e aplicação de contribuições de diversas áreas do conhecimento à prática educativa, segundo estabelecido na Resolução CNE/CP, Nº 1 de 2006, art. 2º, § 2º:

§ 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. (BRASIL, 2006).

Para a formação do licenciado e da licenciada em Pedagogia define-se como

central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. É necessário que saiba, entre outros aspectos, que entre as comunidades do campo, os povos indígenas, os quilombolas e as populações urbanas social e economicamente excluídas, a escola se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas sociais e étnicas e da sustentabilidade ecológica, econômica e territorial daquelas comunidades, bem como de articulação entre as organizações tradicionais e o restante da sociedade brasileira. Sendo assim,

Para a formação do licenciado em Pedagogia é central: I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino (Resolução CNE/CP, nº 1 de 2006, art. 3º, parágrafo único).

A formação do/a pedagogo/a necessária ao atendimento das demandas educacionais do país e de Alagoas deve ter como base e identidade de sua formação a docência, que é vista a partir de uma “tríplice relação com o saber – a base de conhecimentos do pedagogo, sua atuação como produtor de conhecimentos e sua “ação ética” – o que reforça a característica eminentemente profissional do trabalho do/a pedagogo/a, assentada nos seguintes princípios:

§ 5º - São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos,

contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;  
 VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;  
 VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;  
 VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;  
 IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;  
 X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirada nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;  
 XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais. (Resolução CNE/CP nº 2 de 2015, art. 3º, § 5º).

Considerando a opção preferencial por nós assumida nesta proposta de curso, qual seja a de focar nossos esforços formativos na instituição escolar, a organização da matriz curricular para a formação do/a profissional do magistério, do/a pedagogo/a que queremos, porque dele/a precisa a sociedade alagoana, precisa ter como eixo central a cultura escolar, entendida como uma construção social que traz as marcas de um espaço e tempo específicos, expressos nos rituais pedagógicos, na forma de organização e gestão da escola, na delimitação de saberes e conteúdos a serem trabalhados, nos procedimentos de avaliação, numa perspectiva sempre parcial e provisória. Isso, evidentemente, não significa o descarte das questões formativas que emergem de outros espaços educativos, até porque, pelo que entendemos, a realidade, por ser global e articulada, não pode ser parcelada, ao mesmo tempo em que a sociedade, em suas várias instâncias, por configurar instâncias eminentemente pedagógicas é percebida por nós como lugar privilegiado de educação.

Dito isto, e considerando o eixo formativo central por nós assumido, alguns eixos articuladores da proposta político-pedagógica aqui delineada se fazem necessários, na medida em que permitem compreender o cruzamento de várias culturas que compõem a realidade escolar, já que

[...] viver uma cultura e dela participar supõe reinterpretá-la, reproduzi-la, assim como transformá-la. A cultura potência tanto quanto limita, abre ao mesmo tempo que restringe o horizonte de imaginação e a prática dos que a vivem. Por outro lado, a natureza de cada cultura determina as possibilidades de criação e desenvolvimento interno, de evolução ou

estancamento, de autonomia ou dependência individual (PÉREZ GÓMEZ, 2003. p. 17).

Dessa forma, os eixos articuladores que compõem o processo formativo realizariam o que Pérez Gómez (2003) denomina de “*mediação reflexiva*”, ou seja, um diálogo entre os vários saberes presentes ao longo da formação e entre os saberes advindos das próprias trajetórias escolares dos alunos. Pérez Gómez (2003, p. 17) define esse movimento como sendo

[...] este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola, entre as propostas da *cultura crítica*, alojada nas disciplinas científicas, artísticas e filosóficas; as determinações da *cultura acadêmica*, refletida nas definições que constituem o currículo; os influxos da *cultura social*, constituída pelos valores hegemônicos do cenário social; as pressões do cotidiano da *cultura institucional*, presente nos papéis, nas normas, nas rotinas e nos ritos próprios da escola como uma instituição específica; e as características da *cultura experiencial*, adquirida individualmente pelo aluno através da experiência nos intercâmbios espontâneos com seu meio.

Uma proposta curricular para o curso de Pedagogia pressupõe clareza sobre o profissional que se espera formar, o sentido da formação para esse sujeito, as formas de articulação curricular, as aprendizagens significativas, a dimensão epistemológica dos conteúdos, a atitude de investigação e pesquisa e, principalmente, uma articulação entre teoria e prática.

A essa altura, ainda que correndo o risco de sermos reiterativos, não podemos deixar de assinalar, ao construir as referências que aqui estamos tomando como base para a formação do/a Pedagogo/a de que Alagoas precisa, as posições históricas da ANFOPE sobre o tema; no mínimo, em respeito ao que a ela devemos pelas conquistas configuradas nas diretrizes curriculares do curso de Pedagogia e nas Diretrizes para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. É que essa entidade, como aglutinadora e catalisadora das discussões mais progressistas sobre a entidade e caixa de ressonância dos estudos desenvolvidos na academia sobre a formação dos/as profissionais da educação – e não somente do/a pedagogo/a – ao afirmar suas posições de forma globalizante, assevera insistentemente em todos os seus documentos relativos às diretrizes necessárias à formação do/a profissional da educação, que este/a deve:

- Ser capaz de atuar nas diversas áreas de educação formal e não-formal, tendo a

docência como base de sua identidade profissional;

- Ter uma compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativos que se dão em diferentes âmbitos e modalidades;
- Ser crítico, criativo, ético e tecnicamente capaz de contribuir para a transformação social;
- Compreender como se processa a construção do conhecimento no indivíduo;
- Ser capaz de contribuir com o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da instituição em que atua, de forma a consolidar o trabalho coletivo e democrático;
- Desempenhar um papel catalisador do processo educativo em todas as suas dimensões, atento às relações éticas e epistemológicas que compõem o processo educacional;
- Ser capaz de estabelecer um diálogo entre a sua área e as demais áreas do conhecimento, relacionando o conhecimento científico e a realidade social e propiciando aos seus alunos a percepção da abrangência dessas relações;
- Ser capaz de articular ensino-pesquisa-extensão, na produção do conhecimento e de novas práticas pedagógicas (cf. ANFOPE, Campinas, 1998).

A partir dessas posições nucleares, que dão unidade ao trabalho educativo desenvolvido a inúmeras mãos, se atentarmos para o que estabelecem as diretrizes para a formação do/a pedagogo/a, teremos a afirmação do CNE de que uma formação assim desenvolvida conseguirá o periódico redimensionamento das condições em que educadores/as e educandos/as participam dos atos pedagógicos em que são implicados, quanto, no caso específico do/a pedagogo/a, fornecem elementos para a proposição, análise e desenvolvimento de políticas destinadas à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como à formação de professores e de outros educadores para essas etapas de escolarização, de modo a tentar garantir, a todos/as, o direito à educação de qualidade, em estabelecimentos devidamente instalados e equipados, gerida por profissionais qualificados/as e valorizados/as.

Já quanto à participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino – que são atos preferenciais dos/a profissionais da Pedagogia – afirmam as diretrizes curriculares do curso textualmente que a formação deve ser desenvolvida:

Na perspectiva de uma organização democrática, em que a corresponsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, p. 7).

E, incorporando o que sempre defenderam ANFOPE, FORUMDIR, Comissão

de Especialistas da Pedagogia e demais entidades integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o Conselho Pleno do CNE, ao aprovar as DCNs da Pedagogia, assume mais uma vez o que sempre defendemos para a formação dos profissionais da educação – incluído/a aí o/a pedagogo/a – e que já se encontra institucionalizado no âmbito da UFAL, ou seja, que:

A pluralidade de conhecimentos e saberes introduzidos e manejados durante o processo formativo do licenciado em Pedagogia sustenta a conexão entre sua formação inicial, o exercício da profissão e as exigências de educação continuada. O mesmo ocorre com a formação de outros licenciados, o que mostra a conveniência de uma base comum de formação entre as licenciaturas, de modo a, no plano institucional, derivar em atividades de extensão e de pós-graduação, das quais formandos ou formados das diferentes áreas venham juntos participar (BRASIL, 2006, p. 7).

Essas são, portanto, as referências que assumimos na formulação deste Projeto Político-Pedagógico.

## 2.1. Dados de identificação do curso

- Curso:** Graduação em Pedagogia, Licenciatura  
(Resolução Nº 01/2006 CNE/CP, de 15 de maio de 2006)
- Autorização:** Dec. Federal nº. 37.599 de 12/07/1955, publicado em 01/09/1955.
- Reconhecimento:** Dec. Federal nº. 49.849 de 07/01/1961, publicado em: 10/02/1961.
- Renovação do Reconhecimento:** Portaria nº 920/2018, de 27 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 28/12/2018, Edição 249, Seção 1, pág. 245.
- Modalidade de Ensino:** Presencial
- Endereço de funcionamento:**  
Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL  
Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro do Martins  
Maceió – AL – CEP 57072-970
- Conceito Preliminar de Curso (CPC):** Conceito 3.
- Turnos de funcionamento:** Matutino, Vespertino e Noturno.
- Titulação conferida aos egressos:** Licenciado em Pedagogia.
- Formas de ingresso:**  
Via Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), Editais de Reopção e de Transferência; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional ou outras formas autorizadas pelo

Conselho Universitário.

**Tempo mínimo e máximo de integralização (em semestres letivos):**

Tempo mínimo: 9 semestres – Tempo Máximo: 13 semestres

**Número de vagas oferecidas a cada semestre:**

120 para duas entradas, totalizando 240 vagas no ano.

## **2.2. Objetivos**

O Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura do Centro de Educação da UFAL –, na busca de atender as normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica, apresentadas na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, na Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015 e considerando os objetivos institucionais dispostos no Estatuto e Regimento Geral da UFAL (UFAL, 2006); o perfil do egresso; a estrutura curricular; o contexto educacional com suas características locais e regionais e as novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, estabelece como:

### **2.2.1. Objetivo Geral**

Formar licenciado em Pedagogia para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como para exercer atividades de organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação e produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos educacionais, atendendo suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades. (BRASIL, 2006).

### **2.2.2. Objetivos Específicos**

A –

Conhecer a instituição educativa como organização complexa na função de promover o desenvolvimento dos sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas diferentes etapas da educação básica, em especial, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e nas modalidades – educação de jovens, adultos e idosos, educação especial, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e

educação escolar. (Art.3 da Resolução CNE/CP Nº 2/2015).

B – Pesquisar, analisar e compreender os pressupostos teórico-metodológicos que envolvem a pesquisa em educação para investigações de interesse na área educacional e específica.

C – Apropriar-se de conhecimentos que envolvem a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica em espaços escolares e não-escolares.

D – Atuar profissionalmente no ensino, na coordenação do trabalho pedagógico e organização em instituições de educação básica, em espaços escolares e não escolares.

E – Levar os licenciandos a apropriar-se dos fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos, políticos, psicológicos e didáticos da educação, da instituição escolar e dos processos educacionais que envolvem as diferentes etapas e modalidades de educação básica, preferencialmente, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### **2.3. Perfil e Competência Profissional do Egresso em Pedagogia**

Considerando-se as referências político-epistemológicas e os objetivos por nós assumidos para o curso de Pedagogia que o Centro de Educação da UFAL se propõe a desenvolver, mister se faz a formalização do perfil profissional que o/a graduado/a por esse curso precisa ter. Assim sendo, delineamos como perfil desejável e insistentemente por nós buscado do/a egresso/a do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL, o que segue:

- postura ética e compromisso para atuar na construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- capacidade de compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- aptidão para fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

- disposição para trabalhar na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecimento e respeito às manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- domínio dos modos de ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- capacidade de relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- disposição para promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- aptidão para identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- capacidade de desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- capacidade de participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- capacidade de participar da gestão das instituições em que atuem, planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- preparo para realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes/estas desenvolvem suas experiências não-escolares, sobre processos de ensinar e de aprender, em

diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

- capacidade de utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- condições de estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Em síntese, seguem abaixo o perfil do egresso do Curso de Pedagogia, Licenciatura, bem como, o campo de atuação.

### **2.3.1. Perfil do Egresso**

Profissional que conceba o fenômeno educativo no processo histórico, dinâmico e diversificado, respondendo criticamente aos desafios que a sociedade lhe coloca; que atue de forma reflexiva, crítica, cooperativa, com ética e conhecimento fundamentado, com habilidades para levantar problemas e, principalmente propor alternativas de intervenção para a educação básica no Brasil; que exerça a capacidade de liderança e de busca do conhecimento; que produza conhecimentos como docente/pesquisador/gestor de processos pedagógicos que envolvam crianças, jovens, adultos e idosos, em instituições escolares e não escolares.

### **2.3.2. Campo de Atuação**

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, o egresso do Curso de Pedagogia da UFAL pode atuar em escolas, sistemas educacionais e outras organizações formais e não-formais. Desse modo, estará apto a exercer:

- Funções de magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; na educação profissional na área de serviços e apoio escolar, tendo como base a docência;

- Atividades de organização e gestão de sistemas e de instituições de ensino, englobando planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor de educação e de projetos e experiências educativas não escolares; e de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

### **3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

#### **3.1. Suporte Administrativo do *Campus***

O suporte administrativo do Campus A. C. Simões, como rede de suporte para o curso de Pedagogia, é oferecido via Centro de Educação – CEDU – como Unidade Acadêmica que contribui com o planejamento, a execução e a avaliação, de forma indissociada, das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Conta ainda com outras unidades gestoras e executoras no âmbito da instituição.

#### **3.2. Composição e o Funcionamento de Colegiados de Curso, Comissões, Comitês, Câmaras, dentre outros**

O Colegiado do Curso de Pedagogia é o órgão vinculado ao Centro de Educação (CEDU) que coordena o funcionamento acadêmico, o desenvolvimento e a avaliação permanente do Curso de Pedagogia, conforme o Art. 25 do Regimento Geral da UFAL. É compreendido como um mecanismo de gestão do curso que auxilia a tomada de decisões a fim de que possam ser atendidas as demandas apresentadas pelos envolvidos nos processos de Ensino e de Aprendizagem, conforme os Arts. 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL.

No Curso de Pedagogia, há o Colegiado Restrito e o Colegiado Ampliado. O Colegiado Restrito é composto por cinco professores efetivos e seus suplentes, um representante do Corpo Técnico-Administrativo e seu suplente, mais um representante do Corpo Docente e seu suplente. Dentre os docentes titulares, o colegiado escolhe o Coordenador e o seu suplente (Vice-Coordenador). O Colegiado Ampliado é composto por todos os docentes que estiverem ministrando disciplinas no curso.

#### **3.3. Composição do Colegiado Restrito do Curso**

A composição do Colegiado Restrito, conforme Portaria Nº 373/2018 PROGRAD/UFAL, é a que segue.

<b>Docentes</b>	
<p><b>Titulares</b>  Eraldo de Souza Ferraz / SIAPE 1121262 (<b>Coordenador</b>)  <b>Formação acadêmica:</b> Licenciatura Plena em Pedagogia  <b>Titulação:</b> Mestre  <b>Regime de trabalho:</b> 40 DE</p> <p>Silvana Paulina de Souza - SIAPE 2327817 (<b>Vice-Coordenadora</b>)  Andrea Giordanna Araujo da Silva - SIAPE 2667043  Jailton de Souza Lira - SIAPE 1032617  Suzana Marcolino - SIAPE 1157037</p> <p><b>Suplentes</b>  Andreza Fabrícia Pinheiro da Silva - SIAPE 1803815  José Márcio Augusto de Oliveira - SIAPE 1437208  Marina Rebeca Saraiva - SIAPE 1018365  Mônica Patrícia da Silva Sales - SIAPE 2998658  Rosângela Oliveira Cruz Pimenta - SIAPE 1550808</p>	
<b>Representante dos Técnicos Administrativos</b>	
<p><b>Titular</b>  Luiz Lima do Nascimento - SIAPE 2025965</p> <p><b>Suplente</b>  Adriana Leite da Silva - SIAPE 1949500</p>	
<b>Representante dos Discentes</b>	
<p><b>Titular</b>  Zaine Paula dos Santos Silva - Matrícula 15210685</p> <p><b>Suplente</b>  Jael Alves da Silva - Matrícula 17210355</p>	

O Colegiado Ampliado é composto por todos os docentes que estiverem ministrando disciplinas no curso.

No que se refere às comissões, enquanto conjunto de pessoas designado por autoridade competente, serão compostas por professores do colegiado ou por outros por esse designado com a finalidade de realizar tarefas, estudos, exames, projetos, avaliações e outras demandas que poderão surgir.

Os membros representarão o colegiado e responderão pelas deliberações do grupo que representam, no caso, o Colegiado do Curso de Pedagogia.

### 3.4. Identificação da Coordenação de Estágio

**Coordenadora:** Elisangela Leal de Oliveira Mercado / SIAPE 4338324

Telefone: (82) 99107-7189 - E-mail: elisangela.mercado@cedu.ufal.br

Formação: Professora Adjunta I da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Linguística e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas.

**Vice-Coordenadora:** Carolina Nozella Gama / Siape: 2955864

Telefone: (82) 99647-9545 - E-mail: carolina.gama@cedu.ufal.br

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (2008), Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2012) e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2015).

### 3.5. Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso-TCC é um componente curricular obrigatório, com carga horária total de 130 horas, não se constituindo como disciplina, nem tendo carga horária fixa semanal. O TCC consiste de um trabalho acadêmico inédito/original (no sentido de não ter sido publicado em anais de eventos, livros ou revistas) de aprofundamento teórico ou teórico-prático, elaborado pelo/a aluno/a, sendo resultado de pesquisa relacionada à área da Pedagogia e realizada sob a orientação de um docente do quadro permanente da Universidade Federal de Alagoas. O TCC poderá ser elaborado nas modalidades: Monografia ou Artigo Científico, cabendo ao orientador/a a escolha da modalidade.

A Resolução nº 001 de 08 de janeiro de 2014 do Colegiado do Curso de Pedagogia orienta e regulamenta os TCCs dos alunos do Curso. Segundo esta norma, compete ao o/à professor/a orientador/a (e ao/à co-orientador/a, quando existir), entre outras atribuições:

- I – acompanhar a elaboração do TCC desde o momento em que aceitar a orientação;
- II – avaliar o Projeto de Pesquisa, observando a consistência, o ineditismo, a relevância e os demais elementos necessários à

continuidade da orientação e à conseqüente conclusão do TCC;

III – agendar reuniões periódicas com seus orientandos, a fim de avaliar o andamento da elaboração do TCC, cabendo-lhe ainda:

a) registrar, ao final de cada reunião, os conteúdos discutidos, com assinatura do(s) orientando(s);

b) consignar a ausência injustificada do/a orientando/a à reunião, registrando a atividade do dia como hora orientada;

c) abster-se de dar continuidade à orientação na ausência de um dos/as orientandos/as do TCC elaborado em dupla, exceto com justificativa da ausência;

d) apreciar a solicitação de outros/as discentes de Pedagogia interessados/as em acompanhar as reuniões com o objetivo de adquirir experiência acerca do desenvolvimento de TCC;

IV – prezar pelo cumprimento das atividades programadas, conforme cronograma especificado na Ficha de Planejamento;

V – direcionar a orientação no sentido de atender aos critérios avaliativos a serem adotados pela Banca Examinadora;

VI – informar à Coordenação do Curso os trabalhos que serão apresentados às Bancas Examinadoras nas apresentações públicas do TCC;

VII – cumprir os prazos e as disposições desta Resolução.

A mesma Resolução nº 001/14 ainda estabelece deveres e atribuições ao/à orientando/a:

I – subsidiar a escolha do tema do Projeto de Pesquisa nas áreas da Pedagogia;

II – ter conhecimento das regras desta Regulamentação antes de iniciar a elaboração do Projeto de Pesquisa e do TCC;

III – encaminhar à Coordenação do Curso o Termo de Compromisso e a Ficha de Planejamento assinados pelo/a orientador/a;

IV – escolher, em comum acordo com o/a orientador/a, a temática que será abordada no Projeto de Pesquisa e no Trabalho de Conclusão do Curso;

V – desenvolver as tarefas solicitadas pelo/a orientador/a, de acordo com o cronograma estabelecido na Ficha de Planejamento;

VI – entregar o TCC no prazo estabelecido e de acordo com os padrões e normas da ABNT;

VII – cumprir os prazos e as disposições desta Resolução.

Também, conforme a Resolução nº 001/2014-PEDAGOGIA, ficaram estabelecidas as seguintes modalidades de TCC, conforme estabelece o artigo 14:

**Art. 14.** A elaboração do TCC poderá ser uma MONOGRAFIA ou um ARTIGO CIENTÍFICO, e qualquer uma destas modalidades permitidas, deve atender às normas da ABNT.

**Art. 15.** A quantidade de páginas do TCC será definida de acordo com a modalidade escolhida pelo/a orientador/a, respeitados os seguintes limites:

a – para **Monografia**, no mínimo 40 (quarenta) laudas e o máximo estabelecido pelo/a orientador/a, considerando apenas os elementos textuais, quais sejam, introdução, desenvolvimento e conclusão. O modelo das páginas pré-textuais e textuais da Monografia deve seguir as orientações do PADRÃO UFAL DE NORMALIZAÇÃO, disponibilizado pela Biblioteca Central.

b – para **Artigo Científico**, no mínimo 15 (quinze) laudas e no máximo 25 (vinte e cinco) laudas. O modelo de formatação das páginas pré-textuais do Artigo Científico encontra-se nos Apêndices I, II e III, desta Resolução.

E que [...] “**Art. 16.** O trabalho deverá ser inédito, sendo considerados **não inéditos** os trabalhos já publicados ou submetidos à avaliação em qualquer instituição de ensino”.

### **3.6. O Núcleo Docente Estruturante - NDE**

Atendendo ao propósito da gestão democrática no Ensino Superior, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia é formado por docentes que auxiliam a tomada de decisões pedagógicas; está organizado e seguindo as normas de acordo com a Resolução Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012.

O NDE busca concretizar, por meio de reuniões e ações pontuais, o que está disposto no seguinte artigo:

Art. 3º - Onde terá as seguintes atribuições:

- I.* Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II.* Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III.* Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV.* Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Assim, a atuação do grupo consistirá na análise do desenvolvimento do trabalho e das ações educacionais, do aprendizado e da apropriação dos conhecimentos por parte dos estudantes. Busca, também, o aprimoramento dos aspectos didático-pedagógicos do corpo docente; aspectos curriculares no que se refere à matriz e seus conteúdos e aprendizagens. As ações do núcleo trabalharão para a melhoria da prática e para o realinhamento estratégico institucional mantendo um processo contínuo de autoavaliação.

### **3.7. Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE**

Sua composição atual foi instituída na Reunião do Colegiado Ampliado do dia 03 de outubro de 2018 e conta com os seguintes membros:

Profa. Iralde Correia de Souza Oliveira

Profa. Katia Maria Silva de Melo

Profa. Mariana Guedes Raggi

Profa. Marina Rebeca de Oliveira Saraiva

Prof. Paulo Nin Ferreira

### 3.8. Quadro Nominal do Quadro de Docentes

SIAPE	Nome	Título	Situação funcional	E-mail	CH
2211612	Abdizia Maria Alves Barros	Dr.	Ativo Permanente	abdizia@hotmail.com	DE
2546184	Adriana Cavalcanti dos Santos	Dr.	Ativo Permanente	adricavalcanty@hotmail.com	DE
2457196	Ana Carolina Faria Coutinho Gléria	Dr.	Ativo Permanente	carolfariacoutinho@hotmail.com	DE
1741659	Ana Carolina Sella	Dr.	Ativo Permanente	carolsella@gmail.com / ana.sella@cedu.ufal.br	DE
1437209	Ana Maria Vergne de Morais Oliveira	Dr.	Ativo Permanente	amvergne@yahoo.com.br	DE
1835863	Anderson de Alencar Menezes	Dr.	Ativo Permanente	anderufal@gmail.com	DE
2667043	Andréa Giordanna Araujo da Silva	Dr.	Ativo Permanente	agiordanna@hotmail.com	DE
1803815	Andreza Fabrícia Pinheiro da Silva	Mestre	Ativo Permanente	andrezafabricia@hotmail.com	DE
1835901	Carloney Alves de Oliveira	Dr.	Ativo Permanente	carloneyalves@gmail.com	DE
2955864	Carolina Nozella Gama	Dr.	Ativo Permanente	carolina.gama@cedu.ufal.br	DE
1299676	Cezar Nonato Bezerra Candeias	Dr.	Ativo Permanente	cezarnonato@yahoo.com	DE
1226519	Ciro de Oliveira Bezerra	Dr.	Ativo Permanente	ciro.ufal@gmail.com	DE
3288419	Cleide Jane de Sá Araújo Costa	Dr.	Ativo Permanente	cleidejanesa@gmail.com	DE
1674840	Cleriston Izidro dos Anjos	Dr.	Ativo Permanente	cianjos@yahoo.com.br	DE
2474074	Cristiane Marcela Pepe	Dr.	Ativo Permanente	cristianepepe.ufal@gmail.com	DE
2345685	Cristiano das Neves Bodart	Dr.	Ativo Permanente	cristiano.bodart@cedu.ufal.br	DE
1925412	Daniela Mendonça Ribeiro	Dr.	Ativo Permanente	danimribeiro@yahoo.com.br	DE
1009548	Débora Cristina Massetto	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:debora.massetto@cedu.ufal.br">debora.massetto@cedu.ufal.br</a>	DE
1695861	Deise Juliana Francisco	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:deisej@gmail.com">deisej@gmail.com</a>	DE
1994652	Edlene Cavalcanti Santos	Mestre	Ativo	edlenecavalcanti@hotmail.com	DE

			Permanente		
1646587	Edna Cristina do Prado	Dr	Ativo Permanente	<a href="mailto:wiledna@uol.com.br">wiledna@uol.com.br</a>	DE
1695886	Edna Telma Fonseca e Silva Vilar	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:ednatelma@yahoo.com.br">ednatelma@yahoo.com.br</a>	DE
2145404	Eduardo Calil de Oliveira	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:eduardocalil@hotmail.com">eduardocalil@hotmail.com</a>	DE
1121034	Eduardo Silvio Sarmiento de Lyra	Mestre	Ativo Permanente	<a href="mailto:esilvio@reitoria.ufal.br">esilvio@reitoria.ufal.br</a>	DE
1658973	Elione Maria Nogueira Diógenes	Dr	Ativo Permanente	<a href="mailto:elionend@uol.com.br">elionend@uol.com.br</a>	DE
4338324	Elisângela Leal de Oliveira Mercado	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:elisangelamercado@gmail.com">elisangelamercado@gmail.com</a>	DE
1823077	Elizabete Amorim de Almeida Melo	Dr	Ativo Permanente	elizabete.amorim@yahoo.com.br	DE
3198794	Elton Casado Fireman	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:eltonfireman@yahoo.com.br">eltonfireman@yahoo.com.br</a>	DE
1119529	Elza Maria da Silva	Dr	Ativo Permanente	<a href="mailto:elzams@cedu.ufal.br">elzams@cedu.ufal.br</a>	DE
1121262	Eraldo de Souza Ferraz	Mestre	Ativo Permanente	<a href="mailto:eraldo@cedu.ufal.br">eraldo@cedu.ufal.br</a>	DE
3136262	Fernanda Feijó	Dr.	Ativo Permanente	fernanda_feijo@yahoo.com.br	DE
3290639	Fernando Antonio Mesquita de Medeiros	Mestre	Ativo Permanente	fernando.am.medeiros@gmail.com	DE
1820982	Fernando Silvio Cavalcante Pimentel	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:prof.fernandoscpg@gmail.com">prof.fernandoscpg@gmail.com</a>	DE
1218562	Georgia Sobreira dos Santos Cêa	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:gecea@uol.com.br">gecea@uol.com.br</a>	DE
1259499	Givanildo da Silva	Dr.	Ativo Permanente	givanildopedufal@gmail.com	DE
1461639	Gonzalo Enrique Abio Vírsida	Mestre	Ativo Permanente	<a href="mailto:gonzalo.abio@gmail.com">gonzalo.abio@gmail.com</a>	DE
1321168	Inalda Maria dos Santos	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:inaldasantos@uol.com.br">inaldasantos@uol.com.br</a>	DE
1121105	Irailde Correia de Souza Oliveira	Dr	Ativo Permanente	<a href="mailto:iraildecorreia@gmail.com">iraildecorreia@gmail.com</a>	DE
1032617	Jailton de Souza Lira	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:jailtonsouzalira@gmail.com">jailtonsouzalira@gmail.com</a>	DE
2317887	Jerzui Mendes Torres Tomaz	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:jerzuitomaz@hotmail.com">jerzuitomaz@hotmail.com</a>	DE
3947093	Jordânia de Araújo Souza	Dr.	Ativo Permanente	jordania.souza@yahoo.com.br	DE
1215158	Jorge Eduardo de Oliveira	Dr.	Ativo Permanente	jorge.oliveira@cedu.ufal.br	DE
1120952	José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro	Dr.	Ativo Permanente	jpgcibeiro@gmail.com	DE
1437208	José Márcio Augusto de Oliveira	Dr.	Ativo Permanente	lonrra@bol.com.br	DE
2675513	José Renan Gomes dos Santos	Mestre	Ativo Permanente	renangomesal@hotmail.com	DE

1622198	Karina de Mendonça Vasconcellos	Dr.	Ativo Permanente	karina_kmv@yahoo.com.br	DE
2357403	Kátia Maria Silva de Melo	Dr.	Ativo Permanente	katia-melo@uol.com.br	DE
413602	Laura Cristina Vieira Pizzi	Dr.	Ativo Permanente	lauracvpizzi@gmail.com	DE
1546052	Lenira Haddad	Dr.	Ativo Permanente	lenirahaddad@gmail.com	DE
2343573	Leonardo Brandão Marques	Dr.	Ativo Permanente	leonardo.marques@cedu.ufal.br	DE
2331797	Lúcia Cristina Silveira Monteiro	Dr.	Ativo Permanente	lucia.csmonteiro@uol.com.br	DE
1121358	Luis Paulo Leopoldo Mercado	Dr.	Ativo Permanente	lpmercado@oi.com.br	DE
4357783	Maria Aparecida Pereira Viana	Dr.	Ativo Permanente	vianamota@gmail.com	DE
1349860	Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante	Dr.	Ativo Permanente	auxiliadora.s.cavalcante@gmail.com	DE
2270104	Maria da Conceição Valença da Silva	Dr.	Ativo Permanente	conceicao.valenca@yahoo.com.br	DE
2454468	Maria das Graças de Lóiola Madeira	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:gloiola@bol.com.br">gloiola@bol.com.br</a>	DE
338326	Maria Edna de Lima Bertoldo	Dr.	Ativo Permanente	edna_bertoldo@hotmail.com	DE
3062821	Mariana Guedes Raggi	Dr.	Ativo Permanente	mariana.raggi@cedu.ufal.br	DE
1018365	Marina Rebeca de Oliveira Saraiva	Dr.	Ativo Permanente	Marinasaraiva.cs.@gmail.com	DE
3246943	Marinaide Lima de Queiroz Freitas	Dr.	Ativo Permanente	naide12@hotmail.com	DE
1501013	Marlécio Maknamara da Silva Cunha	Dr.	Ativo Permanente	maknamaravilhas@gmail.com	DE
1696115	Mercedes Betta Quintano de Carvalho Pereira dos Santos	Dr.	Ativo Permanente	mbettacs@uol.com.br	DE
2998658	Mônica Patrícia da Silva Sales	Dr.	Ativo Permanente	monicasales@cedu.ufal.br	DE
1822509	Paulo Nin Ferreira	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:paulonin@gmail.com">paulonin@gmail.com</a>	DE
1862722	Roberison Wittgenstein Dias da Silveira	Dr.	Ativo Permanente	silveira_r@yahoo.com.br	DE
1550808	Rosângela Oliveira Cruz Pimenta	Dr.	Ativo Permanente	rocpiment@yahoo.com.br	DE
1646580	Rosemeire Reis da Silva	Dr.	Ativo Permanente	rosemeirerreis@yahoo.com.br	DE
42017	Sandra Lúcia dos Santos Lira	Mestre	Ativo Permanente	sandralu_lira@uol.com.br	DE
1351936	Sandra Regina Paz da Silva	Dr.	Ativo Permanente	sandra.pe@bol.com.br/ sandra.paz@cedu.ufal.br	DE
1121223	Sérgio da Costa Borba	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:scborba@uol.com.br">scborba@uol.com.br</a>	DE
2327817	Silvana Paulina de Souza	Dr.	Ativo	<a href="mailto:spaulinadesouza@gmail.com">spaulinadesouza@gmail.com</a>	DE

			Permanente	<a href="mailto:silvana.souza@cedu.ufal.br">silvana.souza@cedu.ufal.br</a>	
1157037	Suzana Marcolino	Dr.	Ativo Permanente	marcolino.suzana@gmail.com	DE
2145408	Suzana Maria Barrios Luis	Dr.	Ativo Permanente	suzana.barrios@yahoo.com/ suzana.luis@cedu.ufal.br	DE
1121375	Walter Matias Lima	Dr.	Ativo Permanente	waltermatias@gmail.com	DE
1649919	Wilmo Ernesto Francisco Junior	Dr.	Ativo Permanente	<a href="mailto:wilmojr@bol.com.br">wilmojr@bol.com.br</a>	DE
1121037	Wilson Correia Sampaio	Dr.	Ativo Permanente	sampaiofilosofia@gmail.com	DE
2346585	Yana Liss Soares Gomes	Dr.	Ativo Permanente	profletras2007@hotmail.com	DE

### 3.9. Quadro Nominal do Quadro de Técnicos-Administrativos

SIAPE (Matrícula)	Nome	Cargo	Setor
1949500	Adriana Leite da Silva	Técnica em Assuntos Educaçãoais	Coordenação de Pedagogia
1133675	Cyntia Micheline Victor de Oliveira	Assistente em Administração	Coordenação de Pedagogia
2025965	Luiz Lima do Nascimento	Técnico em Assuntos Educaçãoais	Coordenação de Pedagogia
2379338	Sidcley Vasconcelos Barbosa	Assistente em Administração	Coordenação de Pedagogia

#### 4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular da Licenciatura em Pedagogia está organizada de acordo com a Resolução nº 02 de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior - Licenciaturas e a formação continuada.

As disciplinas do curso serão ofertadas em hora-aula de 60 minutos, devendo ser complementada com utilização dos sábados letivos devendo ser detalhada no plano de ensino de cada disciplina.

Assim, neste projeto pedagógico, todas as disciplinas poderão se valer de atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem por meio de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes.

Tendo por referência as concepções então assumidas, bem como as particularidades da instituição, em sua autonomia pedagógica e a realidade educacional local, a estrutura curricular do curso de Pedagogia da UFAL tem por princípios: a formação de professores/pedagogos comprometidos com a construção da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia; o respeito às diversidades o combate a todo tipo de preconceito e de discriminação; respeito à dignidade humana e a diversidade cultural e socioambiental.

Assim, busca organizar a matriz curricular a partir de dois núcleos de estudos, conforme o que determina o Art. 6º Resolução CNE/CP Nº 1 de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, em conformidade com o artigo 12 da Resolução CNE/CP Nº 02 de 2015, incisos I e II a saber:

- I – Um núcleo de estudos básicos ou também denominado núcleo de formação geral;
- II – Um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e;

**O Núcleo I, de estudos básicos ou de formação geral**, busca articular princípios, concepções, fundamentos da educação, conhecimento sobre os objetos de ensino da Pedagogia e as dimensões pedagógicas, tendo como eixo a pesquisa

e a extensão. Nesse sentido, a organização curricular do curso em questão toma como base o Art. 12 da Resolução CNE/CP Nº 02 de 2015, com foco nos princípios de justiça social, no respeito à diversidade, a promoção da participação e gestão democrática preconiza a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de reflexão e ações críticas, como:

- a) a observação e análise, o planejamento, a implementação e a avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em escolares e não-escolares;
- b) a gestão de processos educativos em espaços escolares e não-escolares;
- c) os princípios, concepções e critérios oferecidos por estudos das diversas áreas do conhecimento que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- d) o conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
- e) os processos de desenvolvimento de crianças, de jovens e adultos, nas dimensões: cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;
- f) o conhecimento das necessidades e aspirações da sociedade de que a educação faz parte, identificando as diferentes forças e interesses, captando contradições;
- g) as experiências que considerem o contexto histórico e sócio-cultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e técnicos do setor da Educação;
- h) a Didática, as teorias e metodologias pedagógicas, os processos de organização do trabalho docente, as teorias de desenvolvimento da aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, de tecnologias de informação e comunicação e diversas linguagens;
- i) o conhecimento dos códigos de diferentes linguagens, inclusive a Matemática, bem como dos das Ciências, da História e da Geografia, assim como metodologias de ensino e formas de aprendizagem;
- j) o estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras questões centrais da sociedade contemporânea;
- l) as questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no mundo de hoje, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa.

**O núcleo II, de aprofundamento e diversificação de estudos**, volta-se para as áreas de atuação profissional, priorizadas pelo projeto pedagógico da instituição

que, atendendo a diferentes demandas sociais e oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigação de processos educativos, na área da gestão, em diferentes situações institucionais – escolares, comunitárias e assistenciais;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade cultural da sociedade brasileira;

c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação geradas no contexto brasileiro e da América Latina, estabelecendo diálogo com pensamentos oriundos de outros contextos, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;

Além desses dois últimos núcleos, a resolução citada acima exige a **Prática como Componente Curricular** no transcurso do processo formativo do próprio Curso de Pedagogia. Neste sentido, o PPC de Graduação em Pedagogia, na busca de coerência nas ações de formação e em atendimento a legislação vigente, apresenta a proposta de discussão e de organização da Prática Pedagógica como componente curricular. Esse documento coaduna com a proposta, com a Resolução 2/2015/CNE/CP e a Resolução 6/2018-CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, que tornam a Prática Pedagógica um componente curricular, pois objetiva a promoção da formação docente visando à unidade e indissociabilidade teórico-prática de modo a possibilitar a realização de reflexão sobre o saber, o saber fazer compreendendo o que faz.

Essa proposição encontra-se em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 2/2015, 9 de junho de 2015 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e retoma o Parecer CNE/CES nº 15/2005, afirmando que:

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

Diante do exposto, faz-se necessário superar o paradigma de que a prática é tão e simplesmente aplicação da teoria. É preciso superar essa visão e compreender a prática como um substantivo na construção do conhecimento e apropriação

daqueles historicamente produzidos no contexto da formação docente. Pensar e refletir sobre a prática, por meio dessa proposição, promove o efetivo desenvolvimento do aluno, que quando na condição de egresso, poderá atuar com autonomia.

As ações referentes a reflexão e análise da prática serão organizadas ao longo do processo formativo (Parecer CNE/CP Nº: 2/2015, artigo 13, §1º, inciso I; Resolução Nº 2, 01/2015), por meio dos Componentes Curriculares: Pesquisa e Prática Pedagógica 1 – Direitos Humanos; Pesquisa e Prática Pedagógica 2- Gênero e Diversidade Étnico-racial; Pesquisa e Prática Pedagógica 3; Saberes e Didática do Ensino da Língua Portuguesa 2; Saberes e Didática do Ensino da Ciências 2; Saberes e Didática do Ensino de Matemática 2; Saberes e Didática do Ensino de História 2; Saberes e Didática do Ensino de Geografia 2.

O conhecimento e análise de situações pedagógicas poderão ser organizadas de forma articulada à realidade local enquanto lócus para levantamento de dados, porém as ações podem ser realizadas independente da observação direta nas escolas. Como por exemplo, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação; narrativas orais e escritos de professores; produções dos alunos; situações simuladas; estudos de caso; produção de material didático; oficinas para os alunos com participação de convidados externos; análise de materiais e livros didáticos; análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola.

Destacamos que a Prática enquanto Componente Curricular não deve ser compreendido como estágio, será resguardado a especificidade de cada um e sua necessária articulação.

#### **4.1. Matriz Curricular do Curso de Pedagogia**

Os núcleos de estudos (núcleo de estudos básicos ou de formação geral, núcleo de estudos básicos ou de formação geral, núcleo de estudos integradores) expressam-se na **Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da UFAL**, através do desenho curricular a saber:

#### **QUADRO 1 – LISTA DAS DISCIPLINAS DO NÚCLEOS DE ESTUDOS DE**

## FORMAÇÃO GERAL – CEDU/UFAL – 2019

NÚCLEOS	DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
I – NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL / ESTUDOS BÁSICOS	Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	72	-	72
	Fundamentos Sociológicos da Educação	72	-	72
	Fundamentos Políticos da Educação	54	-	54
	Fundamentos Antropológicos da Educação	72	-	72
	Fundamentos Filosóficos da Educação	72	-	72
	Fundamentos Psicopedagógicos	72	-	72
	Educação e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	72	-	72
	Profissão Docente	54	-	54
	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	54	-	54
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72	-	72
	Desenvolvimento e Aprendizagem	72	-	72
	Trabalho e Educação	54	-	54
	Didática	72	-	72
	Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	72	-	72
	Alfabetização e Letramentos	54	18	72
	Currículo	54	-	54
	Avaliação	54	-	54
	Pesquisa Educacional	54	-	54
	Educação Infantil e Sociedade	54	-	54
	Educação Especial	54	-	54
	Libras	54	-	54
	Educação de Jovens, Adultos e Idosos	36	-	36
	Saberes e Didática da Educação de Jovens, Adultos e Idosos	36	36	72
	Saberes e Didática da Educação Infantil 1	36	-	36
	Saberes e Didática da Educação Infantil 2	36	36	72
	Saberes e Didática do Ensino da Matemática 1	36	-	36
	Saberes e Didática do Ensino de Matemática 2	36	36	72
	Saberes e Didática de Ensino da Língua Portuguesa 1	36	-	36
	Saberes e Didática de Ensino de Língua Portuguesa 2	36	36	72
	Saberes e Didática do Ensino de Ciências	36	-	36

	1			
	Saberes e Didática do Ensino de Ciências 2	36	36	72
	Saberes e Didática do ensino de História 1	36	-	36
	Saberes e Didática de Ensino de História 2	36	36	72
	Saberes e Didática do Ensino de Geografia 1	36	-	36
	Saberes e Didática de Ensino de Geografia 2	36	36	72
	Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica	36	72	108
	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	36	72	108
	Estágio Supervisionado em Alfabetização e Letramentos	30	60	90
	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	36	72	108
	<b>TOTAL DO NÚCLEO I</b>	<b>1.938</b>	<b>546</b>	<b>2.502</b>

**QUADRO 2 – LISTA DAS DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS – CEDU/UFAL - 2019**

NÚCLEOS	DISCIPLINA	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
II- NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	Coordenação do Trabalho Pedagógico	54	18	72
	Arte na Educação	36	-	36
	Jogos e Brincadeiras na Educação	36	-	36
	Corporeidade e Movimento	36	-	36
	Pesquisa e Prática Pedagógica 1 – Direitos Humanos	18	36	54
	Pesquisa e Prática Pedagógica 2 - Gênero e diversidade étnico-racial	18	36	54
	Pesquisa e Prática Pedagógica 3	18	36	54
	Disciplina Eletiva 1	36	-	36
	Disciplina Eletiva 2	36	-	36
	Disciplina Eletiva 3	36	-	36
	Atividades Curriculares de Extensão – ACE			270

	<b>TOTAL NÚCLEO II</b>	414	396	810
	<b>TOTAL DOS NÚCLEOS I E II</b>	<b>2.352</b>	<b>942</b>	<b>3.312</b>

Ainda que vários componentes curriculares apareçam sem apresentar carga horária prática, é importante destacar que não existirão aqueles componentes apenas de teoria, nem aqueles apenas de prática. Quando a ênfase estiver na reflexão teórica, a prática indicará o caminho dessa reflexão; quando a ênfase for na prática, a teoria mostrará suas possibilidades, seus caminhos. Contudo, a prática aqui destacada refere-se a prática como componente curricular, em conformidade com o que estabelece as DCN para a formação de professores.

### **QUADRO 3 – PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA – CEDU/UFAL – 2019**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CARGA HORÁRIA (60 MIN)</b>
Saberes e Didática do Ensino da Língua Portuguesa 2	72
Saberes e Didática do Ensino da Ciências 2	72
Saberes e Didática do Ensino de Matemática 2	72
Saberes e Didática do Ensino de História 2	72
Saberes e Didática do Ensino de Geografia 2	72
Pesquisa e Prática Pedagógica 1 – Direitos Humanos	54
Pesquisa e Prática Pedagógica 2 – Gênero e Diversidade Étnico-Racial	54
Pesquisa e Prática Pedagógica 3	54
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>522</b>

### **QUADRO 4 - RESUMO GERAL DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO PROJETO PEDAGÓGICO DE PEDAGOGIA – CEDU/UFAL – 2019**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CARGA HORÁRIA (60 MIN)</b>
Disciplinas Obrigatórias	1908
Disciplinas Eletivas	108
Estágios Supervisionado	414
Prática como componente curricular	522
TCC	85
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200
Atividades Curriculares de Extensão	360
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>3.597</b>

#### 4.1.1. Matriz Curricular dos Núcleos de Estudos I e II (Diurno e Noturno)

### QUADRO 5 - MATRIZ CURRICULAR DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS I e II PARA O CURSO DIURNO E NOTURNO – CEDU/UFAL - 2019

	<i>DISCIPLINAS</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>			
		<i>SEMANAL</i>	<i>TEÓRICA</i>	<i>PRÁTICA</i>	<i>TOTAL</i>
<b>1º P E R Í O D O</b>	Profissão Docente	03	54	-	54
	Fundamentos Políticos da Educação	03	54	-	54
	Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	04	72	-	72
	Educação e Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação	04	72	-	72
	Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	03	54	-	54
	Pesquisa e Prática Pedagógica 1 – Direitos Humanos	03	18	36	54
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>19</b>	<b>306</b>	<b>36</b>	<b>360</b>

	<i>DISCIPLINAS</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>			
		<i>SEMANAL</i>	<i>TEÓRICA</i>	<i>PRÁTICA</i>	<i>TOTAL</i>
<b>2º P E R Í O D O</b>	Fundamentos Sociológicos da Educação	04	72	-	72
	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	04	72	-	72
	Política e Organização da Educação Básica no Brasil	04	72	-	72
	Fundamentos Antropológicos da Educação	04	72	-	72
	Pesquisa e Prática Pedagógica 2 – Gênero e diversidade étnico-racial	03	18	36	54
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>19</b>	<b>306</b>	<b>36</b>	<b>342</b>

	<b>ACE</b>	<b>04</b>	-	-	<b>72</b>
	<b>TOTAL SEMESTRAL</b>	<b>23</b>	-	-	<b>414</b>

	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>			
		<b>SEMANAL</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>3º</b> <b>P</b> <b>E</b> <b>R</b> <b>Í</b> <b>O</b> <b>D</b> <b>O</b>	Fundamentos Filosóficos da Educação	04	72	-	72
	Desenvolvimento e Aprendizagem	04	72	-	72
	Didática	04	72	-	72
	Trabalho e Educação	03	54	-	54
	Pesquisa e Prática Pedagógica 3	03	18	36	54
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>18</b>	<b>288</b>	<b>36</b>	<b>324</b>
	<b>ACE</b>	<b>04</b>	-	-	<b>72</b>
	<b>TOTAL SEMESTRAL</b>	<b>22</b>			<b>396</b>

	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>			
		<b>SEMANAL</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>4º</b> <b>P</b> <b>E</b> <b>R</b> <b>Í</b> <b>O</b> <b>D</b> <b>O</b>	Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	04	72	-	72
	Alfabetização e Letramento	04	54	18	72
	Educação Infantil e Sociedade	03	54	-	54
	Educação Especial	03	54	-	54
	Corporeidade e movimento	02	36		36
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>16</b>	<b>270</b>	<b>18</b>	<b>288</b>
	<b>ACE</b>	<b>04</b>			<b>72</b>
	<b>TOTAL SEMESTRAL</b>	<b>20</b>	-	-	<b>360</b>

	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>			
		<b>SEMANAL</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>5º</b> <b>P</b> <b>E</b> <b>R</b> <b>Í</b> <b>O</b> <b>D</b> <b>O</b>	Coordenação do Trabalho Pedagógico	04	54	18	72
	Libras	03	54	-	54
	Saberes e Didática da Ed. Infantil 1	02	36	-	36
	Curriculo	03	54	-	54
	Avaliação	03	54	-	54
	Arte na Educação	02	36	-	36
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>17</b>	<b>288</b>	<b>18</b>	<b>306</b>
	<b>ACE</b>	<b>04</b>	-	-	<b>72</b>

	<b>TOTAL SEMESTRAL</b>	<b>21</b>			<b>378</b>
--	------------------------	-----------	--	--	------------

6º	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			
		SEMANAL	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
P E R Í O D O	Saberes e Didática de Ensino da Língua Portuguesa 1	02	36	-	36
	Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica	06	36	72	108
	Saberes e Didática do Ensino da Matemática 1	02	36	-	36
	Pesquisa Educacional	03	36	18	54
	Saberes e Didática da Educação Infantil 2	04	36	36	72
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>17</b>	<b>180</b>	<b>126</b>	<b>306</b>
	ACE	04	-	-	72
	<b>TOTAL SEMESTRAL</b>	<b>21</b>			<b>378</b>

7º	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			
		SEMANAL	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
P E R Í O D O	Saberes e Didática do Ensino de Matemática 2	04	36	36	72
	Saberes e Didática do Ensino de Ciências 1	02	36	-	36
	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	06	36	72	108
	Educação de Jovens Adultos e Idosos	02	36	-	36
	Saberes e Didática de Ensino de Língua Portuguesa 2	04	36	36	72
	ELETIVA	02	36	-	36
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>20</b>	<b>216</b>	<b>144</b>	<b>360</b>

8º	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			
		SEMANAL	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
P E R Í O D O	Estágio Supervisionado em Alfabetização e Letramento	05	30	60	90
	Saberes e Didática de Ensino de História 1	02	36	-	36
	Saberes e Didática do Ensino de Geografia 1	02	36	-	36
	Saberes e Didática do Ensino de Ciências 2	04	36	36	72
	Saberes e Didática do Ensino de Educação de Jovens, Adultos e Idosos	04	36	36	72
	Eletiva	02	36	-	36
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>19</b>	<b>210</b>	<b>132</b>	<b>342</b>
<b>ORIENTAÇÃO TCC</b>				<b>40</b>	

9º		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
----	--	----------------------	--	--	--

<b>P</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>SEMANAL</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>E</b>	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	06	36	72	108
<b>R</b>	Saberes e Didática de Ensino de Geografia 2	04	36	36	72
<b>Í</b>	Saberes e Didática de Ensino de História 2	04	36	36	72
<b>O</b>	Jogos e brincadeiras na educação	02	36		36
<b>D</b>	Eletiva	02	36		36
<b>O</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>18</b>	<b>180</b>	<b>144</b>	<b>324</b>
<b>ORIENTAÇÃO TCC</b>					<b>45</b>

Na operacionalização dessa Matriz Curricular, os núcleos de estudos aqui expressos, desenvolver-se-ão de modo a proporcionar aos/às estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, as práticas docentes deverão ocorrer, conforme preconizam os Pareceres CNE/CP 05/2005 e CNE/CP nº 2/2015 e as Resoluções CNE/CP nº 01/2006 e CNE/CP nº 02/2015, ao longo do curso, desde seu início.

As Atividades Curriculares de Extensão – ACE ainda que apareçam como disciplinas, na matriz curricular, não se tratam de disciplinas comuns, elas são apresentadas como projeto de extensão a serem desenvolvidas em cinco períodos, desprendidas das cargas horárias semanais, em acordo com programação de cada semestre, articulada pelo colegiado do curso. Contudo, será sempre reservado um horário semanal para encaminhamento das atividades e ações a serem desenvolvidas.

Será ofertada a Atividade de Orientação para elaboração do TCC, sob a responsabilidade da Coordenação do Curso e de seus professores sem, contudo, se configurar em uma disciplina.

#### **4.1.1.1. Atividades Complementares Integrantes**

### QUADRO 6 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO EIXO ENSINO

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
Participação em projetos de iniciação à docência (PIBID) e ou de Residência Pedagógica (desde que sua carga horária não tenha sido contabilizada como estágio curricular obrigatório).	60 horas a cada ano, até um total de 100 horas.
Participação, na condição de ouvinte, em Congressos, seminários e simpósios	10 horas por evento até um total de 40 horas
Participação, na condição de estudante, em Cursos Extracurriculares, simultaneamente ao Curso de Pedagogia (Por. Ex.: curso de língua estrangeira).	30 horas por semestre, até um total de 60 horas
Participação em atividade de Monitoria em disciplina do curso validada pelo Colegiado de Curso.	30 horas por semestre, até um total de 100 horas
Estágio extracurricular autorizado pelo Colegiado do Curso.	30 horas por semestre, até um total de 60 horas
Elaboração de materiais didático-pedagógicos inovadores para a educação básica, avaliado e certificado pelo Colegiado do Curso.	Até 40 horas

### QUADRO 7 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO EIXO PESQUISA

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
Participação em projetos de iniciação científica (PIBIC).	60h a cada ano, até um total de 100 horas.
Apresentação de trabalho em eventos científicos (excetuando-se a apresentação em congressos em iniciação científica para aqueles que já tiveram carga horária contabilizada nesta atividade).	10 horas por trabalho, até um total de 40 horas
Artigo científico, efetivamente publicado (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial.	30 horas, até o limite de 90 horas
Publicação de trabalho completo em evento (congresso, seminário, simpósio e similares).	Local- 15 horas; nacional e internacional – 20 horas (até limite de 40 horas)
Publicação de resumo em evento (congresso, seminário, simpósio de iniciação científica e similares).	local - 5 horas; nacional/internacional - 10 horas (até limite de 20 horas)

### QUADRO 8 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES INTEGRANTES DO EIXO EXTENSÃO ATIVIDADE C/HORÁRIA

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Participar da Equipe executora de Projeto de Extensão registrado, com ou sem bolsa, que não integre os projetos de extensão da matriz curricular.	30 horas por semestre letivo (contar até 2 semestres, até máximo 60 horas)
Participar na organização de eventos acadêmicos, que não integre os projetos de extensão da matriz curricular	10 horas, até o limite de 30 horas

Participar de atividade de ação comunitária, reconhecida pela Pró-reitora de Extensão, pela Pró-reitora de Gestão de Pessoas, Coordenação Setorial de Extensão do Centro de Educação ou por um docente do Centro de Educação.	Até 30 horas
Mobilidade estudantil e ou intercâmbio	Até 30 horas
Cumprir mandato estudantil em órgãos da UFAL: Centro Acadêmico, Conselhos UFAL, Diretório Central dos Estudantes, Representações do Curso de Pedagogia.	Até 15 horas

#### 4.1.2. Proposta Curricular

A proposta curricular apresentada no Projeto Político Pedagógico visa, a partir de um currículo articulado e dinâmico, formar um (a) pedagogo (a) pesquisador, investigativo, a partir da reflexão teórica de suas práticas e experiências. A proposta pedagógica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas compreende as necessidades da construção de um currículo flexível às demandas sociais e políticas provenientes de um contexto histórico cada vez mais conflitivo e contraditório. A urgência por novas problematizações sociais, ambientais, políticas, econômicas e educacionais solicita do (a) pedagogo (a) em formação conhecimentos que ultrapassem as antigas estruturas curriculares pautadas em disciplinas isoladas e sem diálogo com os eixos temáticos de formação. Nesse sentido, a presença das disciplinas eletivas articuladas às disciplinas obrigatórias, com conteúdos teóricos e práticos, permeando a nova estrutura curricular, oportuniza aos (às) discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas a escolha por trajetórias particulares e singulares a partir de suas afinidades intelectuais construídas ao longo da formação profissional.

A relevância de se fazer uma proposta curricular que promova uma investigação teórica das práticas e experiências está pautada na perspectiva e no compromisso social e comunitário que o curso pretende desenvolver. O enfoque investigativo e interpretativo da realidade social é viabilizado a partir de uma proposta curricular que rompa com as armadilhas impostas pelas disciplinas específicas descontextualizadas, promovendo para isso a presença de outros interlocutores e de outras linguagens pedagógicas. A presença das disciplinas Pesquisas e Práticas Pedagógicas, ao longo dos 3 (três) primeiros semestres

potencializa os espaços de debate entre pesquisa e prática.

Nesse sentido, a proposta curricular comprometida com as demandas e os debates de uma sociedade oriunda de sistemas políticos e econômicos conflitivos e desiguais deve vincular as práticas de ensino e pesquisa às atividades extensionistas, atividades essas fundamentais a formação de um profissional comprometido com a realidade contemporânea. O processo de curricularização das práticas extensionistas presentes na proposta curricular garante as articulações necessárias entre ensino, pesquisa e extensão prioritárias ao processo de formação do profissional em Pedagogia na Universidade Federal de Alagoas.

A Lei 10.861/2004 institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior – SINAES – com o objetivo de assegurar a avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que integra o SINAES e é aplicado periodicamente conforme legislação definida pelo MEC, sob a responsabilidade do INEP, revela mediante avaliação dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos os ajustamentos e as adequações necessárias à melhoria da qualidade do curso ofertado.

Segundo o Relatório de Curso do ENADE 2017 (INEP, 2018), o desempenho geral dos estudantes do curso no Componente de Formação Geral e no Componente de Conhecimento Específico da prova do ENADE/2017, obteve a média 46,9, ficando com o Conceito ENADE 3.

Almeja-se sempre uma média maior, e há espaço para aumentá-la, mas esta é maior que a média da UF (Alagoas, média 41,2), na Grande Região (Nordeste do Brasil, média 42,7) e no total Brasil (média 42,4). Na percepção dos estudantes sobre a prova, a maioria quase absoluta (mais de 60%, considerando separadamente as partes de Formação Geral e Componente Específico) consideraram-na de dificuldade média, com menos de 10% considerando fácil ou muito fácil, e mais de 25% considerando difícil.

A análise das informações dos relatórios do ENADE fornece o *feedback* necessário ao Colegiado Restrito para a avaliação do curso e a partir daí coordenar as ações de médio prazo. Das discussões sobre o resultado do ENADE 2017, considerado abaixo do esperado, resultam e resultarão discussões no Colegiado Ampliado e o estabelecimento de metas e propostas de ações que possam contribuir

para o bom desempenho do aluno.

As discussões abordam questões que envolvem a participação do estudante na prova, assim como também a análise das questões. Nesse sentido, a proposta curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas promove possibilidades de flexibilização para ações no cotidiano acadêmico a fim de viabilizar e assegurar um curso de excelência a sociedade alagoana.

O Centro de Educação (CEDU), a partir de sua proposta curricular, promove permanentemente rodas de debates sobre a importância da dedicação e da participação dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho. A obtenção de uma boa avaliação do curso projeta sua presença fora dos muros da universidade assim como garante ao corpo docente da Universidade parâmetros norteadores para propostas de ajustamento. Por esse motivo, a proposta curricular das disciplinas, por meio de suas ementas, está comprometida com as demandas solicitadas a partir da instituição da Lei 10.861/2004.

#### 4.1.3. Programa de Disciplinas – Obrigatórias

LEGENDA:

CHS – Carga Horária Semanal

CHT – Carga Horária Teórica

CHP – Carga Horária Prática

CH – Carga Horária Total

Profissão Docente				
CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
<b>EMENTA:</b> Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como locus e expressão desse trabalho.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.				
IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.				
LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educativas e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
LUDKE, Menga. Formação Inicial e construção da identidade profissional de professores de 1º grau. In: CANDAU, Vera (org.) Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.				
HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In Vidas de professores. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 1995.				
MIGUEL, José Carlos; REIS, Marta dos. Formação docente: perspectivas teóricas e práticas pedagógicas. Organizadores. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.				
MORAES, Ana Cristina; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura, AZEVEDO, Maria Raquel de. (ORGS.) Saberes e autonomia docente: história, formação e profissionalização.				

FORTALEZA: EDUEC, 2019.
-------------------------

Fundamentos Políticos da Educação				
CÓD.	CHS 02	CHT 54	CHP -	CH 54
<b>EMENTA:</b> Análise dos fundamentos políticos do fenômeno educativo, contidos nas políticas públicas para a educação no Brasil e em Alagoas.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> COSTA, Márcio e BARTHOLO, Tiago. Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. Educação e Sociedade. Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1183-1203, out. dez. 2014 MORAES, Bianca Mota de [et al. Políticas Públicas de Educação. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016. SANTOMÉ, Jurjo Torres. A educação em tempos de neoliberalismo. Porto Alegre: Artmed, 2003				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> BASTOS, Manoel de Jesus. Políticas Públicas na Educação Brasileira. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 253-263, Julho de 2017. JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 37ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. PERONI, Vera Maria Vidal. Política Educacional e o Papel do Estado no Brasil dos Anos 90. São Paulo: Xamã, 2003. VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e Educação nas Alagoas. História, Histórias, 2003.				

Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia				
CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
<b>EMENTA:</b> Análise histórica da Educação e da Pedagogia, segundo as ideias pedagógicas, com foco na história da educação brasileira.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999. CARNEIRO, MARISTELA. História da Educação. Curitiba: ESDE, 2017. CURRY, Cláudia Engler. Histórias da educação brasileira: experiências e peculiaridades- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2010.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> ARIËS, Philippe. História social da criança e da família. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. LOPES, IVONE GOULART (org.). História da educação no Brasil: desafios e perspectivas. Curitiba: Atena Editora, 2016. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil - Séculos XVI- XVIII (Vol. I). Petrópolis: Vozes, 2005.				

Educação e Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação				
CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
<b>EMENTA:</b> Estudo da importância das tecnologias digitais da Informação e Comunicação na Educação: potencialidades pedagógicas e desafios de sua aplicação nos espaços de aprendizagem presencial e à distância.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastiá (orgs). Computadores em sala de aula: métodos e usos. Porto Alegre: Penso, 2012. COSTA, Cleide Jane S. A; PINTO, Anamelea de C. (Orgs.) Tecnologias digitais da Informação e comunicação na educação. Maceió: EDUFAL, 2017. DUDENEY, Gavin; KOCKLY, Nicky; PEGRUM, Mark. Letramentos digitais. São Paulo: Parábola, 2016.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				

ALMEIDA, Maria Elizabeth B.; DIAS, Paulo; SILVA, Bento D. (orgs). Cenários de inovação para a educação na sociedade digital. São Paulo: Loyola, 2013.  
 COLL César, MONEREO Carles (orgs). Psicologia da Educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.  
 PEREZ-GOMEZ, Ángel I. Educação na era digital: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

### Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa

CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo, reflexão e exercício prático da leitura e da escrita na perspectiva da noção de gêneros textuais e da leitura estratégica, considerando também os aspectos sociocognitivos da lectoescrita, da textualização e da gramática funcional necessários à compreensão e elaboração de textos escritos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Escrever: Estratégias de Produção Textual. Editora Contexto, 2ª edição, 2015.  
 KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender os sentidos do texto. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.  
 MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. Análises de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.  
 BAGNO, Marcos. Objeto Língua. São Paulo: Parábola, 2019.  
 FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.  
 MARCUSCHI, Luís Antônio. Produção textual, análise de gênero e compreensão. Editora Parábola, 1ª Ed., 2008.  
 ROJO, Roxane. Moura, Eduardo. Letramentos, mídias, linguagens. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

### Pesquisa e Prática Pedagógica 1 – Direitos Humanos

CÓD.	CHS 03	CHT 18	CHP 36	CH 54
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Estudo sobre a imprescindibilidade dos direitos humanos. Abordagem das práticas pedagógicas, pesquisas e ações acerca dos direitos humanos. Investigação sobre a função social da escola e da educação no contexto da sociedade contemporânea. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Embasamento conceitual sobre os Direitos Humanos e discussão sobre a inserção da temática dos Direitos Humanos na malha curricular dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Elaboração de proposta sobre a inserção dos Direitos Humanos no Projeto Político Pedagógico das escolas públicas e privadas de Alagoas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FLORES, Elio Chaves et al. (Org.) Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos humanos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2014. Disponível em:  
<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/08/EDUCA%C3%87%C3%83O-EM-DIREITOS-HUMANOS-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-PARA-OS-DIREITOS-HUMANOS.pdf>  
 PENIN, Sônia Teresinha de Souza; VIEIRA, Lerche Sofia. Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? (modulo I). Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.  
 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Org.) Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. Função social da escola. Disponível em [www.drearaguaina.com.br/projetos/funcao\\_social\\_escola.pdf](http://www.drearaguaina.com.br/projetos/funcao_social_escola.pdf). Acessado em 06 de fevereiro de 2011.

HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. (Orgs.) A educação entre os direitos humanos. Campinas, São Paulo: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Políticas e fundamentos em direitos humanos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. Direitos Humanos: capacitação de educadores, v. 1. Fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos da educação em direitos humanos. João Pessoa: UFPB, 2008.

#### Fundamentos Sociológicos da Educação

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo das tendências teórico-metodológicas da Sociologia, analisando a relação entre educação e a dinâmica da sociedade no Brasil, perpassando as interações Educação-Estado-Movimentos Sociais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAG, Barbara. Escola, Estado e sociedade. 7. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social - 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

#### REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. Marxismo e educação: debates contemporâneos. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

MARQUES, Sílvia. Sociologia da educação. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MILLS, C. Wright. A Imaginação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a educação. 3º. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

#### Fundamentos Psicopedagógicos da Educação

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Reflexão teórico-crítica da Psicologia, segundo as novas teorias, considerando a natureza multidimensional do ser humano e as concepções da Psicologia da Educação na complexidade contemporânea.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Rubem. Alegria de ensinar. São Paulo: Ars Poética, 1994.

ARAÚJO, U. F. Conto de escola – a vergonha como um regulador moral. Campinas: Moderna/Unicamp. 1999.

BARONE M. C. Leda. De ler o desejo ao desejo de ler: uma leitura do olhar psicopedagógico. Petrópolis, Vozes, 1993.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSSA, Nadia, A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

CARRARA, Kester. (org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. - São Paulo: Avercamp, 2004.

#### Política e Organização da Educação Básica no Brasil

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** : Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise

histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SHIROMA, Oto. Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VIEIRA, Sofia L. **Educação Básica: Política e Gestão da Escola**. Brasília/DF: Liberlivro, 2009.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e permanências em Alagoas: o 17 de julho de 1997 em questão**. Maceió: Catavento, 1999.

ABREU, Mariza. **Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB**. Ijuí/ SC: UNIJUI, 1999.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Moraes, 2007.

LIRA, Sandra. **Alagoas 2000-2013**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

#### **Fundamentos Antropológicos da Educação**

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo das abordagens teórico-metodológicas clássicas e contemporâneas da Antropologia Social e Cultural, com ênfase na relação entre Cultura, Educação e Sociedade. Análise dos estudos antropológicos sobre Diversidade, Identidade e Diferença nas concepções e práticas pedagógicas, com foco nas relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, fases da vida, corpo e classe social.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 1ª ed., São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

GRACINDO, Regina Vinhaes (org.). **Educação como exercício de diversidade: estudos em campo de desigualdades sócio-educacionais**. Brasília: Líber Livro, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 10ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MELLO, Luiz G. de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia & educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

#### **Pesquisa e Prática Pedagógica 2 - Gênero e Diversidade Étnico-Racial**

CÓD.	CHS 03	CHT 18	CHP 36	CH 54
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Análise sócio histórica, política e educacional da constituição das relações étnico-raciais e de gênero no Brasil, refletindo sobre o lugar da instituição escolar enquanto espaço de debate das teorias racistas, antirracistas, misóginas e machistas, de desenvolvimento de políticas afirmativas e de promoção de práticas democráticas, objetivando a igualdade étnico-racial, de gênero e a justiça social.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA, Maria Regina C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARRETO, Elvira Simões; OLIVEIRA, Maria Aparecida B. de. (Orgs.) **Gênero e diversidade na escola: descortinando opressões**. Maceió: Edufal, 2015

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. São Paulo:

Editora Martins Fontes, 2013.

GOMES, Nilma Lino (Org.). Tempos de lutas: as ações afirmativas no context brasileiro. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SANTANA, Jusciney Carvalho. Tem preto de jaleco branco? Os primeiros 10 anos de políticas afirmativas na Faculdade de Medicina da UFAL. Maceió: Edufal, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. 1ª edição, São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro hoje: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

#### Fundamentos Filosóficos da Educação

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** A natureza da reflexão filosófica e as implicações da filosofia na prática pedagógica, destacando as perspectivas no campo da relação entre filosofia e educação. Filosofia e educação no pensamento pedagógico brasileiro.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação. SP, Moderna, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo. Ática, 1988

GHIRALDELLI.JR. Paulo. Filosofia da Educação. São Paulo: Ática, 2018

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

PERISSÉ, Gabriel. Introdução à Filosofia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2018

SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da Educação. São Paulo: FTD, 1999

WINK. Otto Leopoldo. Filosofia da Educação...[et al]- 1. Ed. Curitiba. PR: IESDE. Brasil, 2018.

#### Desenvolvimento e Aprendizagem

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia do desenvolvimento e da Educação em articulação com as concepções de aprendizagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREUD, S. Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago Editora

INHELDER, B. e PIAGET, J. Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente: ROSSETI –

FERREIRA, (org). Rede de significações. Porto alegre: ARTMED, 2004

TURNER, Johana. Desenvolvimento Cognitivo. Rio de Janeiro, Zahar: 1976.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VYGOTSKY, L. S. - A Formação Social da Mente - Martins Fontes, São Paulo, 1988.

WADSWORTH, B.J. Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget. São Paulo:

Livraria Pioneira.

#### Didática

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da didática, como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio- históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor-aluno-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar:

didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.  
 FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 7 ed. Campinas/SP: Papirus, 2005.  
 LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.  
 MASETTO, Marcos. Didática: a aula como centro. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997.  
 MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 2006.

### Trabalho e Educação

CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
<b>EMENTA:</b> Estudo da categoria Trabalho e sua relação com a gênese e função social da educação, perpassando a análise sócio-histórica nas políticas e práticas da relação trabalho e educação e seus reflexos na profissão do(a) Pedagogo(a).				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> BERTOLDO Edna e MAGALHÃES, Belmira (org.) Trabalho, Educação e Formação Humana. Maceió: EDUFAL, 2005. FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutivo: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006. TUMOLO, Paulo Sergio Capital, Trabalho e Educação. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2016.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> BIANCHETTI, Lucídio. Da Chave de Fenda ao Laptop - tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Petrópolis: Vozes; São Paulo: UNITRABALHO, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. CATTANI, Antônio David (org). Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. p. 152-180.				

### Pesquisa e Prática Pedagógica 3

CÓD.	CHS 03	CHT 18	CHP 36	CH 54
<b>EMENTA:</b> Concepções epistemológicas do conhecimento científico e suas possibilidades de investigação no campo da educação. Produção de conhecimento a partir das abordagens reflexivas das práticas educacionais. Aspectos técnicos e textuais da pesquisa em educação				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Metodologia da pesquisa educacional. 3. ed. Cortez, 1994. MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> ANDRÉ, M. E. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 4. ed. Campinas: Papirus, 2005. THIOLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2011. GERALDI, C.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (Orgs.). Cartografias do trabalho docente. Campinas: Mercado de Letras, 1998. GHEDIN, E. (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.				

### Jogos e Brincadeiras na Educação

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
<b>EMENTA:</b> O jogo e as brincadeiras do ponto de vista da antropologia e da psicologia como conhecimento e procedimento de cuidar, educar e ensinar, considerando-se os princípios socioeducativos do jogar e brincar.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> CORSARO, Willian A. Sociologia da Infância. Porto alegre: Artmed, 2011. BROUGÈRE. G. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.				

HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1997.

HADDAD, L.. A brincadeira da criança para Gilles Brougère: suas características e seu lugar na Educação Infantil. In: MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda; PALMA, Rute Cristina Domingos da; CARVALHO, Sandra Pavoeiro Tavares. (Orgs.). Processos e práticas na formação de professores da Educação Infantil. Cuiabá: EduFMT, 2013.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald Woods. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro; Imago, 1975.

#### **Gestão da Educação e do Trabalho Escolar**

CÓD.	CHS 04	CHT 72	CHP -	CH 72
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento na/da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo, tendo como eixo o projeto político-pedagógico

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 6ª ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DAVIS, Claudia (org). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HORA, Dinair Leal da **Gestão educacional democrática**. Campinas, SP: Alínea, 2007

GANDIN, Danilo. **Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEIGA, I. P. A. (org). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus 2007.

#### **Alfabetização e Letramento**

CÓD.	CHS 04	CHT 54	CHP 18	CH 72
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Estudo das abordagens de alfabetização e processo de letramento/literacia, articulando teorias cognitivas da aprendizagem da Leitura e da Escrita e Ensino (métodos e materiais didáticos impressos e digitais), considerando as práticas de letramento emergente (familiar e escolar), assim como a eficácia e dificuldades da alfabetização (letra manuscrita, consciência fonológica e princípio alfabético).

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DEHAENE, Stanislas (2012) Os neurônios da leitura: como a ciência explica nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAGLIARI, L. C. (1989) Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione.

FERREIRO, Emilia. Os filhos do analfabetismo: propostas para a alfabetização escolar na América Latina. 2.ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1991.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 36.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ROJO, Rosane. Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1998.

Currículo				
CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
<b>EMENTA:</b> Estudo social, histórico, político e cultural dos conceitos de currículo e das principais abordagens teóricas do currículo escolar até a contemporaneidade, compreendendo os conhecimentos e saberes educacionais. O papel do currículo no processo de formação e identidade dos sujeitos. Estudo social, histórico e cultural dos contextos, princípios e concepções das políticas de currículo no âmbito nacional e local, compreendendo suas diversas modalidades, possibilidades e as normas legais vigentes na Escola da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. RJ: Vozes, 2011. SACRISTAN, Jose Gimeno. Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 1998. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> APPLE, Michael e BURRAS, Kristen. Currículo, poder e lutas educacionais. Porto Alegre: ARTMED, 2008. GOODSON, Ivor. Currículo: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. MOREIRA, Antonio Flavio B. Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. NIEVES ÁLVARES, Maria. Valores e temas transversais no currículo. Porto alegre: Artmed, 2002. SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 2. ed. rev. : Autores Associados, 1998.				

Avaliação				
CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
<b>EMENTA:</b> A avaliação e sua trajetória histórica em diferentes âmbitos educativos, em suas dimensões epistemológicas, didáticas, sociais e políticas, priorizando as abordagens teórico-metodológicas da avaliação da aprendizagem, sua relação com os princípios, finalidades, procedimentos e instrumentos em uma perspectiva crítica de educação.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> HOFFMANN, Jussara. Pontos & Contrapontos: do pensar ao agir em educação. Porto Alegre: Mediação, 2011. LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e Proposições.</b> São Paulo: Cortez, 2011. ROMÃO, José Eustáquio. <b>Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas.</b> São Paulo: Cortez, 2011.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> AFONSO, Almerindo Janela. <b>Avaliação educacional: regulação e emancipação</b> : para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 151 p. ISBN 8524907525 BARLOW, Michel. <b>Avaliação escolar: mitos e realidades.</b> Porto Alegre: Artmed, 2006. viii, 174 p. (Biblioteca Artmed. Avaliação escolar). ISBN 9788536306476 DEPRESBITERIS, Léa. <b>Avaliação educacional em três atos.</b> São Paulo: SENAC, 1999. 102 p. ISBN 8573590920 HOFFMANN, Jussara. <b>Avaliar para promover: as setas do caminho.</b> 11. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009. 141 p. ISBN 8587063464 SILVA, Janssen; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. <b>Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo.</b> 10.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 126 p. ISBN 9788587063762				

Coordenação do Trabalho Pedagógico				
CÓD.	CHS 04	CHT 54	CHP 18	CH 72
<b>EMENTA:</b> Estudo da organização e gestão do trabalho pedagógico escolar, da coordenação				

pedagógica, envolvendo aspectos históricos sociais, culturais e políticos presentes no contexto educacional brasileiro e na escola. Papel e função do coordenador pedagógico na gestão pedagógica do trabalho educativo escolar democrático, face aos desafios enfrentados na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Orgs.). O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança. São Paulo: Edições Loyola, 2010.  
 DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. 173 p.  
 VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12ª ed. São Paulo: Libertad, 2009.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2013.  
 ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Maria Nigro de Souza. O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2011.  
 FRANCO, Maria Amélia Santoro e Elisabete F. Esteves (orgs). A coordenação do trabalho pedagógico na escola: processos e práticas [e-book]. Santos/SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2016.  
 FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org) Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. São Paulo: 2006.  
 GALERY, Augusto; Pinto, Andreia; Amaro, Deigles Giacomelli; Rubinstein, Edith; Vieira, Patrícia. **A escola para todos e para cada um**. Grupo Summus, 2017 (ebook)

#### **Libras**

CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.  
 GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, Autores Associados, 1996.  
 QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais. BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SACKS, O. Vendo vozes uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.  
 BARROS, Mariângela Estelita. ELiS: sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais. Porto Alegre: Penso, 2015.  
 CAPOVILLA, Fernando César (Ed); RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em Libras . São Paulo: Edusp, 2011  
 GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender libras . São Paulo: Parábola, 2012.  
 GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

#### **Pesquisa Educacional**

CÓD.	CHS 03	CHT 36	CHP 18	CH 54
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Estudo das diferentes abordagens teórico-metodológicas da pesquisa em educação, compreendendo as fontes e etapas de produção do projeto de pesquisa educacional, visando a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA Maria Isabel de Realidade social e os desafios da pesquisa em educação: reflexões sobre o nosso percurso. In.: Revista Psicol. educ. n.31 São Paulo ago. 2010.

BICUDO, M. e SPOSITO, Vitória. Pesquisa qualitativa em educação. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

FAZENDA, Ivani (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. SP: Cortez, 2010

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995

FAZENDA, Ivani A. Novos enfoques da pesquisa educacional. SP: Cortez, 1992.

GATTI, Bernadete. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.

SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. SP: Cortez, 2009.

GARCIA, T. M. F. B. Pesquisa em educação: confluências entre Didática, História e Antropologia. In.: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 173-191, out./dez. 2011. Editora UFPR.

**Educação Infantil e Sociedade**

CÓD.	CHS 03	CHT 54	CHP -	CH 54
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo do campo da educação infantil nas dimensões: histórica, política, conceitual, pedagógica, legal, normativa, social e cultural.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HADDAD, Lenira. A creche em busca de identidade. 4 ed. Curitiba/PR: CRV, 2016.

KUHLMANN Jr., M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2017.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezato (Orgs.). **Pedagogias(s) da infância:** dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FARIA, A.L.G. Educação pré-escolar e cultura. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2002.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. **Educação infantil no Brasil:** primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da Educação Infantil e Processos de Exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p.7-40, 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf>

SILVA, Elza Maria da. **Educação Infantil em Alagoas:** (Re) construindo suas raízes. Maceió: Edufal, 2009

**Educação Especial**

CÓD.	CHS 04	CHT 54	CHP -	CH 54
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo do desenvolvimento atípico das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, trabalhando o educando na perspectiva do processo de inclusão social.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

COLL et. al.. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. V.III.

FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feurstein. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995.

FONSECA, v. Uma introdução às dificuldades de aprendizagem. Lisboa: Editorial Notícias: 1984.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

IDE, S. M. Leitura e escrita e deficiência mental. São Paulo, Memnon: 1994.

MEC. Salto para o Futuro: educação especial.: tendências atuais. Secretaria de Educação à distância. Brasília: Ministério de Educação, SEED: 1999.

**Saberes e Didática de Ensino da Língua Portuguesa 1**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Apresentação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com destaque para a área de Língua Portuguesa, aprofundamento do trabalho didático com os eixos de organizadores Leitura, Educação Literária e Escrita, considerando as competências, habilidades

e conteúdos curriculares do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, definidos em documentos curriculares oficiais atuais (BNCC, dentre outros) e valorizando materiais e livros didáticos (impressos e digitais) usados em escolas da rede de ensino pública e privada.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2018, p. 57-192.

BRASIL, Ministério da Educação. PNLD 2019: Língua Portuguesa – guia de livros didáticos. Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2018.

COELHO, Nelly Novaes (2002) Literatura Infantil. Teoria, Análise, Didática.

SMITH, Frank. Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6a ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. 6a ed. São Paulo: Global, 1987.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COLOMER, T. (2003) A formação do leitor literário: narrativa do leitor infantil e juvenil atual. São Paulo: Global.

COSSON, Rildo (2006) Letramento literário: Teoria e prática. São Paulo: Contexto.

ROJO, Roxane. H. R. & BATISTA, Augusto G. (2004) Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas/SP: Mercado de Letras/EDUC.

CALIL, Eduardo (2008) Escutar o invisível: escritura & poesia na sala de aula. São Paulo: Editora da UNESP; FUNARTE.

Observação: fará parte da bibliografia complementar dessa disciplina materiais e livros didáticos usados por escolas do Estado de Alagoas.

#### **Estágio Supervisionado em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica**

CÓD.	CHS 06	CHT 36	CHP 72	CH 108
------	--------	--------	--------	--------

**EMENTA:** Articulação teoria-prática a partir da caracterização das instituições-campo de estágio, tendo como foco a função social gestor e coordenador pedagógico no cotidiano das organizações educativas, através de observação e análise de instituições de educação escolar ou não escolar na sua globalidade, de sua organização, gestão e coordenação dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

PRADO, Edna. Estágio na Licenciatura em Pedagogia: gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012.

SILVA, Nilson R. G. Estágio supervisionado em Pedagogia: teoria e prática. Campinas, SP: Alínea, 2011.

ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARVALHO, Ana M. P. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. Gestão escolar e docência. São Paulo: Paulinas, 2010.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 18ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Marcia Cristina de. Caminhos para a gestão compartilhada da educação escolar. Curitiba: Ibpex, 2011.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e Docência. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

#### **Saberes e Didática do Ensino da Matemática 1**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando teoria e prática das estruturas aditivas através dos campos numérico, geométrico, de medidas e tratamento da informação, com estímulo à prática

investigativa e à construção de relações entre teorias e práticas em situações didáticas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARRAHER, T. CARRAHER, D. & SCHLIEMAN, A. (1995). Na vida dez na escola zero. 10ª Ed. São Paulo: Cortez.

CARVALHO, Dione Luckesi de. 1990. Metodologia do ensino da Matemática. São Paulo: Cortez.

CHEVALLARD, Y. BOSCH, M. & GASCÓN, J. (2001) Estudar Matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

PONTE, João Pedro. Brocardo, J. Oliveira, H. (2003). Investigações Matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARVALHO, Mercedes. Problemas? Mas que problemas?! Estratégias de resolução de problemas matemáticos em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARVALHO, Mercedes. Números. Conceito e atividades na educação infantil e ensino fundamental I. Petrópolis: Vozes, 2012.

CARVALHO, Mercedes e BAIRRAL, Marcelo (org.). Matemática e Educação Infantil. Petrópolis: Vozes, 2013.

LORENZATO, S. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed. São Paulo: Autores associados. 2011.

**Saberes e Didática da Educação Infantil 1**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo das pedagogias da educação infantil nos âmbitos local, nacional e internacional; das dimensões do currículo e do cotidiano (espaço temporais e relacionais) e de práticas de observação e registro.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HOHMANN, M.; WEIKART, D. Educar a criança. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. Trad.: Vania Cury. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

PEREIRA, Maria Amélia Pinho. Casa redonda: uma experiência em educação. São Paulo: Editora Livre, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BONDIOLI, Anna (org). O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004. 233p.

HADDAD, Lenira. Uma visão ampliada de Currículo. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió. Maceió: EDUFAL, 2015, p.78-211.

FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

HORN, M. G. S. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Zilma Ramos Moraes de. O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: biruta, 2014.

**Arte na Educação**

CÓD.	CHS 03	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Conceito e importância das linguagens artísticas no fenômeno da Educação como meio fundamental para o desenvolvimento da criatividade e a educação estética no processo interdisciplinar e transdisciplinar do ensino-aprendizagem permeado pelas linguagens artísticas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BARBIERI, Stela. Interações: onde está a arte na infância?. São Paulo: Blucher, 2012.

FERREIRA, Paulo Nin. O espírito das coisas: desenho, assemblages e brincadeiras na Educação Infantil. Maceió, Edufal, 2013.

HOLM, Anna Marie. Fazer e pensar arte. São Paulo. MAM/Moderna, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALBANO, Ana Angélica. O espaço do desenho: a educação do educador. São Paulo: Loyola, 2014.

ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo:

Moderna, 1993.  
 COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 2006.  
 DUARTE JR., João Francisco. Por que arte-educação? Campinas: Papyrus, 1991.  
 FERREIRA, Paulo Nin. Artes visuais na educação infantil. In.: NICOLAU, M.L.M.; DIAS, M.C.M. (Orgs.) Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância. Campinas: Papyrus, 2003.  
 OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. Petrópolis, 1996.  
 POMPÉIA, João Augusto. Arte e existência. In: SAPIENZA, Bile Tati; POMPÉIA, João Augusto. Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. São Paulo: Educ, 2004. p.17-29.

### Corporeidade e Movimento

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo teórico-prático do fenômeno da corporeidade e do corpo em movimento a partir da experiência vivida compreendendo o corpo como modo de ser no mundo. Educação Psicomotora na infância.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

E BOULCH, Jean. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos. Artes Médicas, Porto Alegre, RS, 1982.  
 WALLON, Henri. As origens do pensamento na criança. Ed. Manole, São Paulo, SP, 1989.  
 WEILL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Ed. Vozes Ltda. 7ª ed. Petrópolis, RJ, 1977.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSMANN, H. - Paradigmas educacionais e corporeidade, Piracicaba: Unimep, 1995. Cadernos RBCE. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). ISSN 2175-3962  
 GONÇALVES, M.A.S. - Sentir, pensar, agir, Campinas: Papyrus, 1994.  
 MATURANA, H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas, SP: editorial Psy II, 1995.  
 MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção, São Paulo: Martins Fontes, 1994.  
 MONTAGU, A. - Tocar o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1989.

### Saberes e Didática do Ensino de Matemática 2

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando teoria e prática das estruturas multiplicativas através dos campos numérico, geométrico, de medidas e tratamento da informação, com estímulo à prática investigativa e à construção de relações entre teorias e práticas em situações didáticas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARAÇA, B. de J. (2002). Conceitos fundamentais da matemática, Lisboa, 6ª edição, Gradiva.  
 D'AMBRÓSIO, Ubiratan. 1986. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática. São Paulo: Summus; Campinas: Editora UNICAMP.  
 POLYA, G.. A arte de resolver problemas, Princeton/EUA: Princeton University Press: 1973.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SAIZ, Cecília & PARRA, Irma (org.). Didática da matemática: reflexões pedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas: 1996.  
 CARVALHO, Mercedes. Problemas? Mas que problemas?! Estratégias de resolução de problemas matemáticos em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2010.  
 CARVALHO, Mercedes. Números. Conceito e atividades na educação infantil e ensino fundamental I. Petrópolis: Vozes, 2012.  
 CARVALHO, Mercedes e BAIARRAL, Marcelo (org.). Matemática e Educação Infantil. Petrópolis: Vozes, 2013.  
 NUNES, T. CAMPOS, T. Educação Matemática: números e operações aritméticas. Vol I. São Paulo: Cortez, 2005.

### Saberes e Didática do Ensino de Ciências 1

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da História do Ensino de Ciências trazendo ênfase em algumas tendências:

Ensino por descobertas, Movimento Ciência-Tecnologia- Sociedade-Ambiente, Ensino por Analogia, Mudança Conceitual, Ensino por Investigação, Alfabetização Científica. Estudo dos Documentos Oficiais que nortearam e norteiam a prática pedagógica no ensino de Ciências Naturais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: PCN, DCN, BNCC e documentos curriculares do estado e do município de Maceió.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CUNHA CAMPOS, M.; NIGRO, R. *Didática de Ciências: o ensino aprendizagem como investigação*.

São Paulo: FTD, 1999.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revisada. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acessado em: 10 de outubro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:**

Ciências Naturais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.138 p

CACHAPUZ, A. et al. A necessária renovação no Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 2005.

#### **Estágio Supervisionado em Educação Infantil**

CÓD.	CHS 06	CHT 36	CHP 72	CH 108
------	--------	--------	--------	--------

**EMENTA:** Prática de docência supervisionada na Educação Infantil por meio da observação, escuta e planejamento de ações pedagógicas com crianças de 0-5 anos.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CORSARO, W. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. Educ. Soc., Campinas vol.26, n.91, p. 443-464, 2005.

OSTETTO, L. E. (Org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

OSTETTO, L.E. Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. 9 ed. Campinas (SP): Papyrus, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ANJOS, C. I. Estágio na licenciatura em Pedagogia: arte na Educação Infantil. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL; Edefal, 2012.

GEPEDISC. Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa. Campinas, SP: Autores associados, 2011.

GOMES, M. O.(org.) Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. S. Paulo: Loyola, 2011. 222p.

HADDAD, L.; MENDONÇA, L. M. M. S. "Não, não mate a bruxa! Ela é nossa amiguinha"! Entrada, aceitação e participação na cultura de pares em uma experiência de estágio supervisionado em educação infantil. Poiésis, Tubarão. v.9, n.15, p. 24 - 43, Jan/Jun 2015.

MELLO, A. M. O dia a dia das creches e pré-escolas: crônicas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2010.

#### **Saberes e Didática da Educação Infantil 2**

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Estudo da prática da Educação Infantil, focalizando sua dinâmica e organização do planejamento e avaliação, considerando as interações espaço-tempo, criança-criança, escola-família, corpo-movimento, natureza-sociedade, brincadeiras-linguagens expressivas, reconhecendo seu caráter interdependente e transdisciplinar e as especificidades das diferentes faixas etárias, gênero e cultura.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BANDIOLI, A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

CRAIDY, C. KAERCHER, G. E. Educação Infantil: pra que te quero? Porto MOLL, Jaqueline. (Org.). Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

EDWARDS, C., GANDINI, L e FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lucia Goulart de. (orgs.). Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Leitura Crítica, 2015. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=62879](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=62879).

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. Trad: Marlon Xavier. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: Biruta, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; MELLO, A. M.; VITORIA, T.; GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. (Orgs.). Os fazeres na Educação Infantil. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

**Saberes e Didática de Ensino de Língua Portuguesa 2**

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Aprofundamento do trabalho didático com os eixos de organizadores Escrita, Análise Linguística/Semiótica e Oralidade, considerando as competências, habilidades e conteúdos curriculares do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, definidos em documentos curriculares oficiais atuais (BNCC, PNLD, dentre outros) e valorizando materiais e livros didáticos (impressos e digitais) usados em escolas da rede de ensino pública e privada.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2018, p. 57-192.

BRASIL, Ministério da Educação. PNLD 2019: Língua Portuguesa – guia de livros didáticos. Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O; AQUINO, Zilda G.O. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GONZALO, Carmen Rodríguez (2012) La enseñanza de la gramática: las relaciones entre la reflexión y el uso lingüístico. Revista Iberoamericana de Educación. nº 59, pp. 87-118 (1022-6508).

MORAIS, Artur G. de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo, Ática, 1998.

MYHILL, D. Gramática como recurso para a produção de sentido na melhoria da escrita. Grammar as a meaning-making resource for improving writing. L1-Educational Studies in Language and Literature, 18, 2018, pp. 1-21.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. Signótica, Goiás, v.9, n.1, p. 119- 145, jan/dez, 1997.

POSSENTI, Sírio. (1996). Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas (SP): Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras. 2004.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. Na trilha da Gramática: conhecimentos linguísticos na alfabetização e letramento. São Paulo: Cortez, 2016.

Observação: fará parte da bibliografia complementar dessa disciplina materiais e livros didáticos usados por escolas do Estado de Alagoas.

**Estágio Supervisionado em Alfabetização e Letramento**

CÓD.	CHS 05	CHT 30	CHP 60	CH 90
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Práticas de alfabetização e letramento no cotidiano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação, problematização, planejamento e intervenção nos processos de

alfabetização e letramento nos espaços escolares ou não-escolares.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERREIRO, E. Alfabetização em processo. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARSIGLIA, A. C. G.; SAVIANI, D. Prática pedagógica alfabetizadora à luz da Psicologia Histórica-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica. Revista Psicologia e estudo. v. 22, n. 1, 2017.

MORTATTI, M. do R. L. (org.). Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MOURA, T.M. de M. Alfabetização e Letramento (s). In: FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; COSTA, Ana Maria Bastos (Org.). Proposta de formação de alfabetizadores em EJA: referenciais teórico-metodológico. Maceió: MEC e UFAL, Edufal, 2007.

**Saberes e Didática do Ensino de História 1**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo crítico-analítico das diferentes abordagens historiográficas e suas implicações na trajetória da História como disciplina escolar, na produção do conhecimento científico e escolar, na formação e prática docente, na instituição das propostas curriculares oficiais para o ensino da História e na seleção dos sujeitos históricos privilegiados, marginalizados e silenciados na produção historiográfica brasileira.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Thais Nívia. História e ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. São Paulo: Editora FGV, 2010.

KARNAL, Leandro (Org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (ORG.). Ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SILVA, Andréa Giordanna Araujo. O ensino de história: nos anos iniciais do ensino fundamental. Maceió: Café com Sociologia, 2020.

**Saberes e Didática do Ensino de Geografia 1**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo dos processos sociocognitivos da relação espaço-temporal, dos fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ressignificando o conhecimento e a construção do espaço geográfico.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA, Rosângela D. & PASSINI, Elza Y. O Espaço Geográfico: ensino e representação: a importância da leitura de mapas, o domínio espacial no contexto escolar, propostas de atividades. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e construção de conhecimentos. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo. 2002

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARLOS, Ana Fani A. A geografia na sala de aula. 9.ed. - São Paulo: Contexto. 2015

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. geografia: conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.352p.  
 LACOSTE, Y. A Geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra. São Paulo: Papyrus, 1998.  
 SANTOS, Milton.. da totalidade ao lugar. São Paulo: EdUSP, 2005  
 TONNI, Ivaine Maria. Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos. Ijuí: ed. Unijuí. 2006.

#### Saberes e Didática do Ensino de Ciências 2

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
<b>EMENTA:</b> Estudo da prática pedagógica do ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do ensino Fundamental e suas modalidades, com orientações didático-metodológicas relacionando-os ao exercício consciente da cidadania.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> CURRIE, K. Meio Ambiente. Interdisciplinaridade na prática. Campinas: Papyrus, 1998. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. Metodologia do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 1990. DÍAZ, A. P. Educação Ambiental como Projeto (Trad. Fátima Murad), 2ª. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> HARLAN, J.D.; RIVKIN, M.S. Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002. WEISSMANN, H. Didática das Ciências Naturais. Porto Alegre: ARTMED, 1998.				

#### Educação de Jovens, Adultos e Idosos

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
<b>EMENTA:</b> Educação de Adultos e de Jovens e Adultos (EDA/EJA) e a Educação Popular, evolução histórica no contexto político, social, econômico e cultural brasileiro e mundial. Projetos e Programas educacionais na área, a EJA sua relação com o mundo do trabalho e seus sujeitos – Educadores – Educandos suas diversidades, culturas e saberes nas aprendizagens ao longo da vida.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> ARROYO, G. Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2003. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na escola cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002. FÁVERO, Osmar e FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. Educação de jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. In: Inter-ação. Revista da Faculdade de Educação. UFG, Goiânia, v.36, 2011 (online).				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> BARBOSA, Inês O., PAIVA, Jane (orgs.). Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: Revista Brasileira de Educação. Nº 12. Associação Nacional de Pós-Graduação – ANPED. São Paulo: Set/Out/Nov/Dez 1999, p. 59-73. (online). SILVA, Maria da Conceição Valença e PIMENTEL, Elaine. Educação em Prisões: princípios, políticas públicas e práticas educativas. Curitiba: CRV, 2018.				

#### Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental

CÓD.	CHS 06	CHT 36	CHP 72	CH 108
<b>EMENTA:</b> Estágio de Regência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a formação, identidade e saberes da docência. O processo de organização, planejamento e desenvolvimento do estágio: diagnóstico sócio pedagógico da realidade da escola, observação, análise crítica e problematização da prática docente; elaboração de projeto de intervenção; implementação, avaliação, registros das atividades, socialização.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.  
 HERNÁNDEZ, F. Transgressão e Mudanças na Educação – Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.  
 ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**  
 CARVALHO, Gislene T. R. D.; ROCHA, Vera H. R. Formação de professores e estágios supervisionados: relatos e reflexões. São Paulo: Andross, 2004.  
 PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S.. Estágio e docência. SP, Cortez, 2004.  
 PIMENTA, S.G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. SP, Cortez, 1995.  
 SOUZA, João Valdir A. de (org.). Formação de professores para a Educação Básica – Dez anos da LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.  
 ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. SP: Cortez, 2014.

### Saberes e Didática de Ensino de Geografia 2

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
<b>EMENTA:</b> Procedimentos práticos e recursos específicos para o ensino de geografia que assegurem ao professor fundamentos necessários para sua prática docente no planejamento e execução de atividades relacionadas ao ensino de geografia que possibilitem a articulação teoria-prática.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> ALMEIDA, Rosângela Doin. Cartografia escolar. São Paulo. Contexto, 2014 CASTELLAR, Sônia (org). Educação Geográfica: teorias e práticas docentes - 2 ed. Contexto. 2005. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e Práticas de Ensino. Campinas, SP: Papyrus, 2012.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> ALMEIDA, Rosângela Doin. Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto 2011. MOREIRA, Ruy, Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática Geográfica. São Paulo: Contexto, 2012. PONTUSCHIKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa: 3 ed. São Paulo: contexto, 2010.				

### Saberes e Didática de Ensino de História 2

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
<b>EMENTA:</b> Estudos teórico conceitos fundamentais e dos conteúdos da disciplina, com foco na análise da produção historiográfica que aborda os sujeitos históricos que foram tradicionalmente marginalizados pela produção científica e literária no Brasil (mulheres, negros, indígenas e crianças), e prático dos procedimentos didático- metodológicos do ensino de História com o uso de diferentes linguagens, fontes e recursos didáticos perpassando a reflexão sobre a produção didática existentes para o ensino de história no ensino fundamental e na EJA, com enfoque na produção do livro didático.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011. FONSECA, Selva. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Cortez, São Paulo, 2015. MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. DEL PRIORE, Mary (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016. DEL PRIORE, Mary (org.). Histórias das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016. FONSECA, Selva; SILVA, Marcos. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo				

entendido. Campinas: Papirus, 2011.  
 SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global; Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

#### Saberes e Didática de ensino da Educação de Jovens, Adultos e Idosos

CÓD.	CHS 04	CHT 36	CHP 36	CH 72
------	--------	--------	--------	-------

**EMENTA:** Estudo das concepções teórico-metodológicas da EJA e suas relações com a Didática. Desafios e perspectivas do Planejamento e Avaliação do *ensino aprendizagem* para/na EJA. Currículos, Diversidades e Realidades dos estudantes nos *espaçostempos* das escolas. Reconhecimento dos saberes dos educandos e suas implicações na organização curricular.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.  
 FREITAS, Marinaide, LOPES Denise, OLIVEIRA, Inês. Educação continuada, currículo e práticas culturais. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2016.  
 MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky, Maceió: EDUFAL, 2004.  
**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**  
 GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 16º ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.  
 OLIVEIRA, Inês. Barbosa. O Currículo Como Criação Cotidiana. Rio de Janeiro: DP & Alii, 2012.  
 PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento Dialógico: como construir o Projeto Político da Escola. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.  
 PINTO, Cláudio. Didática e a formação de professores. Unijuí, SC: Editora UNIJUI, 2012.  
 SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

#### 4.1.4. Programa de Disciplinas – Eletivas

Legenda:

CHS – Carga Horária Semanal

CHT – Carga Horária Teórica

CHP – Carga Horária Prática

CH – Carga Horária Total

#### Educação do Campo

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da dinâmica histórica da educação do campo brasileiro segundo as novas proposições político-educacionais e legais para o desenvolvimento sustentável do território do campo, por novos desenhos curriculares.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos diversos repolitizam a formação. In: Quando a diversidade interroga a formação docente. Julio Emilio Diniz-Pereira, Geraldo Leão, organizadores. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Docência).  
 ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, R. S. & MOLINA, M. C. Por uma educação básica do campo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.  
 BOF, Alvana Maria (organização); SAMPAIO, C. E. M et al. A educação no Brasil rural. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.  
**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**  
 CAMINI, Isabela. Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.  
 HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antônio; DELAMOURA, Michiele & CHAMUSCA, Adelaide. (orgs.) Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. – Brasília: SECAD/MEC; Cadernos SECAD 2, março de 2007.  
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Panorama da Educação no Campo. – Brasília: INEP, 2007.

RAMOS, Maria Nogueira; MOREIRA, T. M. & SANTOS, C. A. Referências para uma política nacional de Educação do Campo: Caderno de Subsídios. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica; Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.  
 THERRIEN, Jacques. & DAMASCENO, M. N. (coords.). Educação e Escola no Campo. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).

#### Educação e Economia Solidária

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Reflexão crítica sobre o espaço social público perpassando as relações entre economia solidária, economia estatal e economia mercantil, articulando os limites e contradições do trabalho educativo profissional na modernidade capitalista.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA, C. reflexões sobre a Escola profissional Politécnica do Complexo de Mondragón, Alagoas. Revista do CEDU, nº 18, junho, 2003

BOFF, L. & ARRUDA, M. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SINGER, P. & Souza, A.R. (orgs.). A economia solidária no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

#### Introdução à Educação a Distância

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da legislação, importância, perspectivas, dificuldades desafios na prática educativa, na modalidade à distância. Intransitividade na aprendizagem e na formação de professores nos diferentes ambientes virtuais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, Raquel G. (org). Tecnologias educacionais e educação à distância: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet: 2001.

BELONNI, Maria L. Educação à distância. Campinas: Autores Associados, 1999. MERCADO, Luís P. e VIANA, Maria A. Vivências com aprendizagem na Internet. Maceió: EDUFAL, 2005.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. O aluno virtual: um guia para trabalhar com. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Marco (org). Educação on-line. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA Marcos; SANTOS, Edméa. Avaliação da aprendizagem em educação online. São Paulo: Loyola, 2006.

#### Literatura Infantil

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Leitura e análise de obras da literatura infanto-juvenil voltadas para a ação e papel do professor como leitor para/com seus alunos, visando o tratamento didático que considere o lúdico, a literatura de tradição oral e a formação do gosto literário, desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVICH, Fanny Literatura Infantil, São Paulo: Scipione, 1997. CADEMARTORI, L. O que é literatura infantil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FARIA, Maria Alice Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira: histórias e histórias. 4 ed. São Paulo: Ática, 1988.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed. 2001

ZILBERMAN, Regina, Como e por que ler a literatura infantil brasileira. São Paulo: Objetiva, 2005.

#### Tópicos de História da Educação em Alagoas

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudos sobre a trajetória da educação em Alagoas, do Império à República com

enfoque nas políticas públicas, na legislação educacional, nas ideias e teorias pedagógicas (e na expressão dessas através dos recursos didáticos: obras didáticas e métodos de ensino), na biografia de educadores alagoanos, nas instituições educacionais públicas, particulares e filantrópicas e na educação superior.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

COSTA, Craveiro. Instrução pública e instituições culturais de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

SILVA, Elza Maria da. A Educação Infantil em Alagoas: (re)construindo suas raízes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL. Maceió: UFAL, 2003. mimeo.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

VERÇOSA, Élcio de Gusmão (orgs). Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais. Maceió, Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 3ªed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. História do Ensino Superior em Alagoas: verso & reverso. Maceió: Edufal, 1997.

### **Políticas Públicas para Educação em Prisões**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Educação em unidades prisionais como dever do estado e direito das pessoas em privação de liberdade. Funções da prisão e da escola. Educação em prisões integrada à Educação de Jovens e Adultos. Base legal para a educação nos sistemas prisionais brasileiro e alagoano.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SILVA, M.da Conceição Valença da; PIMENTEL, Elaine (Orgs.). EDUCAÇÃO EM PRISÕES: princípios, políticas públicas e práticas educativas. Curitiba: Editora CRV, 2018.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALAGOAS. Resolução Normativa nº 02. Conselho Estadual de Educação. Alagoas, 2014.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210. Congresso Nacional. Brasília, 1984.

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Resolução Normativa nº 02. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Ministério da Educação. Brasília, 2010.

SILVA, Maria da Conceição Valença da. A prática docente de EJA: o caso da Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru. Recife: Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006.

### **Dança na Educação**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Conceito e importância da Dança no fenômeno da Educação na perspectiva da educação estética, como meio fundamental para o desenvolvimento da expressão pessoal e coletiva, articulados às manifestações artísticas de povos, comunidades e épocas, resguardando o direito às diferenças das formas de expressão corporal por meio da dança no processo interdisciplinar e transdisciplinar de ensino-aprendizagem.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LABAN, R. Dança educativa moderna. Ullmann, Lisa (Org.). São Paulo: Ícone, 1990.

MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, Isabel A. Interações: Crianças, dança e escola. São Paulo: Blucher, 2012

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GODOY, Kathya Maria Ayres; SÁ, Ivo Ribeiro. Oficinas de dança e expressão corporal para o ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2009.

GODOY, Kathya Maria Ayres. Dançando na escola: o movimento da formação do professor de arte. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação)– PUC-SP, São Paulo, Tese de Doutorado, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 2000.

LABAN, R. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.  
 STRAZZACAPPA, M. A educação e a Fábrica de corpos: a dança na escola. Cad. CEDES, v. 21, n. 53, p.69-83, abr. 2001.  
 VERDERI, E. Dança na escola: uma abordagem pedagógica. São Paulo: Phorte, 2009.

### Teatro na Educação

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Conceito e importância do Teatro no fenômeno da Educação na perspectiva da educação estética, como meio fundamental para o desenvolvimento da expressão pessoal e coletiva nas modalidades da linguagem visual, articulados com as manifestações artísticas de povos, comunidades e épocas, resguardando o direito às diferenças das formas de expressão dramática no processo interdisciplinar e transdisciplinar de ensino- aprendizagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do Teatro: provocação e dialogismo. São Paulo: Ed.Hucitec, Edições Mandacaru, 2006.  
 SANTOS, V. L. B. dos. Brincadeira e conhecimento: do faz- de- conta à representação teatral. Porto Alegre: editora Mediação, 2004.  
 KOUDELA, Ingrid. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 1984.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.  
 BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. PCN Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.  
 SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. São Paulo: Perspectiva, 2001. SOARES, Carmela. Pedagogia do jogo teatral uma poética do efêmero. São Paulo, HUCITEC, 2010.  
 ROUBINE, Jean Jacques. A Linguagem da encenação teatral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.  
 RYNGAERT, Jean Pierre. Jogar, representar. São Paulo: Cosac Naify, 2009. COURTNEY, Richard. Jogo, teatro e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2001.

### Juventudes e Cultura Escolar

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Introdução aos estudos sobre juventudes, culturas juvenis, a instituição escolar moderna, a relação dos jovens com o espaço e tempo não escolares e escolares; as sociabilidades, as teorias sobre as dificuldades escolares de alunos "pobres", a "relação com o saber", a construção do "aluno" na escola no confronto da cultura deles com a cultura escolar e os desafios contemporâneos para o trabalho docente em relação aos jovens com a escola, em suas diferentes dimensões e em relação aos estudos. Estudos teóricos sobre estas questões, e análise de representações historicamente construídas na educação básica de professores sobre os jovens e dos próprios jovens sobre si.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMO, Wendel Abramo e BRANCO, Martoni Branco (Org.). Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional / Gustavo Venturi ... [et al.]; Helena. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011  
 SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Org.). As juventudes e seus diferentes sujeitos. Recife: Editora Universitária UFRPE, 2017  
 DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte, MG, UFMG, 1996.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARKER, G. Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.  
 BITTENCOURT, J.B.M. Do jovem como problema ao jovem como problemática. In: MATIAS, M.V; ALVES DE SOUSA, M.J; DIAS, J.C.N.S.N. Mora na Filosofia. Maceió: 90 Eudfal, 2013.  
 SOUZA, Janice Tirelli Ponte de Sousa; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. Perspectiva. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 163-181, jul./dez.2002  
 WEISHEIMER, Nilson. Apontamentos para uma Sociologia da Juventude. Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais, ano 1, n. 1. jan-dez, 2013.  
 REIS, Rosemeire. Experiência escolar de jovens/alunos do ensino médio: os sentidos

atribuídos à escola e aos estudos. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 38, p. 637-652, 2012.

#### Cultura Midiática e Educação

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
<b>EMENTA:</b> Estudo da função e do impacto da cultura midiática da sociedade da informação e da mídia nos processos educativos escolares e não escolares, com repercussões na formação de sujeitos, envolvendo questões de identidade, alteridade, raça, sexualidade e linguagem na contemporaneidade.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> ADORNO, Theodor. A indústria cultural. IN: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 6ª reimpr. BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Pequena história da fotografia. In: Obras escolhidas. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 10. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 1: magia e técnica, arte e política.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> ARISTÓTELES. Poética. Tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Os Pensadores.) DELEUZE, Gilles. O ato de criação. Folha de São Paulo, São Paulo, 1999. <a href="http://www.youtube.com/watch?v=FSiacivfJEE">http://www.youtube.com/watch?v=FSiacivfJEE</a> NUNES, Benedito. Introdução à filosofia da arte. São Paulo: Ática, 1991.				

#### Gestão e Financiamento da Educação

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
<b>EMENTA:</b> Estudo da estrutura e funcionamento da gestão e do financiamento da educação no Brasil, das políticas de descentralização, autonomia e participação, dos programas e projetos de financiamento implementados nos espaços educacionais e nas escolas, à luz da legislação brasileira.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> DAVIES, Nicholas. <b>Financiamento da Educação: Novos ou velhos desafios?</b> São Paulo: Xamã, 2004. DUARTE, Marisa R. T. & FARIA, Geniana Guimarães. <b>Recursos Públicos para as Escolas Públicas: As políticas de financiamento da educação básica no Brasil e a regulação do sistema educacional federativo.</b> Belo Horizonte: RHJ: FAE, 2010. SILVA, Givanildo da & SANTOS, Inalda Maria dos (orgs.). <b>Políticas de gestão escolar no Nordeste brasileiro: percursos, desafios e perspectiva.</b> Maceió: EDUFAL, 2019.				
<b>Bibliografia complementar:</b> CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito? São Paulo, 2011. CUSTO-ALUNO QUALIDADE: A QUEM INTERESSA? Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 13, n. 26, mai/ago. 2019. – Brasília: CNTE, 2019. BASSI, Marcos Edgar; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola & ROLIM, Rosana Maria Gemaque. Remuneração de Professores da Educação Básica em tempos de FUNDEB, PSPN e PNE 2014-2024. <b>Revista de Financiamento da Educação – FINEDUCA</b> , v.09, n. 04, 2019. LIRA, Jailton de Souza; HERMIDA, Jorge Fernando. Gestão, financiamento e (des)valorização da educação em Alagoas (2007-2014). <i>Revista Eletrônica de Educação</i> , v. 12, n. 1, p. 132-150, jan./abr. 2018. VIANA, Mariana Peleje. Os Recursos Financeiros Descentralizados como Indutores da Gestão Democrática e Ferramentas para a Promoção da Qualidade do Ensino. <i>FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação</i> , Porto Alegre, v. 7, n. 7, 2017. Disponível em: <a href="http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v7-68638">http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v7-68638</a>				

#### Avaliação Institucional

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
<b>EMENTA:</b> Estuda a avaliação institucional como uma das dimensões da avaliação educacional, enquanto política educacional e processo de acompanhamento do trabalho pedagógico.				

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Cultura, Memória e Currículo).

FREITAS, Luiz Carlos de (et al). **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 2. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Fronteiras Educacionais).

MALAVASI, Maria Marcia Sigris. Avaliação Institucional de qualidade potencializada pela participação dos vários segmentos da escola. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiri de Freitas (et al). **Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Didática e Prática de Ensino).

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GONZAGA, Kátia Valéria Pereira. **Avaliação institucional: refletindo a teoria e lançando bases para uma prática emancipatória**. Gestão escola, Processos em movimento. Ano 36. Jul/set de 2007.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2012. (Séries Cadernos de Gestão).

PERONI, Vera Maria Vidal. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **Revista Brasileira de política e administração da educação**. V. 25, n.2, p. 185-384, mai./ago. 2009.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 2000.

**Estudos da Infância**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo das categorias infância, criança e bebê a partir das contribuições das Ciências Sociais, tendo como principais eixos de análise: as culturas infantis; a sociologia da infância e a antropologia da criança; os aspectos gerais das pesquisas com crianças e bebês; métodos e técnicas de pesquisa com crianças e bebês; as crianças e suas relações com os espaços e tempos escolares e não escolares; a diversidade étnica e racial nas infâncias; infâncias e inclusão; os direitos das crianças; o brincar como elemento estrutural para as infâncias; os novos estudos da infâncias; teorias e conceitos sobre as infâncias e os estudos com bebês.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

COHN, C. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

TEBET, G. (Org.). Estudos de bebês e diálogos com a sociologia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

TONUCCI, F. Com olhos de criança. Porto Alegre: Artmed, 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Org.). Sociologia da Infância no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

FONSECA, C.; MEDAETS, C.; RIBEIRO, F. B. Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

GOTTLIEB, A. Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África. São Paulo: Unifesp, 2013.

MARTINS, J. S. O massacre dos inocentes. São Paulo: Hucitec, 1991.

**Estatística**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da Importância e aplicação dos conceitos estatísticos descritivos e inferenciais básicos, na análise de situações e problemas da realidade educacional brasileira, compreendendo a estatística como instrumento de pesquisa educacional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BUSSAB, Wilton O. Estatística Básica – 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993,1994. 321 pp outra R.B. 1985.

FAZENDA, Ivani. Novos enfoques da Pesquisa Educacional. São Paulo: São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Fernando Antônio. Estatística Descritiva: uma introdução. Editora Atlas, 1977.

(pp 20-23)

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Normas para apresentação de Documentos Científicos, Tabelas, vols. 9 e 10. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 1983.

**Educação e diversidade étnico-racial**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo da pluralidade étnica brasileira e alagoana, dos movimentos políticos e culturais da população negra e dos povos indígenas do Brasil e em Alagoas, dos processos históricos da constituição das políticas afirmativas e de discriminação positiva, das relações entre raça, gênero e classe e das políticas públicas antirracistas que provocam intervenções na elaboração dos currículos e práticas escolares.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Relações raciais nas escolas:** reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: Unesco/Inep/Observatório de Violência nas Escolas, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os índios na História do Brasil:** história, direitos e cidadania. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A Educação dos Jeripancó:** uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas de Alagoas. 2009.

GOMES, Nilma Lino Gomes, SILVA, Petronilha Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a Educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília, DF: Inep, 2003.

**Movimentos Sociais e Educação**

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo das teorias clássicas e contemporâneas sobre os movimentos sociais com ênfase nas suas interfaces com a educação formal, não-formal e popular, destacando as trajetórias dos movimentos sociais no Brasil e suas relações com o Estado e a sociedade civil, bem como suas dimensões educativas e a recentes críticas decoloniais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. Revista Brasileira de Educação [online], n.13, pp. 73-94, jan/abr. 2000.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. Educação e Pesquisa [online], São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-258, Mar. 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. *In.*: Lua Nova [online], n. 76. São Paulo, p. 49-86, 2009.

DE GODOY STENICO, Joselaine Andréia y SOARES POLATO PAES, Marcela. Paulo Freire e os movimentos sociais: ua análise da conjuntura brasileira. Educación [online]. vol.26, n.50, pp.47-61, 2017.

GOHN, Maria da Glória. (Org.). Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, 5ª .ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Mediações [online], v.5, n.1, pp. 11-40, jan./jun. 2000.  
 MELLUCCI, ALBERTO. A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas. São Paulo: Editora Vozes, 2001.  
 SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de Movimentos sociais In.: Revista Sociedade e Estado [online], UnB. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

### Educação e Meio Ambiente

CÓD.	CHS	CHT	CHP 36	CH
<b>EMENTA:</b> Estudo da dinâmica histórica da relação sociedade e natureza, compreendendo as tendências recentes do movimento ambientalista, no bojo dos movimentos sociais, das teorias e das políticas ambientais, perpassando a dimensão ambiental da educação, suas concepções, diretrizes e ações formadoras da responsabilidade ética dos sujeitos coletivos na gestão ambiental.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo, Annablume, São Paulo, 2005.				
SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.				
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
AB'SABER, Aziz Nacib. A Amazônia: do discurso a práxis. São Paulo: Edusp, 1996.				
CAPRA, F. (org.). Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.				
CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro Roberto; OLIVEIRA, José Flávio de. (orgs.). Educação Ambiental, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.				
GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.				
LEMOES, Amalia Inês G. de; ROSS, Jurandyr L. Sanches; LUCHIARI, Ailton (orgs.). América Latina: sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.				

<b>A Formação do Educador: da Antiguidade à Contemporaneidade</b>				
CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
<b>EMENTA:</b> Reflexão sobre a formação do educador do Mundo Antigo à Contemporaneidade, as relações sociais que envolvem a prática social docente.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
BUENO, Tainam Santos Luz. <b>Formação moral e ação política em Sêneca</b> : entre o sábio e o princeps. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2016.				
FREIRE, Paulo – A importância do ato de ler IN: FREIRE, Paulo – A importância do ato de ler em três artigos que se completam. Cortez. S. Paulo – 2011. Páginas 19-31				
_____ - Parte I Cartas Pedagógicas In. FREIRE, Paulo – Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. Unesp. S. Paulo. 2000. Páginas 27-69				
_____ - Ensinar não é transferir conhecimento. In.: FREIRE, Paulo – Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. S. Paulo. 1996. Páginas 47-90				
GADOTTI, Moacir. Educação e Poder.				
PEREIRA MELO, José Joaquim. O Sábio Senequiano: um Educador atemporal. Tese (pós-doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Assis – SP, 2007.				
_____. O conceito de educação em Sêneca. Revista CESUMAR – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Vol.08. Jan.2003, p.07-19.				
SÊNeca, Lucio A. Cartas a Lucílio. Tradução, prefácio e nota de J. A. segurado e Campos. 4.ed. Lisboa: Fund. CG, 2009.				

LUCIANO DE SAMOSATA. Mestre de Retórica. Luciano III. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p.61-82.  
 SÊNECA, Lucio A. Cartas a Lucílio. Tradução, prefácio e nota de J. A. Segurado e Campos. 4.ed. Lisboa: Fund. CG, 2009.

### Filosofia e Infância

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

#### EMENTA:

Discussões teóricas sobre os temas que envolvem a Filosofia e a Infância, bem como o Ensino de Filosofia com/para Crianças. Infância em afroperspectividade. Infância e Literatura. Filosofia da Infância.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERLAN, Alain. Criança filósofa? Criança artista? A modernidade de J. J. Rousseau *O Emílio* e a "partilha do sensível". In: MATOS, Junot C.; COSTA, Marcos Roberto Nunes (org.). Ensino de Filosofia: questões fundamentais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.  
 KOHAN, Walter O. Filosofia para crianças. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.  
 LIPMAN, Matthew. A Filosofia vai à escola. São Paulo: Summus, 1990.  
 NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectividade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, n. 31, mai./out. 2019, p. 53-70.  
 OLIVEIRA, Paula Ramos de. Filosofia para a Formação da Criança. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.  
 OLIVEIRA, Paula Ramos de. Criança, filosofia e literatura. Educação e Cultura Contemporânea, v. 5, n. 9, 2008, p. 193-202.  
 SALLES, Conceição Gislane N. Filosofia e Infância: um encontro possível? *Childhood&Philosophy*, v. 5, n. 9, 2009, p. 31-52.

#### BIBLIOGRAFIA C

AGAMBEN, Giorgio. Infância e História: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

KOHAN, Walter. O. Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de Filosofia e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

### Culturas da infância e o brincar: implicações para a Educação Infantil -

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

#### EMENTA:

Estudo e reflexão sobre a construção sócio-histórica da infância, as culturas infantis e sua relação com a cultura adulta. Redimensionar a compreensão do brincar a partir do conceito de culturas infantis e possíveis convergências e divergências nos campos do Sociologia, Pedagogia e Psicologia. Debater implicações para a Educação Infantil.

CORSARO, Willian A. Sociologia da Infância. Porto alegre: Artmed, 2011.  
 SARMENTO, M.J. Imaginário e culturas da infância. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.  
 SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

#### Complementar:

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

--

### Arte e Infância

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** Estudo e reflexão sobre a arte infantil como parte das culturas infantis. Redimensionar a compreensão da arte infantil na perspectiva da sociologia da infância, psicologia e filosofia. Debater implicações para a Educação Infantil.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

##### BÁSICAS:

CORSARO, Willian A. Sociologia da Infância. Porto alegre: Artmed, 2011.

SARMENTO, M.J. Imaginário e culturas da infância. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

FERREIRA, Paulo Nin. O espírito das coisas: desenho, assemblages e brincadeiras na educação infantil. Maceió: Edufal, 2013.

##### complementar:

FERREIRA, P. N. "A gente tá fazendo um feitiço": cultura de pares e experiência estética no ateliê de artes plásticas em contexto de educação infantil. 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOLB-BERNARDES, Rosvita; OSTETTO, Luciana. Arte na educação infantil: pesquisa, experimentação e ampliação de repertórios. Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 40-52, maio/ago. 2016.

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

### Tópicos de política educacional: educação básica em tempos de pandemia

CÓD.	CHS 02	CHT 36	CHP -	CH 36
------	--------	--------	-------	-------

**EMENTA:** A situação da educação básica em tempos de pandemia. Implicações das medidas emergenciais para o futuro da organização, da gestão e do financiamento da educação básica.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

##### ARTIGO DE JORNAL:

##### Texto base 1:

CONTINHO, Rodrigo. A educação brasileira e a pandemia: breve olhar conjuntural. 2020. Disponível em <https://diplomatie.org.br/a-educacao-brasileira-e-a-pandemia-breve-olhar-conjuntural/?fbclid=IwAR3zcmqfIdSs-3Ejbej9ETcUtxMjl-W0AzblLaMHSCWU54b7KIFoyMkb276M>. Acesso em 26 de se. 2020.

##### LEGISLAÇÃO:

##### Texto base 2:

Parecer CNE/CP nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192#:~:text=Em%2018%20de%20mar%C3%A7o%20de,%C3%A0%20propaga%C3%A7%C3%A3o%20da%20COVID%2D19](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192#:~:text=Em%2018%20de%20mar%C3%A7o%20de,%C3%A0%20propaga%C3%A7%C3%A3o%20da%20COVID%2D19). Acesso em 26 de se. 2020.

##### HOME PAGE:

##### Texto base 3:

Posicionamento sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares durante a pandemia. Disponível em <https://anped.org.br/news/posicionamento-sobre-o-parecer-do-cne-que-trata-da-reorganizacao-dos-calendarios-escolares>

##### ARTIGO DE JORNAL:

Texto base 4:

LEHER, Roberto. Em virtude da pandemia é necessário discutir o planejamento do sistema educacional: Parecer do CNE sobre atividades escolares desconsidera as consequências da pandemia e da crise econômica 2020. Disponível em [https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Em-virtude-da-pandemia-e-necessario-discutir-o-planejamento-do-sistema-educacional/54/47389#\\_ftn4](https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Em-virtude-da-pandemia-e-necessario-discutir-o-planejamento-do-sistema-educacional/54/47389#_ftn4). Acesso em 26 de se. 2020.

ARTIGO DE JORNAL:

Texto base 5:

EVANGELISTA, Olinda; FLORES, Renata.L B. Quando dói mais o bolso do que a alma, ou a “educação” do capital. 2020. Disponível em <https://universidadeaesquerda.com.br/coluna/quando-doi-mais-o-bolso-do-que-a-alma-ou-a-educacao-do-capital/>. Acesso em 26 de se. 2020.

Homepage:

Texto base 6:

TOMAZINHO, Paulo. Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar (Paulo Tomazinho. 2020. Disponível em <https://www.sinepe-rs.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>. Acesso em 26 de se. 2020.

ARTIGO DE JORNAL:

Texto base 7:

NETO, Geraldo Miranda Pinto. A precarização do trabalho docente em tempos de ensino remoto: A pandemia impulsionou a velha ideia do ensino a distância, acirrando desigualdades e a exploração de professores/as.2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/25/artigo-a-precarizacao-do-trabalho-docente-em-tempos-de-ensino-remoto>. Acesso em 26 de se. 2020.

**Complementar:**

1. ALVES, Charles Alberto de Souza; PIMENTEL, Adriana Marinho. O Piso Salarial Profissional Nacional dos professores da educação básica pública: desafios atuais e perspectivas. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 5, n. 6, 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-68058>. Consultado em 06 de janeiro de 2018.

2. FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; SANTOS, Maria de Fátima Martins. A Meta 20 do PNE 2014-2024: compromissos e desafios para o contexto do financiamento educacional. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 7, n. 3, 2017.1. Disponível em <http://dx.doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v7-68621>. Acessado em novembro de 2017.

3. FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n99/1678-7110-ccedes-36-99-00137.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

#### 4.1.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório, com carga horária total de 85 horas. Todavia, o TCC não se constitui como disciplina, não tendo carga horária fixa semanal, conforme Resolução do Colegiado do Curso de Pedagogia nº 001, de 08 de janeiro de 2014, que “Dispõe sobre a elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

dos alunos do Curso de Pedagogia, e adota outras providências”; trata-se de um trabalho de aprofundamento teórico ou teórico-prático, tendo como foco uma das áreas da Pedagogia.

O aluno integralizará o curso obedecendo aos critérios de avaliação, estabelecidos pela legislação vigente e mediante a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, definido pelo aluno em paralelo ao desenvolvimento da disciplina Pesquisa Educacional, devendo ser concluído e entregue na metade do último semestre letivo de conclusão do Curso, podendo ser apresentado em seminários temáticos, organizados pelo colegiado do curso, no final do referido semestre, para uma banca avaliadora, ou ser apresentado em defesa para uma Banca Examinadora específica formada para este fim. O trabalho será orientado pelos professores da área de preferência do aluno, a partir da definição do trabalho.

#### **4.1.6. Estágios Supervisionados**

O estágio supervisionado insere o/a licenciando/a no campo de atuação profissional a partir do conhecimento da realidade das áreas de atuação, oportunizando a análise das práticas educativas à luz dos fundamentos teóricos que as embasam. Conforme estabelece a LDB 9.394/96, a formação dos profissionais da educação deve atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica. Para tanto, terá como fundamentos a presença de sólida formação básica, com a associação entre teorias e práticas e o aproveitamento de experiências anteriores em instituições de ensino.

O estágio supervisionado constitui componente curricular obrigatório, previsto no curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, além de integrar o itinerário formativo do (a) educando (a), previsto e regulamentado pela Lei 11.788/2008. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Conforme Pimenta e Lima (2011), compreender o estágio como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental para constituí-lo como atividade

de pesquisa, campo de conhecimento que se produz na interação entre universidade e escola. Deste modo, o curso de Pedagogia da UFAL considera como princípios estruturadores do estágio a institucionalidade, processualidade e integração. Respeitados tais princípios e em atendimento à Resolução CNE/CP nº 2/2015, define-se a carga horária de 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado em atuação na Educação Básica, em instituições escolares públicas (estaduais e/ou municipais) e não escolares, nos quais serão desenvolvidas ações e reflexões teórico-metodológicas sobre prática docente, gestão e práticas educativas a serem vivenciadas a partir da segunda metade do curso em quatro disciplinas, a saber:

**Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica.** Observação, análise, planejamento e intervenção em instituições de educação escolar e não-escolar. Carga horária 108h (36h teóricas e 72h práticas).

**Estágio Supervisionado em Educação Infantil.** Observação, análise, planejamento e intervenção em instituições de educação infantil. Carga horária 108h (36h teóricas e 72h práticas).

**Estágio Supervisionado em Práticas de Alfabetização e Letramento** Práticas de Alfabetização e Letramento no cotidiano dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observação, planejamento e execução do plano de ação nos processos de alfabetização e letramento em espaços escolares e não-escolares. Carga horária 90 horas (30h teóricas e 60h práticas).

**Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental.** Observação, análise, planejamento e intervenção em instituições de educação, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Carga horária 108h (36h teóricas e 72h práticas).

O Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia caracteriza-se, prioritariamente, pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à docência e à gestão escolar em escolas, creches, ONGs e movimentos sociais, proporcionando participação dos/as licenciandos/as em situações reais de trabalho. Deste modo, as atividades de estágio devem ser constituídas de observação, análise, elaboração,

planejamento e execução de projeto/plano de atuação no campo de estágio, respeitando suas especificidades. Também devem ser apresentados relatórios das experiências de estágios.

Os licenciandos (as), que atuam regularmente como docentes em escolas de Educação Básica terão direito à redução da carga-horária do Estágio Supervisionado em 50%, em cada semestre, desde que comprovado seu exercício profissional e mediante a elaboração de relatório crítico-reflexivo e fundamentado de sua experiência profissional, conforme estabelece a Instrução Normativa PROGRAD/ Fórum das Licenciaturas Nº 01/2013.

Aos/às alunos/as com deficiências ou necessidades específicas deve ser assegurada a garantia da realização do estágio em condições adequadas de formação intelectual, cultural e técnica.

Para garantir o caráter pedagógico dos diferentes estágios e o respeito às legislações vigentes, o Curso de Pedagogia dispõe de uma Coordenação de Estágios e esta tem em seus planos a construção de uma instrução normativa para orientar as ações de estágio supervisionado.

## **4.2. Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão**

As atividades acadêmicas que envolvem a formação do Pedagogo compreendem o tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão, e pretende atender às necessidades de apropriar-se de saberes que envolvam a sala de aula e demais contextos que pedem a atuação do egresso do Curso de Pedagogia – Licenciatura, assim como também os sujeitos partícipes das ações por elas propostas.

### **4.2.1 Programa de Curricularização da Extensão: Formação de Sujeitos Contemporâneos**

#### **4.2.1.1. Marco Normativo e Estrutural**

Estruturado a partir das indicações normativas contidas em documentos institucionais como a Resolução Nº 04/2018-CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, e a Resolução Nº 65/2014-CONSUNI/UFAL, de 03 de novembro de 2014, que

estabelecem as Diretrizes Gerais para a Extensão no âmbito da Ufal, o programa de curricularização da extensão: “Formação de Sujeitos Contemporâneos”, estruturado a partir da perspectiva da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, incorpora ao seu universo formativo os princípios e diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária e as definições estratégicas definidas pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação.

Estas determinações normativas são incorporadas a um projeto pedagógico que entende a formação docente como processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Desta forma, este Programa de extensão passa a integrar o Eixo Articulador do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Centro de Educação.

É propósito permanente do programa formativo do Curso de Pedagogia a promoção de um perfil profissional do Pedagogo, compreendendo que no contexto escolar se estabelecem complexas relações de classe, de questões étnico-raciais e de gênero que produzem identidades que não são neutras, mas crivadas por relações assimétricas de poder e que a escola e os currículos escolares têm que ser apreendidos a partir desses pressupostos. A relação entre o currículo e a cultura é essencial para penetrarmos no cerne dos processos produtivos de identidades e diferenças, de exclusões e desigualdades, preconceitos e racismos. Isso permite a articulação dos processos de ensino, pesquisa e extensão, de forma a levar o/a estudante a desenvolver uma atitude que lhe permita entender que a formação e o desenvolvimento profissional devem ser um processo permanente, devido à própria dinâmica social que está, permanentemente, em construção, desenvolvimento, transformação.

Esse entendimento de processos formativo docente produzido por uma trajetória de ações sistemáticas no ensino, pesquisa e extensão, em atenção aos anseios da sociedade alagoana, forjou um projeto pedagógico que aponta para um perfil profissional de um pedagogo apto a atender prioritariamente às necessidades da educação básica que se efetivam nos espaços escolares, sem com isso desconsiderar os campos e espaços educativos não-escolares que a realidade abre para o profissional Pedagogo.

Assim, orientados pelo princípio de indissociabilidade entre os pólos fundamentais do fazer universitário, a extensão universitária é compreendida nesta proposta como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político promotor de interação transformadora entre Universidade e diferentes setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esses princípios sobre os quais assentam as ações de extensão na Ufal, que por sua vez, reproduzem a Política Nacional de Extensão, quando aquela define entre seus campos prioritários:

V - A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (FORPROEX, 2012, p.38).

Porém, destacamos que os programas e projetos de atividades extensionistas envolverão e serão orientados a serem realizados em comunidades apontadas para o desenvolvimento das ações/projetos. O apontamento destas comunidades indicarão os sujeitos do programa. Porém, há a intenção de que os parceiros possam compor os quadros de professores e gestores das escolas públicas alagoanas, assim como também aqueles que desenvolvem trabalhos com ações de ensino e aprendizagem em espaços não formais.

Essa proposição permite os trabalhos possam ir para além dos muros da UFAL, pois as demandas atuais levam os profissionais da Pedagogia a diferentes espaços e contextos que suscitam o rompimento de paradigmas forjados ao longo da história das ações educacionais.

São expressivos os estudos que apontam o esgotamento do modelo de formação escolar forjado pelas demandas da modernidade e que no Brasil passam a ser reproduzidos pelas primeiras ondas de massificação da escolarização nos anos 30 do século XX. Por isso, a necessidade de atendimento aos anseios educacionais na atualidade.

A reconfiguração das estruturas familiares, pela sua relação com o trabalho e a resignificação do lugar de seus membros, acrescidas das profundas transformações na noção secular de “vida comunitária”, têm direcionado à escola demandas formativas tradicionalmente cumpridas por essas instâncias da formação humana e que vivem um significativo processo de esvaziamento de suas funções formativas.

A modernidade e seus valores também promoveu a fusão entre os conceitos de educação (no sentido lato) e educação escolar, na medida em que instituiu como propósitos únicos a transmissão, aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades como centro de todos os processos formativos contemporâneos.

Por outro lado, pode-se perceber, ao longo das últimas décadas, um movimento que percorre um sentido contrário. Na medida em que os meios e as formas tradicionais de educação se veem corroídos, começam a ser direcionadas para a escola outras expectativas, na esperança de que esta exerça uma função educativa e não apenas a da escolarização. O atendimento dessas novas demandas só será possível pela produção de uma outra visão da escola, dos conteúdos escolares, do papel dos educadores e da relação dessa mesma escola com a sociedade.

É nesse complexo quadro de questões relativas à formação do sujeito na contemporaneidade que a busca por modelos formativos mais integrais, que alarguem a ideia de formação para além das fronteiras da escolarização, incluindo dimensões até pouco tempo restritas à formação familiar e comunitária, que agora se espera que a escola contemporânea atenda.

Mas como deve ser essa Escola? Quais devem ser suas práticas formativas? Quem participa das suas definições curriculares? Quem é o professor dessa instituição contemporânea, e por fim, e talvez mais importante, quem é esse sujeito contemporâneo que se pretende formar? Nesse contexto, apresentamos, também, os alunos egressos. São essas questões que mobilizam a prospecção investigativa que fundamentará as ações dos projetos que compõem o programa de curricularização da extensão do curso de Pedagogia do CEDU.

Dessa forma, o Centro de Educação, por meio da realização de encontros pedagógicos, passou a definir a temática central da curricularização da extensão escolhendo o tema Formação de Sujeitos Contemporâneos. A partir dessa temática foram definidos dois projetos, sendo o Projeto 1 com o subtema: Escolas, Letramentos e Formação Social; e o Projeto 2 com o subtema Metodologias e Práticas de Ensino.

#### **4.2.1.2. Ementa da Atividade de Curricularização da Extensão (ACE)**

Programa: A formação dos sujeitos Contemporâneos: Componente Curricular em articulação com o ensino e a pesquisa, promotor da incorporação da extensão universitária à formação docente por meio da imersão, prospecção, proposição e desenvolvimento de ações sistemáticas e contextualizadas no âmbito da Educação, nas suas dimensões formal e não-formal, produzidas nos espaços escolares e não-escolares. Estabelece, também, uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população alagoana e, portanto, promotora de desenvolvimento regional, efetivando a transformação social.

#### **4.2.1.3. Metodologia da ACE**

O Programa está estruturado em dois Projetos temáticos específicos e que se associam no itinerário formativo descrito pelo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia e se desenvolve ao longo de 5 (cinco) períodos. O Programa ainda está composto pela Ação Curricular de Extensão definida pela organização anual do evento Semana Internacional de Pedagogia, desenvolvido em um semestre letivo, com carga horária de 72hs, configurando um conjunto de ACEs que integralizam 360 horas, no presente Programa.

O Projeto 1 – “Escola, Letramentos e Formação Social” – se desenvolve basicamente ao longo dos módulos que compõem o Eixo Conceitual do PPC, que promove a compreensão dos processos educativos institucionalizados, considerando a natureza específica do processo docente no contexto imediato e no âmbito mais geral em que ocorre o fenômeno educativo. O projeto será realizado ao longo dos 2º e 3º períodos letivos, totalizando uma carga horária de 144 horas em módulos de 72 horas de atividades.

O Projeto 1 deve se iniciar no segundo período, em que estão previstas as vivências extramuros com a finalidade de levantamento de dados, caracterização do(s) campo(s) de ação e inserção no contexto dos ambientes articulados; no terceiro período, deve-se realizar o seminário das vivências e o levantamento de demandas da comunidade do semestre anterior. As ações aqui previstas deverão contar com a participação de todos os sujeitos envolvidos.

O Projeto 2 – “Metodologias e Prática de Ensino” – se desenvolve entre as

disciplinas e componentes dos módulos do Eixo Estrutural do PPC, vinculado aos saberes e práticas específicos da formação dos pedagogos para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como na organização e gestão de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas e na produção e difusão do conhecimento do campo educacional, desenvolvido no 4º, 5º e 6º períodos do curso, perfazendo 144 horas em (dois) módulos de 72 horas e 1(um) de 72 hs de atividades.

Para a subtemática do Projeto 2, estão previstas a realização, no quarto período, de oficinas para a Educação Infantil atendendo a demandas; no quinto período, está prevista a realização de oficinas para o Ensino Fundamental. Na culminância das experiências da curricularização da extensão serão realizadas, no sexto semestre, uma exposição/mostra dos produtos das oficinas na Semana de Pedagogia.

### **Descrição das ações do Programa: Formação de Sujeitos Contemporâneos**

#### **Projeto 1. Escolas, Letramentos e Formação Social**

**Ementa do Projeto:** Promoção da compreensão dos processos educativos institucionalizados, considerando a natureza específica do processo docente no contexto imediato e no âmbito mais geral em que ocorre o fenômeno educativo.

#### **ACE - 1: Vivências Extramuros**

**Ementa:** Reconhecimento das problemáticas em diálogo com a comunidade onde se pretende atuar seguido da elaboração e execução de projeto de pesquisa social exploratório, com a delimitação empírica do objeto de investigação em contextos de relevância social, cultural e educacional, com o objetivo de coletar dados para a realização das demais etapas do Projeto de Extensão “Escolas, Letramentos e Formação Social”.

**Carga-horária:** 72 horas ( 36Teóricas e 36 horas Práticas)

**Público-alvo:** Alunos das escolas públicas, professores das escolas públicas, agentes de comunidades e a depender do recorte empírico.

#### **Objetivos:**

1. Identificar e analisar as demandas sociais na UFAL e seu entorno e discutir

sobre as possibilidades de escuta através da execução de um projeto de pesquisa.

2. Identificar temas, linhas e a construção de plano de ação relevante no âmbito do Projeto “Escolas, Letramentos e Formação Social”.
3. Elaborar um projeto de pesquisa social exploratório, identificando e desenvolvendo os principais elementos e fases necessárias para a execução do mesmo.
4. Realizar levantamento bibliográfico necessário para construção do referencial teórico-metodológico da pesquisa.
5. Realizar levantamento exploratório de dados, através da utilização de técnicas de investigação adequadas aos problemas propostos.

### **Metodologia**

Rodas de conversa para debater possibilidades de pesquisa e suas ações. Oficinas de introdução à pesquisa social. Visitas exploratórias de campo para coleta de dados.

### **Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE**

Participação ativa e pontualidade nos encontros presenciais, participação nas discussões e trabalhos em grupos. Produção de relatórios de pesquisa e cumprimento dos prazos estipulados para entrega. Elaboração de texto final em equipe com sugestão de ações/produtos conforme o recorte da pesquisa.

### **Bibliografia Básica:**

GADOTTI, M. *Interdisciplinaridade: atitude e método*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.) *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 2002.

PACHECO, José. *Aprender em comunidade*. São Paulo: SM, 2014.

### **Bibliografia Complementar:**

BOGDAN, R.C. e BIKLEN, S.K. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto/Pt: Porto Editora, 1994.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor Pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOROZ, Melania; GLANF ALDONI Mônica Helena T. A. *O processo de pesquisa: iniciação*. Brasília: Plano, 2002.

## **ACE - 2: Ateliê de Ideias (Cursos/Produtos)**

**Ementa:** Elaboração e execução coletiva de cursos e/ou produtos definidos a partir dos dados coletados na “Vivência extramuros”, seguindo a delimitação estabelecida pelo proposto (projeto, ação) em diálogo com a comunidade.

**Carga-horária:** 72 horas (36 Teóricas e 36 Práticas)

**Público-alvo:** Alunos das escolas públicas, professores das escolas públicas, agentes de comunidades e a depender do recorte empírico.

### **Objetivos:**

1. Leitura coletiva dos relatórios de pesquisa para identificação das possibilidades de ação e desenvolvimento de produtos.
2. Elaboração de um curso ou um produto definido a partir das pesquisas e dos materiais coletados anteriormente.
3. Realizar levantamento bibliográfico para construção do referencial teórico-metodológico necessário para desenvolvimento da ação.
4. Planejamento e execução das ações/produtos definidas/os coletivamente.

### **Metodologia**

Rodas de conversa para planejamento das ações, tendo como referência a produção dos relatórios da ACE1. Participação ativa dos estudantes na execução das ações.

### **Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE**

Participação ativa e pontualidade nos encontros presenciais, participação nas discussões e execução das ações e/ou produção de material proposto pelos diferentes grupos e cumprimento dos prazos estipulados para entrega.

### **Bibliografia Básica:**

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965 - APÊNDICE: Do Artesanato Intelectual.

PACHECO, José. *Aprender em comunidade*. São Paulo: SM, 2014.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. *Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?* 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

### **Bibliografia Complementar:**

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, P. *Lições da aula*. São Paulo: Ática, 1994.

NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. 2ª ed. Lisboa: Don Quixote,

1992.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

## **Projeto 2. Metodologias e práticas de ensino**

**Ementa do Projeto:** Articulação entre as disciplinas e componentes dos módulos do Eixo Estrutural do PPC, vinculando aos saberes às práticas específicas da formação dos pedagogos para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como a organização e gestão de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas. Produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

### **ACE - 3: Oficinas I**

**Ementa:** Oficinas produzidas no processo de construção de práticas educativas destinadas à incorporação de vivências cidadãs em espacialidades que ultrapassem os muros da academia. A organização do trabalho pedagógico para promoção de práticas educativas a partir do reconhecimento de novos territórios em formação.

**Carga-horária:** 72H (18 Teóricas e 54 Práticas)

**Público-alvo:** Professores e estudantes da educação básica.

#### **Objetivos:**

1. Ampliar as reflexões teórico-metodológicas destinadas ao processo de formação cidadã
2. Elaborar oficinas de formação.
3. Planejamento e execução das ações

#### **Metodologias**

1. Rodas de conversas a fim de fundamentar teoricamente as práticas socioeducativas.
2. Oficinas pedagógicas formativas.

#### **Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE?**

A avaliação será realizada na perspectiva diagnóstica, processual e formativa por meio de instrumentos (Portfólios, fichários, Caderno de Bordo) que permitam o envolvimento ativo dos sujeitos.

#### **Bibliografia Básica:**

HERNANDEZ, F. e VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

JOLIBERT, J. e JACOB, J. E COL. *Além dos muros da escola: A escrita como ponte entre alunos e comunidade*. Trad. Ana Maria N, Machado. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. *Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?* 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

### **Bibliografia Complementar:**

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 10 ed. Campinas: Papirus, 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PIMENTA, S. G. (Org.): *Saberes Pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

### **ACE - 4: Oficinas II**

**Ementa:** *Centro de Referência - Brinquedoteca* como espaço de práticas teórico-metodológicas. Reconhecimento dos diferentes espaços e tempos presentes na Educação Infantil e de espacialidades educativas que ultrapassem os territórios intramuros formativos para o processo de promoção e produção de oficinas lúdicas para a educação infantil.

**Público Alvo:** Crianças de 0 a 10 anos.

**Carga-horária:** 72 horas (18 Teórica e 54 Prática )

### **Objetivos:**

1. Ampliar as reflexões teórico-metodológicas no sentido de viabilizar práticas educativas lúdicas e acessíveis no processo de formação cidadã.
2. Promover a dinamização dos espaços educativos destinados à formação cidadã a partir do reconhecimento da brinquedoteca como espaço de formação (espacialidade aberta ao diálogo com as práticas de apropriação dos espaços públicos citadinos).
3. Divulgar e socializar os procedimentos metodológicos utilizados nessa disciplina extensionista à comunidade escolar.
4. Divulgar a *brinquedoteca*, espacialidade educativa, como possibilidade de diálogo permanente entre a comunidade e a universidade.

### **Metodologias**

1. Rodas de conversas a fim de fundamentar teoricamente as práticas socioeducativas;
2. Oficinas pedagógicas formativas promovidas nos espaços da brinquedoteca.
3. Seminários em diálogos a fim de promover as práticas socioformativas produzidas ao longo das atividades curriculares extensionistas.

### **Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE**

A avaliação será realizada na perspectiva diagnóstica, processual e formativa por meio de instrumentos (Portfólios, Caderno de Bordo, fichários) que permitam o envolvimento ativo dos sujeitos.

### **Bibliografia Básica:**

HERNANDEZ, F. e VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

JOLIBERT, J. e JACOB, J. & Colaboradores. **Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade.** Trad. Ana Maria N. Machado. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

### **Bibliografia Complementar:**

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 10.ed. . Campinas: Papirus, 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PIMENTA, S. G. ; GHEDIN, E. (Org.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo: Cortez, 2002.

### **ACE - 5: Evento – Seminário, Exposição, Cursos e Mini-Cursos ou Semana**

**Ementa:** Potencializar e socializar na Semana da Pedagogia as espacialidades de diálogo e de formação na perspectiva da formação de um sujeito cidadão promovidas ao longo dos projetos de extensão. Praticar ações de inclusão socioespacial na perspectiva de um movimento de extensão ao ressignificar espacialidades para a formação do sujeito contemporâneo. Organização e execução de um evento para socialização e divulgação das ações de extensão realizadas.

**Público-alvo:** Docentes, discentes e técnicos da UFAL, bem como a comunidade do entorno da universidade e participantes das ações extensionistas, especialmente as que estiverem envolvidas no desenvolvimento das ações de extensão.

**Carga Horária:** 72 horas

**Objetivos:**

1. Organizar e executar um evento para socialização e divulgação das ações de extensão realizadas.
2. Ampliar as espacialidades de formação cidadã a partir da promoção de atividades em interação entre comunidade científica e a sociedade em geral;
3. Resignificar a participação das ações extensionistas na Semana da Pedagogia viabilizando a inserção de atividades interativas produzidas ao longo da elaboração do projeto;
4. Dar visibilidade à produção acadêmica extensionista dos estudantes do curso de Pedagogia.

**Metodologias**

Rodas de conversa para planejar os caminhos para a produção do evento. Participação ativa dos estudantes do 6º período na produção e realização do evento.

**Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE**

A avaliação será realizada na perspectiva diagnóstica, processual e formativa por meio de instrumentos (Portfólios, Cadernos de Bordo, meios eletrônicos para o registro como filmagens e fotos) que permitam o envolvimento ativo dos sujeitos.

**Referência Básica:**

HERNANDEZ, F. e VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho:** o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PACHECO, José. **Aprender em comunidade.** São Paulo: SM, 2014.

THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (Org.). **Extensão universitária:** conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

**Bibliografia Complementar:**

DELORS, Jacques et al. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1996.

FREIRE, Paulo. Escola pública e educação popular. In: **Política e educação.** São

Paulo: Paz e Terra, 2014.

KLEIMAN, A. B. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: CORRÊA, L. G. M.; BOCH, F. (Org). **Ensino de língua: representação e letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, Campinas, Autores Associados, 2000.

Faz-se necessário destacar que o Programa para a Curricularização da Extensão, apresentado acima, deverá abarcar os Temas e os Projetos de Extensão desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito do Curso de Graduação em Pedagogia – CEDU/UFAL, Campus Maceió. A saber, temas que se encontram registrados e temas propostos para compor esse documento: Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Pedagogia Hospitalar, Leitura e Escrita, Formação Continuada, Atendimento Educacional Especializado, Matemática: suas abordagens e tecnologias, Linguagens Artísticas, ações e estudos no campo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Cultura Acadêmica, Metodologias Ativas, Solidariedade e Acolhimento, Saúde Mental, Prática Pedagógica, História.

Considerando o entendimento de que o Programa de Extensão é de responsabilidade do nosso Centro de Educação como um todo e que as diversidades das áreas de estudo devem estar presentes ao longo das ações de extensão dos nossos estudantes, para a viabilização do Programa, assim como também a articulação entre as áreas, professores e o envolvimento de todos os setores de estudo, será criado um grupo permanente de professores/as que representarão os diferentes setores de ensino e que serão encarregados pela definição dos projetos trabalhados, pelo acompanhamento e a distribuição da carga horária das ACEs.

O programa não se fecha nas proposições já mencionadas, podendo, ao longo de seu desenvolvimento, e atendendo às necessidades da comunidade, apresentar outras temáticas relevantes. As novas propostas poderão compor os temas para desenvolvimento de ações de extensão. Pois, as articulações são advindas das necessidades da comunidade onde a universidade se insere, na busca

da interação e transformação da realidade social.

O Programa de Extensão prevê sua integralização, em termos de cumprimento de carga horária obrigatória por meio da organização anual da Semana Internacional da Pedagogia da UFAL, ou semana de Pedagogia que permitirá a concretização da ACE - 5. Trata-se de evento internacional derivado da semana acadêmica do curso que teve suas primeiras edições há cerca de uma década, foi reestruturada desde o ano de 2013 como evento internacional, e tem por propósito buscar analisar as múltiplas possibilidades de atuação que se apresentam ao (à) pedagogo(a), levando em consideração os desafios e as possibilidades que fazem parte do cotidiano dos profissionais da Educação no Brasil e, em especial, em Alagoas. O objetivo geral do evento é propiciar oportunidades para socialização e discussão de estudos, pesquisas e experiências, eivadas pelo diálogo, na perspectiva democrática de construção do conhecimento. Para tanto, o evento contará com conferências, mesas-redondas, minicursos/oficinas, rodas de conversa, Grupos de Trabalhos (GT), apresentações de trabalhos científicos e relatos de experiências, reunindo estudos, pesquisas e práticas diversificadas de estudantes e docentes de graduação e de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), bem como de educadores sociais.

Para o desenvolvimento das demais ações e atividades buscar-se-á objetivação das proposições por meio da valorização de metodologias inovadoras que proporcionem a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos. Essas ações e atividades poderão ser concretizadas no formato de cursos de extensão, oficinas, produto acadêmico e outros eventos. Importante destacar que a utilização das tecnologias de informação e da comunicação fará parte das propostas de trabalho.

Diante do exposto, as Atividades de Curricularização da Extensão buscarão contribuir para que o aluno egresso possa atuar com e junto a sujeitos singulares nos diferentes campos.

## REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. Política Nacional de Extensão

Universitária, Manaus, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa e FILHO, Naomar de Almeida. **A universidade do século XXI: Para uma universidade nova.** Coimbra, 2008.

BRASIL. **Plano nacional de extensão.** Ministério da Educação. Brasília. 1999.

KLEIMAN, A. B. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. In: CORRÊA, L. G. M.; BOCH, F. (Org). **Ensino de língua: representação e letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Documentos.** Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1996.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, Campinas, Autores Associados, 2000.

## 5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de ensino e de aprendizagem será encaminhado sob uma abordagem problematizadora e crítica que considera o contexto histórico, social, político e cultural que envolve as características e as condições dos sujeitos que formamos. Buscaremos, através desta abordagem, articular o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a superar a visão uniforme dos conteúdos, desencadeando uma visão de rede que leve os alunos a uma aprendizagem significativa e autônoma.

Através de um planejamento sistemático e organizado, as práticas docentes e metodologias utilizadas devem estar a serviço da formação e aprendizagem dos estudantes, proporcionando-lhes oportunidades de construção de conhecimento de forma individual e coletiva, de contato com os conteúdos mediante diferentes metodologias empregadas, de partilha de experiências e de participação em processos avaliativos que levem em consideração as diferentes formas de aprender.

De acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, em seu Artigo 3º, parágrafo 5º, que trata dos princípios da formação, no Inciso V, é definida: “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, as atividades didáticas buscarão prioritariamente estabelecer a articulação entre ensino-pesquisa-extensão, teoria-prática. Dentre as diversas metodologias a serem desenvolvidas estão: aulas expositivas dialogadas, estudo dirigido, discussão e debate, narrativas, produção de textos, pesquisas, estudo do meio, estudo de campo, seminários, oficinas, ensino baseado em problemas, ensino baseado em projetos. Tais metodologias devem ter como foco o desenvolvimento das habilidades intelectuais e técnicas delineadas para a formação do pedagogo, o estímulo ao protagonismo estudantil na construção do conhecimento, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

As tecnologias da informação e da comunicação estarão integradas ao processo de ensino e aprendizagem, mediante utilização de aprendizagem móvel, através do uso de celulares, computadores, jogos, vídeos e do Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA), mecanismo facilitador na promoção de uma aprendizagem híbrida, colaborativa e ativa.

As estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes ocorrerão através do acompanhamento sistemático das aprendizagens. Aos estudantes com necessidades específicas será oferecido um serviço especializado através no Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O atendimento aos estudantes ocorrerá através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam e/ou em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos, realizar adaptação de materiais didáticos e capacitar para o uso de tecnologias assistidas.

## 6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Historicamente, predominam na educação as práticas de avaliação da aprendizagem que visam classificar os estudantes. O conjunto dessas práticas é a manifestação do que podemos chamar da “cultura de testes” (COLL, ONRUBIA, 2004). Nessa perspectiva, a avaliação acontece em momentos pontuais e ao final do processo, tendo como objetivo medir quantitativamente a aprendizagem dos estudantes.

Na tradição das pedagogias críticas brasileiras (LUCKESI, 1984; FREITAS, 2033), estudos e reflexões sobre o tema evidenciaram que as concepções que fundamentam tais práticas refletem pedagogias produzidas consoantes com as aspirações capitalistas (SAVIANI, 2001).

Luckesi (2018) sustenta que a avaliação é um ato subsidiário da obtenção de resultados mais satisfatórios possíveis em relação à aprendizagem, portanto subsidiária do processo de formação e, ao mesmo tempo, da própria construção de um curso. Por isso, é um elemento fundamental de um Projeto Pedagógico.

No Curso de Licenciatura de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL, a avaliação é considerada como parte integrante do processo de ensino e do processo de aprendizagem, não sendo algo pontual ou que acontece no final do processo. Isso nos obriga a pensar como avaliação acontece nos vários momentos do processo de formação dos futuros pedagogos.

O encontro inicial entre o professor e os estudantes oferece elementos importantes para uma avaliação prévia dos conhecimentos que esses possuem sobre os temas a serem estudados. Tal avaliação auxilia na (re)organização dos assuntos da disciplina, na reflexão das estratégias de ensino e, será fundamental para subsidiar a avaliação acerca do crescimento do professor e dos estudantes no encerramento das atividades.

No Curso de Pedagogia da UFAL, considera-se que múltiplas situações de ensino colaboram com o trabalho com os conhecimentos do campo da Educação. Dessa forma, muitas devem ser as possibilidades criadas para a aprendizagem como: estudos de casos; pesquisa; atividades extensão; seminários; debates; aula expositiva dialogada; aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e de ações de educação à distância, dentre

outras.

No decorrer do processo de ensino-aprendizagem há avaliação quando o professor reflete sobre as condições de ensino criadas e como essas favorecem os passos que os (as) estudantes dão no sentido (re)elaborar o conhecimento, a partir da apropriação dos novos conceitos adquiridos para compreender, refletir e propor formas de atuação na realidade escolar brasileira.

Entretanto, existe um momento específico de avaliação, conclusivo de uma unidade ou de tópicos de conteúdo trabalhados, no qual o professor aprecia as aprendizagens dos estudantes (GASPARIN, 2011). Levando em conta o perfil do egresso que essa Proposta Pedagógica anuncia, é preciso considerar que não apenas é preciso avaliar as aprendizagens relativas ao conteúdo científico-cultural, mas é necessário verificar como esse se revela em um fazer social, crítico e emancipador no campo da educação.

Nessa perspectiva de avaliação, os (as) estudantes também avaliam, suscitando a necessidade de se criarem momentos e (ou) estratégias para que os (as) alunos (as) possam se manifestar. Esses momentos devem ser entendidos como as possibilidades de professores (as) e estudantes compartilharem as apreciações sobre os processos de ensino e de aprendizagem.

Conceber a avaliação como pertencente a todo o processo de ensino e aprendizagem é entendê-la como parte integrante de todo o processo e não apenas uma obrigação para verificação da aprendizagem do estudante.

## **7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

No contexto da curricularização da extensão se ampliam ainda mais as possibilidades de avaliação. Dentre outras possibilidades, e de acordo com as especificidades de cada disciplina, pode se dar por meio de: Identificação e análise de situações educativas complexas e/ou problemas em um determinado contexto; Elaboração de projetos de Intervenção; Análise das intervenções realizadas; Desenvolvimento e avaliação de situações de ensino e aprendizagem em contextos reais das escolas; Análise de inadequações de situações de ensino e proposição de alternativas adequadas à aprendizagem dos alunos; Planejamento de situações didáticas conforme um modelo teórico estudado; Análise e caracterização de situações de ensino e aprendizagem em diferentes espaços escolares e não-escolares; Síntese integradora de conteúdos desenvolvidos e a relação deles com as realidades do ensino e da aprendizagem nos contextos escolares ou não escolares; Fóruns e debates na plataforma MOODLE; realização de pesquisas.

A concepção de avaliação e os instrumentos sugeridos no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL são coerentes com o que determina a Resolução nº 25-2005-CEPE, de 26 de outubro de 2005, que institui e regulamenta o funcionamento do regime acadêmico semestral nos cursos de graduação da UFAL.

O artigo de nº 11 regulamenta duas avaliações bimestrais por semestre letivo e também a prova final. Por conseguinte, o estudante que tiver alcançado nota inferior a 7,0, em qualquer das avaliações bimestrais, tem o direito de ser reavaliado naquela avaliação bimestral que obteve menor pontuação. É aprovado, livre da prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) igual ou superior a 7,00; estará automaticamente reprovado, o aluno cuja Nota Final (NF) das avaliações for menor que cinco. Mas o aluno que obtiver Nota Final (NF) das avaliações bimestrais superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,0 (sete) terá o direito de prestar a prova final.

## **8. OUTRAS AVALIAÇÕES**

### **8.1. Avaliação Institucional**

A avaliação institucional englobará o acompanhamento das ações indissociadas de ensino-pesquisa-extensão, no sentido do estímulo, promoção e divulgação da produção científica, artística e cultural docente e discente do curso. Essa dimensão será realizada também em integração com os Núcleos de ensino-pesquisa-extensão. Os setores de estudos serão responsáveis, em conjunto com o Colegiado do Curso e o NDE, para pensar os instrumentos de avaliação integrados para cada período avaliativo e definição da forma de atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que será definida de forma democrática e participativa em assembleia. Esse Projeto pretende que o ato avaliativo reflexivo possa permear as práticas das disciplinas e da sua implementação por meio da autoavaliação construída coletivamente.

Os mecanismos a serem utilizados na sistematização da avaliação do curso deverão permitir integrar as dimensões da avaliação institucional e da avaliação do desempenho acadêmico – de ensino e de aprendizagem - de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Serão utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Entretanto, a análise dos dados, levando em conta o perfil do egresso que essa Proposta Pedagógica anuncia, considera que não apenas é preciso avaliar as aprendizagens relativas ao conteúdo científico-cultural, mas é necessário verificar como esse se revela em um fazer social, crítico e emancipador no campo da educação.

### **8.2. Avaliação do PPC**

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia será feita em conformidade com uma das Linhas Prioritárias de Ação do Centro de Educação: a avaliação institucional como parte integrante do planejamento.

A avaliação institucional aqui referida engloba todas as modalidades parciais de avaliação, em que todos devem ser avaliadores e avaliados ao mesmo tempo. É que a avaliação institucional se destina não apenas à avaliação das instituições (como escola e o sistema educacional) enquanto instâncias prontas e acabadas, mas também à avaliação das políticas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Centra sua atenção nos processos, na relação e nas decisões, tanto quanto nos resultados das ações.

Isso posto, a avaliação permanente e contínua do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a ser implementado é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações. Assim compreendida, a avaliação visa à transformação e ao aperfeiçoamento do referido Curso, que deve ser instrumento e caminho na construção de um novo perfil profissional do pedagogo/a, em consonância com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e com as orientações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Os dados levantados da relação mais direta entre professores e estudantes, pelos instrumentos e mecanismos subsidiam o Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso nas orientações para tomadas de decisões. O NDE e o Colegiado terão seus procedimentos estabelecidos pela Lei nº 10.681/2004 relativos ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Estes nortearão mudanças e transformações na direção das ações que deverão estar comprometidas com as necessidades dos alunos, as questões sociais, as competências profissionais, as habilidades acadêmicas, o desenvolvimento do cidadão e o perfil do egresso.

O Curso será avaliado não só pela comunidade acadêmica interna, mas também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com instituições educacionais e, particularmente, com as que viabilizam os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino da graduação;
2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho profissional; Infra-estrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

Diante do exposto, a ratificação e/ou remodelação do Projeto Pedagógico do Curso deve orientar os ajustes necessários a fim de atingir os objetivos do curso e consolidar o perfil do egresso.

### **8.3. Avaliação do Docente pelo Discente**

A avaliação do desempenho docente será efetivada pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os setores de estudos serão responsáveis, em conjunto com o Colegiado do Curso e com Centro Acadêmico Paulo Freire, para pensar os instrumentos de avaliação do corpo docente.

## **9. APOIO AOS DISCENTES**

### **9.1. Acadêmico**

No que se refere ao interesse e disponibilidade dos alunos e das alunas em participar de programas de fomento à formação de professores da educação básica, o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, a depender da disponibilidade e interesse dos alunos e das alunas, participará daqueles sugeridos e ofertados pelo governo federal. A pertinência e relevância dessas atividades serão avaliadas e reconhecidas pelo Colegiado de Curso.

Os programas que se coadunarem com os propósitos de formação inicial devem proporcionar aos licenciados a aproximação com o ambiente escolar, com a prática e com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e o contexto em que elas estão inseridas. De acordo com o exposto, o Curso de Pedagogia pretende promover a iniciação do graduando por meio do estímulo à observação e a reflexão sobre a prática, acompanhados por professores das escolas campo e por um docente do curso de Pedagogia. As ações dos programas que possuam um campo vasto de atuação em espaços escolares e não escolares e que permitam ampliar a formação dos (das) jovens estudantes da educação básica poderão ser abarcados pelo curso. O intuito é a ampliação e a compreensão de que os espaços devem conduzir a imersão do discente na escola da educação básica, em sua dinamicidade, proporcionando o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado. A imersão deve contemplar, entre outras ações, regência de sala de aula, intervenção pedagógica e pesquisa.

Os programas devem favorecer a articulação, a integração e a reflexão acerca da relação teoria e prática no âmbito dos cursos de formação de professores no Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL, bem como a produção científica decorrente de investigações realizadas a partir de estudos de experiências desenvolvidas nas escolas-campo de estágio.

O Colegiado do Curso de Pedagogia, em parceria com o Núcleo de Educação Inclusiva e Acessibilidade da UFAL criará as condições de apoio ao discente, explicitando modos de acompanhamento de estudos daqueles que precisem de atenção especializada, também será o colegiado responsável por sugerir estratégias de combate à evasão, nivelamento, além de destacar os programas institucionais

previstos para formação e apoio ao discente.

## 9.2. Assistência Estudantil

As ações de assistência estudantil visam possibilitar maior ampliação do acesso, permanência e diplomação na educação superior. Diferentes fatores, além da questão socioeconômica, têm impacto direto no desempenho acadêmico e na continuidade dos estudos. Para o sucesso do aluno nos estudos, fazem-se necessárias ações que promovam a permanência dos alunos nos cursos da Universidade.

A assistência estudantil é composta por vários eixos de atuação. No Curso de Pedagogia da Ufal, Campus Maceió, é alavancada pela Proest – Pró-reitoria Estudantil. Seguem as ações que abarcam os alunos no curso:

Programa Bolsas de Permanência (PBP): ação do Governo Federal que concede auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

- **RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA:** A Residência Universitária Alagoana (RUA) - oferece moradia para estudantes oriundos do interior de Alagoas e de outros estados brasileiros. O processo de seleção está ao cargo da Universidade.
- **RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO:** O Restaurante Universitário atende a toda a comunidade universitária e tem por objetivo oferecer almoço e jantar por preços acessíveis.
- **PROGRAMA DE BOLSAS E AUXÍLIOS:** A Pró-reitoria Estudantil disponibiliza bolsas e auxílios para estudantes de todos os campi e unidades da Ufal. O programa visa atender a estudantes em situação de vulnerabilidade social com a finalidade de respaldar sua permanência na Universidade. Modalidades das bolsas e auxílios: Campus A.C. Simões (Maceió) - Bolsa Pró-graduando e Auxílio Alimentação (Espaço Cultural).
- **CARTÃO ODONTOLÓGICO:** É disponibilizado aos estudantes da Universidade o Cartão Odontológico para atendimento clínico no Gabinete Odontológico da Faculdade de Odontologia (Foufal - Campus A.C. Simões).
- **SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO:** Os estudantes podem solicitar

agendamento de especialidades médicas pelo Hospital Universitário (HU).

- **ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO:** A Proest (Pró-reitoria Estudantil) realiza acolhimento de estudantes por psicólogos para orientação ou encaminhamento para rede SUS.
- **AJUDA DE CUSTO PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO:** Os estudantes que vão apresentar trabalho em encontros e congressos acadêmicos fora do Estado de Alagoas podem solicitar ajuda de custo à Pró-reitoria Estudantil (Proest).

O Curso de Pedagogia compreende que o desempenho acadêmico depende de outros fatores que não apenas capacidade individual e oportunidade; inclui elementos que, com a devida assistência, o aluno consegue superar e avançar.

## 10. INFRAESTRUTURA

Para suas atividades, o Curso de Pedagogia dispõe, primariamente, das dependências do Centro de Educação-CEDU, que inclui: 08 (oito) salas de aula, mais quatro (4) outras que podem ser previamente agendadas junto aos Programas de Pós-Graduação do CEDU, uma Sala de Seminários, um Auditório com capacidade de 80 pessoas, dois laboratórios de informática com acesso à Internet (disponíveis desde que agendados na Secretaria do CEDU), um laboratório de ensino de ciências, um espaço de educação infantil, uma sala de professores, e uma biblioteca setorial.

O Curso de Pedagogia dispõe de uma Secretaria da Coordenação do Curso, com sala de reuniões fechada e balcão de atendimento, aberta nos três turnos e localizada no andar térreo do CEDU, dispondo de 04 (quatro) computadores com acesso à Internet, 03 (três) impressoras, e 06 (seis) projetores multimídia para uso em sala de aula quando devidamente agendados.

O Centro de Educação frequentemente utiliza o seu hall de entrada para exposições, e ainda dispõe de praça de alimentação, jardins interno e externo, estacionamento e também palco para frequentes intervenções culturais de pequeno porte.

Além do Centro de Educação, o Curso de Pedagogia pode utilizar as dependências e recursos de toda a Universidade Federal de Alagoas-UFAL, de outras Unidades Acadêmicas, Biblioteca Central e Pró-Reitorias, incluindo os serviços como o do Núcleo de Acessibilidade da UFAL-NAC, com um programa de atendimento educacional especializado para estudantes, e a Superintendência de Infraestrutura-SINFRA, responsável por serviços de manutenção, ações de segurança na UFAL, suprimentos, transporte e logística, entre outros.

Conforme a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio de ensino a igualdade de condições para acesso e permanência na UFAL e também a Norma Técnica de Acessibilidade ABNT NBR 9.050/2004. As dependências do Centro de Educação onde ocorrem as ações do curso de Pedagogia, gradualmente, vem realizando as adequações para a facilidade de acesso dos alunos, professores e funcionários com deficiência.

O espaço e as ações visam atender ao disposto no Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; BRZEZINSKI, I.; FREITAS, H. C. L; Ivany Pino; SILVA, M. S. P. Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação e Sociedade**, v. 27, p. 819-842, 2006.

ALAGOAS. Lei Estadual nº 7.795, de 22 de Janeiro de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Alagoas**, Maceió, AL, 25 Jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Estadual nº 6.757, de 03 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação 2006/2015.

ANFOPE. **Documento final do IX Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Campinas – São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Documento Final X Encontro Nacional**. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei 3.867, de 25 de janeiro de 1961. Dispõe sobre a Universidade Federal de Alagoas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jan. 1961.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 1 de 2002**, de 18 de fevereiro de 2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação), Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 2 de 2005**, de 13 de setembro de 2005 (Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 375/2002, que apreciou pedido de retificação do Parecer CNE/CES nº 438/2001, que trata da autorização para o funcionamento do curso de Administração, bacharelado, habilitações em Marketing, em Administração Pública e em Administração da Produção, ministrado pela Faculdade Alves Faria, com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás). Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 5 de 2005**, de 13 de dezembro de 2005 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia). Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2005.

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 1 de 2006**, de 15 de maio de 2006 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura). Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015** (Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada). Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2015.

COLL, César; Martin, Elena; ONRUBIA, Chavier. A avaliação da aprendizagem escolar: dimensões psicológicas, pedagógicas e sociais. In: COLL, César; MARCHESI, PALÁCIOS. JESÚS. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 370-388.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, AM. Maio, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L. C. Ciclos, **Seriação e avaliação:** confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MEC/INEP/SINAES. ENADE 2017: **Relatório de Curso Pedagogia** (Licenciatura) Universidade Federal de Alagoas. Brasília: 2018.

LUCKESI, C. C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, n. 61, 1984.

\_\_\_\_\_. **Compreensão do significado do ato de avaliar na Educação.** Disponível em: Luckesi.blogspot.com. Acesso: 09-12-18.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 34ª ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017.** Maceió: Mimeo, 2013.

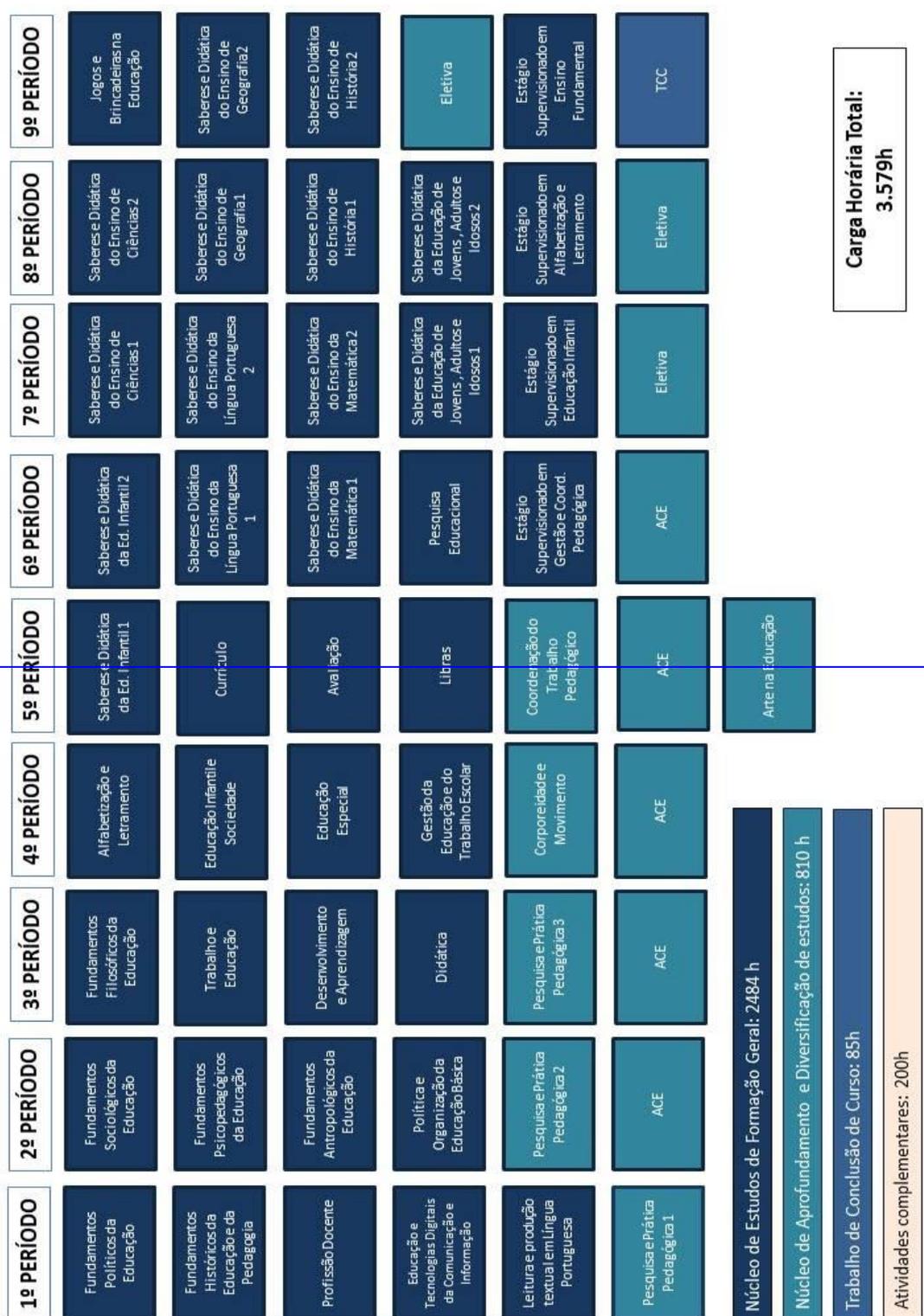
\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Alagoas. **Resolução no. 2/2015**, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Alagoas. **Resolução n. 6/2018**, define os componentes curriculares comuns aos cursos de Graduação de Formação de professores para Educação Básica, no âmbito da UFAL.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - Organograma por período



## APÊNDICE 2 – Organização Programa de Curricularização da Extensão - Formação de Sujeitos Contemporâneos

